



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE -
PPGCCOM

JORDANNA DE SOUSA PARREIRA

O TRABALHO EM PAUTA: A FALA DAS JORNALISTAS SINDICALIZADAS NO
TOCANTINS

PALMAS (TO)

2019

JORDANNA DE SOUSA PARREIRA

**O TRABALHO EM PAUTA: A FALA DAS JORNALISTAS SINDICALIZADAS NO
TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para a obtenção do grau de Mestra em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Liliam Deisy Ghizoni, Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

PALMAS (TO)

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P259t Parreira, Jordanna de Sousa.

O Trabalho em Pauta: A Fala das Jornalistas Sindicalizadas no Tocantins .
/ Jordanna de Sousa Parreira. – Palmas, TO, 2019.

151 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Comunicação e Sociedade, 2019.

Orientador: Liliam Deisy Ghizoni

1. Violência Laboral. 2. Escuta Clínica do Trabalho. 3. Narrativas. 4.
Jornalistas. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

JORDANNA DE SOUSA PARREIRA

“O TRABALHO EM PAUTA: A FALA DAS JORNALISTAS SINDICALIZADAS NO TOCANTINS ”

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 04/12/2019

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Liliam Deisy Ghizoni
Universidade Federal do Tocantins
Orientadora



Prof. Dr. José Roberto Heloani (videoconferência)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Primeiro avaliador



Prof. Dr. Eder Ahmad Charaf Eddine
Universidade Federal do Tocantins
Segundo avaliador



Prof. Dra. Verônica Dantas Meneses
Universidade Federal do Tocantins
Terceira avaliadora

Dedico a construção desta narrativa à minha família – meus pais José e Joana, meu irmão Johnathan e meu companheiro desta vida e de outras vidas Josleidany – e a família que me adotou nessa minha vida – minha segunda mãe Abigail, meus irmãos de coração Josyane, Itamar e Tatiara – pelo incentivo contínuo, apoio, acolhimento e por partilhar comigo desta jornada de superação e conquistas. E a todos que já passaram em minha vida e que me fizeram ser o que sou hoje. Minha gratidão a todos vocês. Vocês me fizeram e me fazem forte! Obrigada pelas marcas que deixaram em minha vida...

AGRADECIMENTOS

“Seja agradecido pelo que você tem e acabará tendo mais. Se você se concentrar no que você não tem, nunca terá o suficiente”.
(Oprah Winfrey).

Observo que uma falha do ser humano é ser insatisfeito por natureza. Nunca estamos contentes com o que temos ou somos. Sempre queremos mais e mais... mais dinheiro... melhor trabalho... uma casa melhor... um carro melhor... um corpo mais bonito... e assim seguimos.

Pensando sobre isso, decido iniciar meus agradecimentos falando o que na minha opinião é um dos sentimentos mais nobre que pode existir. Na minha jornada de vida, aprendi que a felicidade passa bem perto da gratidão, portanto o sentimento de gratidão perpassa nossas vidas e precisa superar todo o universo da insatisfação humana. De fato, tenho tentado impregnar a minha vida desse sentimento que enobrece o ser humano e nos tira da mediocridade. Afinal, somos o resultado do que sentimos e pensamos, portanto para sermos felizes precisamos exercer nossa capacidade de reconhecer e nos importar com aquilo que de fato é relevante em nossas vidas. A decisão sempre será nossa.

Partindo desse pressuposto, ser grata as pessoas que nos auxiliaram a escrever nossa história é algo importante e essencial nesse processo, e preciso iniciar falando da minha família. Meu pai **José Parreira Junior** e minha mãe **Joana Dark de Sousa Parreira** que lutaram durante toda uma vida para que eu pudesse ter uma vida digna. Papai e Mamãe, obrigada por todas as chances que me deram de estudar, aprender e viver as lições que a vida me propôs. Sempre me assistiram em minhas decisões e se colocaram a minha inteira disposição, com seus conselhos sábios, orações e olhares atentos. Mesmo distantes fisicamente, principalmente nesses meses que não pude me fazer presente, sempre estiveram próximos. Sinto o amor de vocês, o apoio e o acolhimento.

Ao meu irmão **Johnathan**, uma das pessoas que mais admiro nessa vida. Filho (meu jeito carinhoso de chama-lo) tenho tanto orgulho de você que mal consigo conter minhas lágrimas ao escrever isso. Acho que durante uma vida quis ser você – acho que todo filho mais novo sempre se espelha no mais velho – por te admirar, por reconhecer o quanto você é e sempre foi determinado, inteligente, guerreiro... Cada um sabe das suas batalhas e vitórias e sei Filho que de todos os guerreiros que conheço você é um dos que mais me inspirou e me inspira nessa vida. Mesmo longe fisicamente estive e está em minha vida nos momentos que mais preciso. Meu irmão. Que me deu uma irmã de coração, **Tatiara**, que chegou na nossa família para fortalecer nossos laços. Juntos vocês me presentearam com lindos sobrinhos **Heitor** e **Helena**,

que pouco acompanhei nestes últimos 2 anos. Obrigada pela compreensão e por todo o apoio que me deram e continuam dando, pois afinal o que são 3.000 km? Apenas a distância física, mas elos emocionais superam qualquer distância.

Amo vocês, minha família!

Ao meu companheiro desta vida e quem sabe de outras? **Josleidany Borges** – para mim, Amor – como te agradecer...? Está ao meu lado desde 2013 acompanhando meus momentos de euforia, alegria e tristeza. Em nossos votos de casamento disse que eu passei como um furacão na sua vida, um turbilhão de emoções, e nessa minha breve fala sobre você e sobre o seu papel nessa minha jornada do mestrado, reitero, passei como um furacão na sua vida, principalmente nesses últimos 2 anos, de forma intensa e você com sua calma e paz tem me feito, refletir, aprender e compreender que o acaso não existe tudo há um motivo e que após toda uma tempestade sempre vem à bonança. Vivi com você os melhores e os piores momentos da minha vida, conquistei e perdi... coisas e pessoas... sorri intensamente assim como chorei profundamente pois sou assim intensa... Como dito em nossos votos “Na alegria, na tristeza, na saúde, na doença, no mestrado ou fora dele – essa parte eu acrescentei agora – eu te prometo ser humana e na minha humanidade, te amar, te respeitar, te mimar, e te deixar livre para se for da sua vontade, escolher todos os dias de nossas vidas querer estar do meu lado, mas te garanto que me reinventarei todas as vezes que for possível pelo resto das nossas vidas juntos, para garantir que tenhamos momentos eternos e singulares nessa nossa breve existência”. Meu Amor, muito obrigada por estar ao meu lado nesta jornada, me incentivando sempre a estudar e a dar o meu melhor, sei da sua admiração por mim e saiba que ela é recíproca. Você e a doce surpresa que o destino me trouxe e amo estar ao seu lado.

À Família de coração que me adotou. À minha segunda mãe **Abigail** (Sogrinha), **Josyane** (cunhada), **Itamar** (concunhado), **Otávio** e **Nicole** (sobrinhos do meu esposo), meus irmãos e sobrinhos que o Amor me trouxe. Obrigada pelo apoio contínuo, pelos almoços de família onde por várias vezes me escutaram desabafar sobre as dificuldades de “estar mestranda”. Foi fundamental a presença de vocês em minha jornada no mestrado. Gratidão eterna.

À minha supervisora e orientadora e querida **Liliam Deisy Ghizoni**, professora não tenho palavras para te agradecer pela paciência, persistência e incentivo constante. Acredito que o desafio de te provar que conseguiria terminar esse mestrado me moveu durante todos os meses que me dediquei as atividades que envolvem o “ser mestranda”. Tenho certeza que só consegui porque contei com suas incontáveis leituras dos meus textos, das suas diversas contribuições com materiais (artigos, livros, teses, dissertações, outros), seu apoio emocional,

sua compreensão em relação as minhas limitações e acima de tudo porque acreditou que eu poderia chegar até aqui. Então estamos aqui juntas entregando o fruto da nossa pesquisa, desta primeira de muitas outras que virão. Meu reconhecimento pela sua dedicação, cuidado e empenho profissional. A senhora marcou minha história e espero que essa relação ultrapasse as barreiras do “ser mestranda” e vá para outros caminhos profissionais e pessoais. Tem a minha admiração professora.

Aos **amigos do mestrado**, gostaria de agradecer a todos que me deram apoio e empatia nessa trajetória. Estamos juntos! Minha gratidão por todas as palavras de incentivo de compreensão e cumplicidade. Mas preciso destacar uma linda surpresa trazida até mim de tantas pessoas maravilhosas que passaram por essa parte da minha vida durante esse mestrado e dentre elas está você, **Gabriela Melo**. Minha querida o que falar sobre você? Você sempre terá minha gratidão pelo apoio e pela escuta em dias não tão bons. Você sempre se fez presente e de uma forma linda, seu sorriso fácil, seu olhar amável, seu abraço e carinho me acolhiam e me traziam novas energias. Nesta reta final contei também com a contribuição teórica de outra grata surpresa do mestrado. **Albertina Vieira de Melo** muitíssimo obrigada pelas orientações e acréscimos no referencial teórico desta pesquisa. Conte comigo sempre...

Aos **colegas do Grupo de Pesquisa**: “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão” da UFT agradeço pelas discussões e pela colaboração neste estudo. Minha gratidão em especial ao Professor **Eder Ahmad** pelas excelentes contribuições. Suas falas abriram novas possibilidades dentro da desta pesquisa. À **Thaís Monteiro** que esteve comigo por pouco tempo nesta jornada, mas que foi uma excelente referência sempre disposta a contribuindo com orientação. Já disse isso pessoalmente, mas reitero aqui, você tem minha admiração. À **Maria Antônia** que esteve comigo em parte desta jornada, também deixo aqui minha gratidão. À **Almerinda Cunha** que incentivou a participar dos processos seletivos para o mestrado. E por fim a minha “irmã” de orientação **Janaina Vilares** que esteve comigo em muitos desabafos, aulas, disciplinas... durante todo processo do “Ser mestranda”. Somos guerreiras nesta jornada, irmãs de luta nesses quase 2 anos de mestrado e 6 meses como alunas especiais, estamos chegando ao fim. Conseguimos!!! Sou imensamente grata pelas trocas grandiosas que ocorreram neste grupo.

À minha querida, primeiramente estagiária, depois colega de trabalho e por fim pesquisadora-auxiliar deste estudo **Maria Aires**, uma companheira de fato. Convivemos por alguns anos e espero permanecer convivendo com você. Uma amiga de profissão que lindamente me auxiliou durante a construção das sessões do nosso grupo de escuta. Sua presença foi imprescindível para a realização das nossas sessões de escuta clínica do trabalho e

nas parcerias para as produções de resumos para os congressos. Agradeço as suas excelentes contribuições para este estudo. Que venham outros trabalhos juntas...

Aos profissionais que fizeram e fazem parte da **Equipe Psiquê** que durante a jornada do Mestrado seguraram as pontas e não deixaram a empresa parar. Muito obrigada a minha equipe.

Equipe Justiça Federal em nome da **Cynthia de Nazaré Vaz Salbé** e do **Ricardo Antônio Nogueira Pereira** que sempre me apoiaram nesses anos que precisei me dedicar a esse projeto, sempre com um olhar humano e acolhedor compreenderam os momentos que precisei me ausentar para congressos, eventos, aulas e demais atividades no mestrado.

Às minhas lindas e competentes **estagiárias** tanto da Justiça quanto da Psiquê. Registro minha gratidão pelo apoio nos projetos que tivemos que desenvolver em paralelo com o meu mestrado. Se não fossem vocês, não sei como conseguiria ter concluído tantas atividades ao mesmo tempo. Preciso destacar dois nomes em especial o da **Jéssica Sousa** que me deu grande auxílio na análise dos resultados das sessões deste estudo, elaborando lindamente minhas nuvens de palavras. Fica aqui meu agradecimento especial pelos anos de parceria de trabalho.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom)**, pela oportunidade do agregar e ampliar os conhecimentos no âmbito da pesquisa. Meu agradecimento especial aos **Professores do PPGCom**. Deixo meu carinho especial pela Professora **Verônica Dantas** que esteve presente na minha banca de qualificação e conseguiu ampliar minha visão sobre minha pesquisa. Foi uma grande honra ter vocês em minha formação!

À equipe do **Sindicato dos Jornalistas do Tocantins** em nome da presidente **Alessandra Bacelar**, obrigada por confiarem no meu trabalho.

Por fim meu carinho mais que especial **às jornalistas** que participaram das nossas sessões de escuta clínica do trabalho. Vocês me propiciaram ver na prática a realidade que tanto estudamos durante o mestrado. Cada uma de vocês, de uma forma especial, me mostrou que a empatia e o acolhimento sincero amenizam as dificuldades inerentes da realidade que vivemos no meio social e profissional. Permaneçam na luta levando mais afeto pelo outro aos colegas, independentemente da posição que ocupa na hierarquia de trabalho.

PARREIRA, Jordanna de Sousa. **O trabalho em pauta: a fala das jornalistas sindicalizadas no Tocantins**. 2019. 151f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

RESUMO

Este estudo traz uma análise sobre uma escuta clínica do trabalho feita com jornalistas vinculadas ao Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (SINDJOR). O objetivo geral foi analisar as narrativas de um grupo de jornalistas do Tocantins acerca de suas vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Os objetivos específicos foram: compreender se a nova morfologia do trabalho, influenciada ainda pelos aspectos da colonialidade, propicia a precarização do trabalho dos jornalistas; analisar as narrativas do grupo de Jornalistas participantes para averiguar a psicodinâmica do trabalho (Organização do Trabalho, Tipos de Sofrimento, Formas de Ação/Mobilização); e levantar quais as destinações que os jornalistas participantes do grupo dão ao prazer e ao sofrimento vivenciados nas suas rotinas de trabalho. Tendo como referência teórico-metodológica a Psicologia e a Comunicação. A psicologia esteve presente através do olhar teórico da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1992) que apresenta uma forma de olhar as relações de trabalho e o sofrimento psíquico inerente a essas relações, demonstrando que prazer e sofrimento no trabalho são indissociáveis. Como método deste eixo utilizou-se a Escuta Clínica do Trabalho de Mendes (2014) que se desdobra em três eixos: Dispositivos Clínicos (análise da demanda, transferência e interpretação); Formação do Clínico e Supervisão. Como forma de análise e preparação das sessões pelo coletivo de pesquisa utilizou-se a Análise Clínica do Trabalho de Mendes e Araújo (2012) que descreve como fazer a Análise da Psicodinâmica do Trabalho através dos seus três eixos: Organização do Trabalho; Mobilização Subjetiva; e Sofrimento, defesas e patologias. Pela Comunicação utilizou-se do binômio comunicação-trabalho de Fígaro (2008) que subsidia o estudo nas relações comunicacionais essenciais ao trabalho. Como método neste eixo, buscou-se o arcabouço da Análise das Narrativas de Mota (2013) para compreender os relatos colhidos durante as sessões, pois o mesmo proporciona a liberdade e a criatividade do pesquisador ao analisar os fenômenos que estão sendo investigados. Como Resultados obtivemos a participação de 6 jornalistas do sexo feminino, que estão no mercado de trabalho há mais de 4 anos. Todas as participantes relataram ter sofrido algum tipo de violência no desempenho de sua função e quatro delas relataram que já tiveram interesse de deixar a carreira de Jornalista. Quanto ao estado de saúde, todas as participantes relataram sentir desconfortos. Os sintomas com maior incidência foram: Sentimentos de tensão e Desânimo com 66% cada. As sessões ocorreram semanalmente de 14 de março a 25 de julho, totalizando 11 sessões. Como parte do método, ocorreu também uma devolutiva as participantes e uma avaliação após conclusão dos encontros. Conclui-se, pelas narrativas analisadas, que o sofrimento no trabalho tem sido internalizado e enfrentado de forma individual com recursos internos e, quando muito, compartilhado com poucas pessoas com uma forma de desabafo, mas que muitas vezes são reprimidas por elas como uma forma de defesa ou pelas pessoas externas. Nota-se que os relatos de violência laboral institucionalizada estiveram presentes em todas as sessões. As fontes de prazer, estão sendo questionadas e muitas vezes ignoradas pelo processo de adoecimento.

Palavras-chave: Violência Laboral. Escuta Clínica. Jornalistas. Narrativas. Trabalho.

PARREIRA, Jordanna de Sousa. **O TRABALHO EM PAUTA: A FALA DAS JORNALISTAS SINDICALIZADAS NO TOCANTINS**. 2019. 151p. Masters Dissertation (Postgraduate Program in Communication and Society), Federal University of Tocantins, Palmas, 2019.

ABSTRACT

This study provides an analysis of a clinical listening of the work made with journalists linked to the Tocantins Journalists Union (SINDJOR). The general objective was to analyze the narratives of a group of journalists from Tocantins about their experiences of pleasure and suffering at work. The specific objectives were: to understand if the new work morphology, still influenced by the aspects of coloniality, allows the precariousness of journalists work; analyze the narratives of the group of participating journalists to ascertain the psychodynamics of work (Work Organization, Types of Suffering, Action / Mobilization forms); and to identify what destinations the participating journalists of the group give to the pleasure and suffering experienced in their work routines. Having as theoretical and methodological reference the Psychology and the Communication. Psychology was present through the theoretical view of Dejours' Work Psychodynamics (1992), which presents a way of looking at work relations and the inherent psychic suffering in these relationships, demonstrating that pleasure and suffering at work are inseparable. As a method of this axis we used Mendes' Clinical Work Listening (2014) that unfolds in three axes: Clinical Devices demand analysis, transference and interpretation; Clinician Training and Supervision. As a form of analysis and preparation of the sessions by the research collective we used Mendes' and Araújo's Clinical Work Analysis (2012) which describes how to do the work psychodynamic analysis through its three axes: Work Organization; Subjective Mobilization; and Suffering, defenses and pathologies. Through Communication we used Figaro's binomial communication-work (2008) that subsidizes the study in communicational relationships essential to work. As a method in this axis, we sought Mota's Narrative Analysis framework (2013) to understand the reports collected during the sessions, because it provides the freedom and creativity of the researcher by analyzing the phenomena that are being investigated. As a result we had the participation of 6 female journalists who have been in the job market for more than 4 years. All participants reported having suffered some kind of violence in the performance of their duties and four of them reported that had already had an interest in leaving the career of journalist. Regarding health status, all participants reported feeling discomfort. The symptoms with the highest incidence were: feeling of tension and discouragement with 66% each. The sessions took place weekly from March 14th to July 25th, totaling 11 sessions. As part of the method, there was also a feedback from the participants and an evaluation after the conclusion of the meetings. It is concluded from the analyzed narratives that suffering at work has been internalized and faced individually with internal resources and, at most, shared with a few people as a form of outburst, but often repressed by them as a form of defense or by external people. It is noted that reports of institutionalized labor violence were present in all sessions. The sources of pleasure are being questioned and often ignored by the illness process.

Keywords: Labor Violence. Clinical Listening. Journalists. Narratives. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Aporte teórico.....	25
Figura 2 Aporte metodológico.....	27
Figura 3 Aporte Teórico - Metodológico	37
Figura 4 Cronograma de encontro e supervisão	42
Figura 5 Pasta no Google Drive	44
Figura 6 Foto tirada da lembrança de agradecimento ao grupo	90
Figura 7 Produto Final entregue aos participantes	93
Figura 8 Print da rede social do Sindicato	94
Figura 9 Nuvem de palavras recorrentes nas narrativas das sessões 1, 2 e 3	116
Figura 10 Nuvem de palavras recorrentes nas narrativas das sessões 4 e 5	117
Figura 11 Nuvem de palavras recorrentes nas narrativas das sessões 6 e 7	119
Figura 12 Nuvem de palavras recorrentes nas narrativas das sessões 8, 9 e 10	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Perfil do Participante	89
Tabela 2 Estado de Saúde/ Sintomas apresentados	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Artigos Intercom.....	33
Quadro 2 Como acontece a escuta clínica do trabalho.....	43
Quadro 3 Instrumentos de pesquisa.....	47
Quadro 4 Passo a passo da pesquisa frente a instituição parceira e/ou participantes.....	51
Quadro 5 Etapas da Análise Psicodinâmica do Trabalho (APDT).....	53
Quadro 6 Análise pragmática.....	54
Quadro 7 Institucionalização da violência se dão por quatro mecanismos.....	74
Quadro 8 Pesquisa para o estado da arte.....	76
Quadro 9 Comparativo dos estudos analisados.....	79
Quadro 10 Como a violência acontece.....	82
Quadro 11 Breve resumo das sessões.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Análise Clínica do Trabalho
ADC	Análise dos Dispositivos Clínicos
AMCT	Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho
APDT	Análise da Psicodinâmica do Trabalho
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
GO	Goiás
PPGCOM	Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade
PdT	Psicodinâmica do Trabalho
SINDJOR	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	MEMORIAL	18
2	INTRODUÇÃO	23
2.1	PROBLEMA DE PESQUISA	27
2.1.1	Delimitação do escopo.....	29
2.1.2	Justificativa.....	29
2.2	OBJETIVOS	33
2.2.1	Objetivo geral	33
2.2.2	Objetivos específicos:.....	33
2.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	33
3	METODOLOGIA	36
3.1	O MÉTODO DA ESCUTA CLÍNICA DO TRABALHO	39
3.1.1	Dispositivos clínicos.....	40
3.1.2	A formação do clínico	41
3.1.3	Supervisão clínica.....	42
3.2	PARTICIPANTES	42
3.3	INSTRUMENTOS.....	43
3.3.1	Google Drive, Google Docs e WhatsApp	44
3.3.2	A gravação e transcrição das sessões	45
3.3.3	O Diário de Campo.....	45
3.3.4	Quadro síntese	45
3.3.5	O memorial.....	45
3.3.6	Supervisão	46
3.3.7	Questionário para levantamento de perfil dos jornalistas do Tocantins.....	47
3.4	PROCEDIMENTOS	47
3.5	CUIDADOS ÉTICOS	48
3.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	48
3.6.1	Análise clínica do trabalho	49
3.6.2	Análise das narrativas	50
3.7	DEVOLUÇÃO ÀS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	52
3.8	AVALIAÇÃO.....	52
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	53
4.1	COLONIZADO, O COLONIZADOR E O PERÍODO DECOLONIAL: RELAÇÕES DE TRABALHO	54
4.2	O TRABALHO E O JORNALISMO	63
4.2.1	O labor e sua nova morfologia	65
4.2.2	O real do trabalho dos jornalistas	67

4.2.3	Uma possível origem da violência e dos atos violentos no trabalho contemporâneo 75	
4.2.4	A relação de trabalho e a perspectiva de gênero	78
5	RESULTADOS	82
5.1	PARCERIA E SENSIBILIZAÇÃO.....	82
5.2	PERFIL DAS PARTICIPANTES	83
5.3	RESUMO DAS SESSÕES	85
5.4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ÀS PARTICIPANTES	92
5.5	AVALIAÇÃO.....	93
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	96
6.1	ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	96
6.1.1	Organização do trabalho: o prescrito e o real do trabalho.....	96
6.1.2	Mobilização subjetiva.....	103
6.1.3	Sofrimento, defesas e patologias	105
6.2	ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	109
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICES	140
	APÊNDICE A - PROPOSTA DE PARCERIA INSTITUCIONAL	140
	APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE.....	144
	APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE 145	
	APÊNDICE D - LEVANTAMENTO DE PERFIL DO PARTICIPANTE.....	147
	APÊNDICE E - QUADRO SÍNTESE DE SESSÃO.....	1851

1 MEMORIAL

*“Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã...”*

*Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar*

*Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs...
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!*

*Nós podemos tudo,
Nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será”*

Gonzaguinha, Semente do Amanhã (nunca pare de sonhar).

Peço licença aos jornalistas para utilizar a forma de discurso que utilizam no dia a dia de trabalho de vocês – as narrativas jornalísticas, termos técnicos e dialetos – para descrever a trajetória do presente estudo. Grando (2010) e Benjamim (1985; 1994) definem dois percursos distintos que podem ser percorridos pelo narrador: o primeiro seria associado à pessoa que faz a viagem, adquire o conhecimento e as vivências, bem como a todos os indivíduos que fizeram parte do fenômeno e conta essa história aos demais; o segundo tipo de narrador seria aquele que não fez a viagem, não vivenciou a história, mas conhece bem as tradições que foram passadas de geração para geração. Pode-se observar que as fontes são distintas, mas ambas as narrativas apresentam a característica dos narradores natos: o senso prático. Nesta narrativa inicial, resolvi enquanto pesquisadora, seguir o primeiro percurso: o de um narrador que viveu os fatos narrados.

Então, por bem gostaria de apresentar ao leitor sobre o primeiro contato desta pesquisadora com o Trabalho como uma forma de trazer uma reflexão sobre o quanto sua forma de lidar com o trabalho também está associado a cultural e aos valores familiares que estamos inseridos.

A história desta pesquisadora, narrada pelas lembranças, vão ao encontro das relações profissionais atuais, interferindo diretamente na forma com ela vive a realidade do trabalho.

Vamos contar essa história:

Nasci em Goiânia-GO, fruto de uma relação de duas pessoas humildes: um comerciante no ramo de secos e molhados e uma dona de casa que escolheu abandonar sua carreira para cuidar dos seus dois filhos. Sou a segunda filha de uma prole de dois. Esta história mostra uma vida em que os patriarcas se juntaram para edificar uma família por meio dos proventos, frutos da dedicação e do esforço do seu trabalho, vivenciado de duas formas: externo – via espírito empreendedor do progenitor (meu pai) – e o trabalho interno, nos cuidados com a casa e dos

filhos por parte da progenitora (minha mãe). Vale destacar que o progenitor tem uma trajetória profissional de seus ancestrais diretamente ligada a empreendimentos no ramo comercial em pequenos estabelecimentos em periferias de Goiânia-GO.

Nesse cenário, de pequenas empresas com poucos trabalhadores, a carga horária de trabalho do empresário sempre ultrapassava as oito horas diárias. Nesse caso, ele saía de casa às seis horas da manhã e só retornava às vinte e duas horas. Portanto, minha convivência com meu pai era aos domingos, das treze horas em diante. As vivências profissionais em busca de melhores condições de vida eram a justificativa que pautavam as atitudes e os discursos da minha mãe, sempre que surgia o questionamento da ausência dele no nosso dia a dia. Os desejos de consumo fazem parte da realidade social das famílias e isso não foi diferente na minha casa.

Em meio a essa realidade, em 2002 terminei o ensino médio aos 16 anos e fui aprovada em duas faculdades particulares para o curso de Psicologia. Nessa época, o curso não era ofertado em instituições públicas na região. Movidos pelo desejo de me ofertar uma realização profissional, meus pais permitiram que eu iniciasse essa jornada mesmo sacrificando nossa família, pois vale contar que o curso de Psicologia era o segundo curso mais caro na instituição que escolhi cursar.

Nesta mesma época meu irmão foi aprovado em uma universidade fora de Goiânia para cursar medicina. A faculdade era estadual, mas tínhamos que arcar com os custos de moradia em uma outra cidade.

Mais uma vez, buscando a satisfação dos desejos sociais e para custear nossos anseios, minha mãe resolveu nos apoiar, também porque espelhava em nós um desejo dela: o de ter feito um curso superior.

Mediante esta decisão, toda a família se organizou para que fosse possível financiar meus estudos e do meu irmão em uma outra cidade. Minha mãe retornou ao mercado de trabalho formal e meu pai permaneceu em sua rotina de trabalho desgastante e sobrecarregado.

Durante todos os semestres da minha trajetória estudantil trabalhei informalmente. Não por uma exigência dos meus pais, mas por um reconhecimento de que precisava ajudar de alguma forma minha família, custeando parte dos custos com o estudo.

Trabalhei como recepcionista de uma academia, professora de alfabetização para adultos e vendedora informal de várias coisas como: roupas, bombons e sem joias. Nunca me faltou energia e ânimo para buscar uma renda que ajudasse a me custear. Recordo-me que, com orgulho, meus pais diziam: “minha filha é trabalhadora”. Eu era motivada pelo desejo de dar orgulho à minha família, também por meio do fruto do meu trabalho.

Tracei como meta final da faculdade me dedicar ao trabalho de psicóloga clínica. Por isso, busquei trilhar caminhos dentro da academia que pudessem fazer o meu desejo se tornar uma realidade. Mas, como poderão observar, o dia a dia do trabalho nos leva para caminhos diferentes do que traçamos. Será que isso interfere na realidade de prazer e sofrimento no trabalho?

De uma forma não planejada, em 2006, meu último ano no curso de Psicologia, surgiu um estágio remunerado em Psicologia Organizacional, na estrutura administrativa do plano de saúde de servidores do estado de Goiás. Nesse momento, iniciou-se a minha jornada de estudo das práticas organizacionais e do trabalho, para acompanhar pessoas nas suas rotinas profissionais.

A clínica sempre foi parte do meu cotidiano profissional depois de formada, mas não era suficiente para prover meu sustento. Portanto, buscando uma colocação melhor, em 2007, desembarquei no Tocantins, mais especificamente em Palmas. Até o presente momento, foram quatorze anos vivenciando a cultura organizacional de diversas empresas públicas e privadas no Estado. Muitas vezes neste período me vi repetindo as vivências de trabalho do meu pai, ao me submeter ao trabalho pela manhã, tarde e noite, buscando suprir uma necessidade de acender economicamente em uma sociedade regida pelo capitalismo. Meus vínculos de trabalho nessa trajetória, na maioria das vezes, eram informais, regidos apenas por um contrato de prestação de serviço. Esse retrato também observei nas vidas das jornalistas que participaram das sessões de escuta clínica do trabalho. Portanto, nessa realidade, vivenciamos a nova morfologia do trabalho, regida pela precarização e informalidade dos vínculos.

Em 2016 – buscando uma mudança na trajetória profissional e tentando viver uma realidade mais estável profissionalmente – decidi enveredar-me pelo mundo da docência de nível superior, após um convite para ministrar módulos de uma especialização e posteriormente na graduação de uma faculdade particular de Palmas. Percebi a necessidade de buscar ainda mais qualificação, pois duas especializações – uma em Neuropsicologia Clínica e outra em Gestão de Pessoas, somadas a 14 anos de vivência profissional em psicologia clínica e organizacional– não me bastavam para que eu pudesse desempenhar essa atividade satisfatoriamente segundo as regras do mundo acadêmico.

No ano de 2017 fui instigada por uma colega de trabalho e por uma exigência do mercado a entrar no mestrado. Me inscrevi no processo seletivo para aluna especial do mestrado na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nesta época eu não me sentia muito otimista, pois estava fora do mundo acadêmico há 10 anos. Por essa razão, recebi com surpresa a informação da minha aprovação para cursar uma disciplina como aluna especial no Programa

de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) na UFT. Posteriormente, decidi participar de um novo processo seletivo, e uma nova conquista veio: fui aprovada como aluna regular no mesmo programa.

Buscando, portanto, permanecer dentro das minhas rotinas de trabalho, escolhi um programa de mestrado que mais se aproximasse das minhas vivências profissionais, situado no Tocantins. Dentro do PPGCOM, optei pela linha de pesquisa intitulada: “Comunicação, Poder e Identidades”, que tem como principal foco as relações entre a comunicação, as identidades culturais e o poder, compreendidos a partir do olhar das diversidades culturais que interferem diretamente na mentalidade social. Quando falamos da importância do trabalho e da centralidade deste tema na vida do ser humano, percebemos o quanto as relações de poder interferem nas narrativas dos trabalhadores e na estruturação da identidade social do sujeito. Nessa linha de pesquisa também se estudam os impactos das relações nos processos de formação do profissional da comunicação. Essas questões, relevantes para mim, é contemplada na linha de pesquisa em que ingressei, o que atendeu a minha ânsia por conhecer mais sobre a realidade do trabalho na vida dos seres humanos. Nesse contexto, optei por estudar uma população que hoje representa o berço do programa de mestrado: os jornalistas.

Após ingressar como aluna especial, já em contato com a orientadora com a qual almejava, comecei a participar do Grupo de Pesquisa: “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”, vinculado ao CNPQ e a UFT, a convite da referida professora. Como parte desse processo, iniciei o meu reencontro com as exigências do mundo acadêmico e com as cobranças por produtividade deste meio. Produções de capítulos de livro, de artigos e de resumos, visando a participação em congressos e conseqüentemente, parte importante para o fortalecimento o currículo lattes, que é de suma importância no processo de construção do perfil de um Mestre.

No ano 2018, em parceria com uma colega de mestrado, produzi um artigo intitulado “Espiral do Silêncio, enquadramento e contemporaneidade”, que se transformou em um capítulo livro “*Media Effects: Ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo, Volume 3*”. Participei com trabalhos aprovados de 4 congressos, sendo eles um regional, dois nacionais e um internacional. Fora todas as vivências importantíssimas do dia a dia de aula, participação como docente em disciplinas e o estágio docência ofertado pelo PPGCOM. (Narrativa da Autora).

Nesta última parte da narrativa da história desta pesquisadora, afirma-se que foi possível vivenciar mais intensamente a realidade, neste ambiente de trabalho, do prazer e sofrimento inerentes ao contexto do desempenhar das atividades, também profissionais, como estudante.

A pesquisadora destaca que foi possível vivenciar o que o aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho descreve, sobre o qual nos debruçaremos na tentativa de descrever nesta pesquisa parte desta realidade.

Cumprido destacar que, além de ser aluna de um programa de mestrado, a pesquisadora deste estudo, atua em seu consultório como psicóloga clínica, é empresária e atua em duas instituições públicas federais para poder prover seu sustento, também realiza as atividades domésticas do seu lar, é esposa, é mulher e cumprindo com todos os papéis que cabem a uma mulher de 34 anos na sociedade patriarcal que vivemos. É fatídica a realidade de sobrecarga, e observaremos que isso não se difere da realidade da jornada vivenciada pelas mulheres.

Vale ressaltar que as vivências de trabalho são também responsáveis pela formação da identidade do ser humano. Na descrição acima, observa-se que esta pesquisadora se deparou com as primeiras relações de poder, comumente vivenciada nas relações paternas, já estava associada diretamente com a realidade do trabalho que afetou diretamente no convívio desta família e na percepção da mesma sobre a intensidade do que é trabalhar.

Agora saindo desta forma de narrativa, que narra um fenômeno vivenciado pessoalmente por esta pesquisadora conforme descrito por Grando (2010) e Benjamim (1985; 1994), usada para contextualizar e apresentar a pesquisadora deste estudo, adentra-se na realidade da população investigada. Esta pesquisa fundamenta-se nas teorias e metodologias da psicologia do trabalho e da comunicação. A trajetória desta pesquisa será narrada no segundo tipo de narrativa, como já descrita no início deste capítulo, onde o narrador será aquele que não fez a viagem da realidade do ser jornalista, não vivenciou a história na pele, mas conheceu bem a trajetória através da experiência contada por pessoas que vivem essa realidade.

2 INTRODUÇÃO

*“A vida é uma grande
Amiga da gente
Nos dá tudo de graça
Pra viver
Sol e céu, luz e ar
Rios e fontes, terra e mar*

*Somos os herdeiros do futuro
E pra esse futuro ser feliz
Vamos ter que cuidar
Bem desse país
Vamos ter que cuidar
Bem desse país*

*Será que no futuro
Haverá flores?
Será que os peixes
Vão estar no mar?
Será que os arco-íris
Terão cores?
E os passarinhos
Vão poder voar?”*

(Toquinho, Herdeiro do Futuro).

Pode-se observar, por este memorial, que o trabalho é uma realidade indissociável a vida humana. No movimento social contemporâneo, as atividades laborais são parte da trama narrativa da vida do sujeito, e passa por transformações profundas. Nas últimas décadas foram notórios os acontecimentos que narraram as mudanças que giravam em torno dos aspectos sociopolíticos, demográficos e tecnológicos. Mas, nota-se que o papel central do trabalho na construção das tramas relacionais sociais, de poder e de formação da identidade social permaneceu indissolúvel. Permanece como um grande agente influenciador e modelador do cotidiano de todos os seres humanos e, por conseguinte, do seu convívio social (MOTTA, 2013).

Mas vivendo em um mundo neoliberal capitalista, para Mignolo (2017) e Quijano (2000; 2007) precisa-se analisar o fomento do lado negativo da modernidade que para eles é a “colonialidade”, o lado mais escuro das mudanças ocorridas no ocidente e que surgiu entre o Renascimento e o Iluminismo na colonização das Américas. Este conceito de colonialidade que foi introduzido pelo sociólogo Aníbal Quijano¹, é a “pauta oculta” da modernidade que analisa a formação e as transformações históricas dessa “matriz colonial do poder”. E este lado obscuro

¹ Sociólogo pensador humanista, nascido no Peru. Doutor honoris causa pelas Universidades Central da Venezuela (UCV) e Nacional Autónoma de Guadalajara (UAG). Professor da Universidade de Binghamton. Conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder".

também influência nas relações de trabalho e nas vivências que se estendem as relações entre os membros de uma mesma classe profissional. A partir desta perspectiva é possível constatar a importância do trabalho para as mais diversas sociedades e a influência da colonialidade nas relações inerentes deste contexto.

Dal Rosso (2008) afirma que o conceito de trabalho está sendo usado pelo mercado e seus trabalhadores, usualmente associado à intensidade, perdendo seu vínculo antigo com o conceito de emprego. O autor destaca que o termo é empregado majoritariamente para fazer referência a relações empregatícias, com renda fixada e um contrato estabelecido no início das atividades, com uma jornada semanal definida segundo a legislação trabalhista, com descanso semanal, aposentadoria, seguro desemprego e demais direitos preconizados pela lei². Acrescenta ainda que no mundo dos “trabalhos”, a remuneração está atrelada às tarefas que serão exercidas.

Nesse contexto, com mudanças no cenário social, tecnológico e sociopolítico já mencionadas, os vínculos trabalhistas também estão padecendo e se modificando. Sabe-se que essas mudanças ocorreram em diversos campos profissionais, mas neste estudo destacar-se-á o que ocorreu especificamente no campo de atuação do Jornalismo, profissão que é o foco deste estudo. Destarte, estas transformações se tornaram uma realidade no trabalho dos jornalistas que caminharam para o informalismo e inexigibilidade do diploma. Para eles, o ato de se comunicar contemporâneo exige uma nova postura e uma adaptação contínua com uma sobrecarga de trabalho incomensurável.

Juntamente com a precarização da organização do trabalho, está a precarização das relações inerentes ao trabalho, gerando o cenário de violência laboral. Para Heloani e Barreto (2018) os comportamentos agressivos ou abusivos no trabalho trazem algum tipo de dano físico, psicológico ou algum tipo de desconforto às vidas humanas, tornando-se algo complexo, dinâmico e variado, que atrapalha profundamente a vida social. Oliveira e Nunes (2008, p. 23) afirmam que a violência tem que ser vista como um “fenômeno polissêmico e multicausal” que se apresenta de várias formas e em níveis diferentes. Portanto, seria uma perspectiva limitadora aquela que tivesse o intuito de pensar uma definição única para esse fenômeno.

Nesta conjuntura, percebe-se que o trabalho dos jornalistas, assim como todos os demais, é um misto de prazer e sofrimento. Para a Teoria da Psicodinâmica do Trabalho,

² Com a Reforma Trabalhista no Brasil, aprovada em 2017, várias mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) afetaram a rotina dos trabalhadores, não obstante a dinâmica de trabalho do jornalista. Com a reforma vários direitos anteriormente garantidos foram retirados, fragilizando, ainda mais, as relações de trabalho.

proposta por Dejours (1992), o Trabalho pode ser simultaneamente fonte de prazer e de sofrimento; um não exclui a existência do outro. São, portanto, indissociáveis. Para Mendes e Muller (2013, p. 290) “o trabalho contribui para subverter sofrimento em prazer” e vice-versa, dependendo das condições sociais, políticas e éticas da organização e dos processos de trabalho.

Deste modo, para compreender as vivências de trabalho dos jornalistas, este estudo parte de dois campos teóricos interdisciplinares: o da comunicação, baseado no binômio comunicação-trabalho de Fígaro (2008), e o da Psicologia, por meio da abordagem Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours (1992), como demonstra a Figura 1.

Figura 1: Aporte Teórico



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Didaticamente trabalha-se apresentando de forma separada as ideias de cada um dos saberes, mas precisa-se deixar claro que essa distinção não existe na prática, visto que esses saberes se sobrepõem em sua essência.

O olhar teórico de Fígaro³ aborda o binômio comunicação-trabalho. Traz uma reflexão sobre o ato de trabalhar, que para autora está associado ao convívio com outros sujeitos e, portanto, estabelece relações comunicacionais essenciais ao trabalho. Nessa realidade, o sujeito que arquiteta suas relações sociais, o faz por meio da comunicação e do trabalho. Segundo Monteiro (2018, p. 24) “trabalhar necessita, indubitavelmente, da ação do homem e essa práxis está associada às relações comunicacionais”.

A teoria da Psicodinâmica do Trabalho (PdT) foi elaborada por Christophe Dejours, na França em meados de 1980 e apresenta um olhar sobre as relações de trabalho e o sofrimento

³ Roseli Fígaro, integrante do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), criado em 2003, credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

psíquico inerente a essas relações. Busca-se a promoção da saúde mental a partir dos processos de subjetivação e prazer (LHUILIER, 2011; GAMA *et al.*, 2016). Em seu livro “A loucura do trabalho”, de 1987, Christophe Dejours⁴ descreveu a Psicodinâmica do Trabalho, o que se tornou um marco e permitiu que essa teoria ganhasse espaço no Brasil. A Clínica Psicodinâmica do Trabalho analisa os processos psíquicos mobilizados pelo encontro entre o sujeito e as imposições geradas pela organização do trabalho, conforme descreve o próprio autor. Este estudo será mais uma adaptação brasileira ao método de Christophe Dejours.

No Brasil, várias adaptações ao método original já foram feitas (DUARTE, 2014). A Universidade de Brasília (UnB) desponta com as primeiras pesquisas nesse aporte teórico-metodológico, nos anos 90, tendo a primeira dissertação de mestrado defendida em 1994 (MENDES, 1994), seguida da primeira tese de doutorado em 1999 (MENDES, 1999), embora o Núcleo de Pesquisa desta linha tenha passado por modificações, nos últimos anos, abandonando a abordagem da PdT⁵. No Tocantins, usando este aporte teórico-metodológico com adaptações, houve o estudo de Ghizoni (2013), Cunha (2017) e Monteiro (2018). Todos os estudos no Tocantins foram realizados pelo Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPQ “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”, ao qual esta pesquisadora também é vinculada.

O Método adotado neste estudo é a Escuta Clínica do Trabalho, proposta por Mendes (2014), na estruturação dos procedimentos descritos pela metodologia em etapas do processo da escuta. Para análise das falas durante o processo de Escuta Clínica do Trabalho, lança-se mão da Análise Clínica do Trabalho (ACT) de Mendes (2012), juntamente com a Análise das Narrativas (MOTTA, 2013), visto que ambos os métodos possuem a estruturação da forma como deve-se interpretar as narrativas conscientes e inconscientes que envolvem as relações humanas, pois a vida humana é marcada por “uma teia de narrativas na qual estamos enredados” (MOTTA, 2013 p. 17). Na Figura 2 demonstra-se essa relação das duas áreas do saber: Comunicação e Psicologia, com os aportes metodológicos correspondentes.

⁴ Christophe Dejours, diretor, membro e professor do *Laboratoire de Psychologie de Conservatoire National des Artes et Métiers* (Laboratório de Psicologia do Trabalho do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios – CNAM – de Paris).

⁵ De Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do trabalho – LPCT, desde 2018 chama-se Núcleo Trabalho, Psicanálise e Crítica Social coordenado pelo Prof. Dr. Emílio Facas e pela Prof.^a Dr^a Ana Magnólia Mendes.

Figura 2: Aporte Metodológico.

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Para ir ao encontro dos profissionais do Jornalismo no Tocantins e conhecer a realidade do trabalho vivenciado por eles, firmou-se uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins, por meio do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão (CNPQ/UFT) e a empresa Psiquê⁶, com o Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (SINDJOR) conforme proposta apresentada nos Apêndices A e B.

Destarte, com este olhar sobre o trabalho na contemporaneidade, com um corpo teórico e metodológico definido, passa-se a problematizar a realidade do mundo do trabalho dos jornalistas no Tocantins.

2.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como já descrito, a inquietação da pesquisadora em conhecer a realidade desta classe profissional foi fomentada pelo grupo de pesquisa CNPQ “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e extensão” e pelas vivências enquanto aluna no programa de pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Nota-se que o padecer dos jornalistas é tamanho que a verbalização de seu sofrimento já se torna parte do cotidiano das trocas informais de corredores. A realidade narrada entre colegas no mestrado – que tem um quantitativo significativo de jornalistas que atuam no Tocantins – a vivência do relato de sofrimento fomentou a curiosidade de analisar a realidade tocantinense dos profissionais do Jornalismo.

⁶ Empresa especializada em desenvolvimento humano e gestão de pessoas, cuja CEO e responsável técnica da empresa é a pesquisadora que está à frente do presente estudo.

Evidencia-se que os profissionais vivem assolados por notícias de “Passaralho”⁷ (SACARDOELLI, 2019) que são veiculados de forma cotidiana. Nota-se que as redações de jornais e revistas passam por reestruturações onde dezenas de profissionais são desligados, conforme retratou Paulo Henrique Amorim em seu blog de notícias Conversa Fiada⁸ em 2018, nesta época o Grupo Globo desligou mais de 40 pessoas. Em Goiás em julho de 2019 o blog Notícias da TV⁹ de Daniel Castro retratou a crise vivenciada pela TV Anhanguera, afiliada da Globo em Goiás, que encerrou 6 telejornais e que desligou 100 colaboradores.

Observa-se que essa reestruturação no mundo das notícias, e a decisão por desligar profissionais com mais tempo de casa, também perpassa a não exigência de uma formação técnica que se tornou dispensável após a aprovação do decreto em 2009 pelo STF o qual negativou à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista (MELO, 2017). A precarização se tornou mais marcante na profissão dos jornalistas, o que favoreceu o desligamento dos jornalistas graduados, que são resguardados por regras sindicais, muitas vezes sobrecarregando outros profissionais que permanecem ocupando outros cargos, mas desempenhando o trabalho prescrito do Jornalista. Vale elucidar que muitos veículos de comunicação estão fechando as portas como noticiado no blog de notícias PNoticias¹⁰ sobre a Rede Bahia que encerrou as atividades da TV Oeste em maio de 2019 após desligar todos seus trabalhadores. Para exemplificar contextualizando com a realidade das participantes¹¹ desta pesquisa, no decorrer do texto como uma forma de já trazer as informações da escuta para subsidiar os percursos teóricos serão apresentados alguns relatos das participantes.

Nota-se que os postos de trabalho estão diminuindo e que os direitos trabalhistas vêm se tornando escassos e mínimos: jornadas de trabalho cada vez mais flexibilizadas e ampliadas *“nesta profissão temos hora para sair de casa, mas não temos hora para voltar”* (6ª Sessão, 29/04/2019). Nota-se também, que regulamentos estão sendo desobedecidos em prol da produção de notícias. *“Você fica muito refém, você até adocece né, porque você pode dormir empregado e acordar desempregado, porque você não sabe”* (1ª Sessão, 14/03/2019).

E para agravar ainda mais esta realidade, no último dia 13 de novembro de 2019, conforme nota oficial Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) foi promulgado a medida

⁷ Termo utilizado pela imprensa para lista de cortes em grande escala de repórteres e editores.

⁸ Blog de notícia, disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/pig/passaralho-da-globo-apanas-levantou-voe>. Acesso: 14 out. 2019.

⁹ Blog de notícia, disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/crise-na-globo-de-goias-provoca-demissao-em-massa-e-reducao-de-telejornais-27284?cpid=txt>. Acesso: 14 out. 2019.

¹⁰ Blog de notícia, disponível em: <https://pnoticias.com.br/noticia/entretenimento/223393-apos-demissoes-em-massa-rede-bahia-encerra-atividades-da-tv-oeste-em-barreiras>. Acesso: 14 out. 2019.

¹¹ No feminino porque as participantes do estudo, que se voluntariaram, foram somente mulheres.

Provisória 905/2019, que revoga a obrigatoriedade de registro para atuação profissional de jornalistas via artigos do Decreto-Lei 972/1969 publicado no diário oficial no dia 12 de novembro de 2019. Continua descrevendo na nota que com este ato “o Estado brasileiro passa a permitir, de maneira irresponsável, o exercício da profissão por pessoas não-habilitadas, prejudicando toda a sociedade” (FENAJ, 2019).

Desta mudança crítica da realidade do trabalho dos jornalistas e do desenvolvimento de suas atividades profissionais, em um misto de violência, precarização e desvalorização do trabalho desenvolvido, surge a pergunta que norteia este estudo, já no feminino, considerando que o público que se voluntariou para participar deste estudo, foi composto somente por mulheres: o que as jornalistas do Estado do Tocantins, vinculadas ao SINDJOR, narram sobre as vivências de prazer e sofrimento no seu trabalho?

2.1.1 Delimitação do escopo

Neste estudo busca-se analisar a organização do trabalho das jornalistas que se propuseram a participar do grupo de escuta clínica em parceria com o SINDJOR/TO. O aporte teórico metodológico adotado neste estudo foi descrito nas Figuras 1 e 2 da introdução desta dissertação.

2.1.2 Justificativa

Realizou-se um levantamento bibliográfico em dois *lôcus* de pesquisa que difundem cientificamente os estudos sobre comunicação no país: a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós¹²) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom¹³).

O Compós realizou até 2018, 26 encontros anuais em diversas cidades do país. Devido à representatividade desta Associação no meio da Comunicação, buscou-se nesse levantamento compreender o que tem sido falado sobre o tema “trabalho”. Foram consultados os anais dos últimos 5 anos (2013 a 2018) utilizando os seguintes descritores: “comunicação e trabalho”;

¹² Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação foi fundada em 16 junho de 1991, em Belo Horizonte, com o apoio da Capes e do CNPq, a partir da iniciativa de alguns pesquisadores e representantes dos seguintes cursos de Pós-Graduação: PUC-SP, UFBA, UFRJ, UnB, UNICAMP, UESP. Disponível em: http://www.compos.org.br/a_compos.php#estatuto. Acesso em: 26 abr. 2019.

¹³ Fundada no dia 12 de dezembro de 1977 em São Paulo, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação tem como objetivo o compartilhamento de pesquisas e informações de forma interdisciplinar. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/a-intercom>. Acesso em: 03 jul. 2019.

“trabalho e comunicação”; “narrativas de trabalhadores”; “trabalho” e expressões análogas a esses descritores. Observou-se que, dos 5 artigos encontrados com esses descritores, apenas 2 de fato abordam a realidade do trabalho dos jornalistas. Foram eles: Souza e Pontes (2017) cujo tema trabalhado foi: As Mutações no Mundo do Trabalho do Jornalista e suas Contradições: uma perspectiva ontológica da crise do jornalismo; e Mick (2018) com o tema Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). Nota-se em ambos os artigos a preocupação com as mudanças sofridas no mercado de trabalho dos jornalistas.

Já no Intercom que também congrega trabalhos, tanto oriundo da graduação quanto da pós-graduação, que seus encontros diversos acontecem de forma periódica conforme agenda da sociedade e se subdivide em encontros, simpósios e um congresso nacional. Dos anos 2000 em diante o evento começou a contar com apresentação de trabalhos divididos por Núcleos de Pesquisa. No levantamento realizado, usando os mesmos parâmetros de levantamento usados na pesquisa da Compós, objetivou-se visualizar o que tem sido apresentado sobre o tema “trabalho”. Foram encontrados 13 artigos que discutiam a realidade do trabalho dos jornalistas (Quadro 1). Deste modo, observa-se que com o passar dos anos mais pesquisas estão surgindo sobre o tema, mas ainda há necessidade de mais estudos científicos sobre a temática proposta neste estudo.

Quadro 1 – Artigos Intercom.

Ano	Autor	Título
2013	Fígaro, Nonato e Grohmann	As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista
	Meireles	Em Busca de um Panorama Sobre as Mulheres Radialistas Egressas da UFPB
	Camargo	Indústria da Comunicação, Trabalho e Formação em Publicidade
	Grohmann	Marx De Volta e na Comunicação?
	Temer, Tondato e Tuzzo	Mulheres do Sol e da Lua - A televisão e a mulher no Trabalho
	Macedo	O Mundo do Trabalho do Editor de Livros
	Azevedo	O Trabalho em Emergência: Objeto e Matéria Estrangeira na Comunicação
	Reimberg	Organização do trabalho no jornalismo: centralidade e subjetividade em tempos de flexibilidade
2015	Oliveira	Cultura e Trabalho em Agências de Publicidade do Brasil: a Comunicação e a Perspectiva Ergológica
2018	Moliani	A Compreensão da Comunicação no Mundo do Trabalho pode contribuir para o Desenvolvimento do que se Entende por Comunicação Interna nas Organizações
	Ferreira	Luz no Fim do Túnel: Premiações Brasileiras e Reconhecimento Profissional das Mulheres no Fotojornalismo

Reimberg	Organização do trabalho, sofrimento e prazer na visão do jornalista Alberto Dines ¹⁴
Pachi Filho	Sentidos da liberdade de expressão no mundo do trabalho

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no site da Intercom (2019).

Ainda em relação à relevância deste estudo, vale citar um levantamento apresentado por Silva e Heloani (2007, p. 106) que elucida o quanto a classe profissional dos jornalistas tem padecido pelos frequentes “reajustamentos psicossociais [...] mudanças relativas a trabalho, família, vínculo conjugal, atividades sociais e demais processos psicossociais qualitativamente distintos”. Visto que os jornalistas são pressionados pela nova morfologia das suas atividades laborais, vivem uma exigência de ficar 24 horas por dia ligados e atualizados, sem tempo para a família, para o lazer e para atividades físicas. Nesse contexto, a doença se torna uma realidade.

Os autores acima citados, afirmam ainda que esses reajustamentos sociais estão ligados diretamente ao estresse em 77% dos jornalistas investigados, principalmente quando se analisa de forma qualitativa o fenômeno. O estresse se torna assim desgastante e parte da realidade sócio institucional e biopsíquica dos jornalistas, forçando os reajustamentos psicossociais (adaptação) e colocando a saúde mental em risco.

Nota-se que, em uma sociedade que valoriza profissionais multitarefas, os seres humanos estão perdendo suas capacidades empáticas, devido a sua sobrecarga individual e em decorrência dessa forma de enfrentamento da vida, estão internalizando diversas emoções, que acabam fazendo com que o corpo padeça. Pode-se afirmar que uma das profissões que abraçou ideia de multifunção foi o jornalismo. Neste cenário nota-se que o colega vira adversário. A redação vive uma espécie de terrorismo às avessas (TAVARES, 2010).

Corroborando com a afirmação acima, Nogueira (2012) afirma que as redações de antigamente contavam com vários jornalistas especializados para cobrir temas distintos. No entanto, as redações dos veículos de comunicação contemporâneos trazem uma estrutura mais enxuta e exigem do profissional de jornalismo que eles atuem em diversas áreas ao mesmo tempo. A cobrança pela produtividade, pela ubiquidade e também o medo de não conseguir cumprir o *deadline*¹⁵, incorporam a rotina do jornalista, uma série de fatores que servem de gatilhos para o stress e demais doenças psíquicas.

¹⁴ Alberto Dines, nascido em 1932, faleceu aos 86 anos, em 22 de maio de 2018. Ele trabalhou nas revistas Visão e Manchete; nos jornais Última Hora, Diário da Noite, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo e El País; na Editora Abril e no Observatório da Imprensa, experiência criada na Internet em 1996, que ganhou também espaço na TV de 1998 até 2016.

¹⁵ Prazo final para o fechamento de uma edição de jornal, edição e ou reportagem.

Vale ressaltar que, em reportagem publicada pelo site da Federação Nacional de Jornalismo (FENAJ), Heloani (2013) afirma que nos 3 grupos de jornalistas pesquisados, entre os anos de 2003 a 2013, o uso recorrente de drogas lícitas e ilícitas é facilmente observado. O consumo de drogas é uma forma de suportar o ritmo de trabalho (COSTA, 2013).

Some-se a isso, as jornadas de trabalho noturnas, horas de sono acumuladas, stress, ansiedade e insegurança. O perfil do jornalista atual vai ao encontro dos altos índices de doenças psíquicas advindas do trabalhar. De acordo com um texto publicado na página da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMT¹⁶), o jornalismo tem uma onda inédita de crises de stress, depressão e infarto.

Diante do exposto, nota-se um sofrimento patológico iminente na categoria dos jornalistas, visto que o desempenho profissional está em desencontro com o prazer. Portanto, há uma necessidade pulsante em conhecer a realidade do trabalho dos jornalistas, e este estudo apresenta três tipos de relevâncias, que são: a) **Relevância científica**: o Estudo da Psicodinâmica do Trabalho (PdT) das jornalistas no estado do Tocantins se faz presente pela necessidade de ampliar a compressão do prazer-sofrimento vivenciado pelos Trabalhadores do Jornalismo, dando voz a esse sujeito que está diretamente ligado à realidade da precarização do trabalho, pois esse trabalhador “tem voz, desejos, demandas e criatividade” (MONTEIRO, 2018, p. 24). Pelo viés da Comunicação se torna igualmente relevante, pois pretende-se ampliar o debate em torno do binômio comunicação-trabalho, uma vez que se observou ser esse um campo pouco estudado na área; b) **Relevância social**: Centra-se em propiciar uma escuta clínica para os jornalistas profissionais do Tocantins que desejam falar sobre as fontes de prazer e sofrimento no exercício da profissão, de modo gratuito, a partir de um acordo entre a UFT, Psiquê e o SINDJOR, no qual se coloca um produto de ponta da universidade pública a serviço da população. Essas Escutas Clínicas do Trabalho, desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação, como já foi mencionado, já vem sendo feita em diversas instituições, dentre elas: Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA), por Ghizoni (2013), Polícia Militar do Estado do Tocantins, por Cunha (2017) e em um órgão federal, por Monteiro (2018). Mas nota-se ainda uma lacuna de outras categorias profissionais, como a dos jornalistas, objeto deste estudo; e c) **Relevância organizacional**: No Tocantins, será a primeira vez que um sindicato promoverá a Escuta Clínica do Trabalho para seus associados. Por meio desta ação objetiva-se fortalecer o coletivo de trabalhadores do jornalismo do Tocantins e a longo prazo visa o cuidado e atenção

¹⁶ Texto disponível em: <https://www.anamt.org.br/porta/2018/11/13/jornalismo-da-globo-tem-onda-inedita-de-criises-de-estresse-depressao-e-infarto/>. Acesso em: 01/09/2019.

à saúde mental dos jornalistas. Pois, conforme os já mencionados estudos feitos por Silva e Heloani (2007), os reajustamentos psicossociais na classe jornalística – assim como o estresse – são alarmantes. Deste modo, há que se cuidar da saúde mental dessa população, antes que as patologias se avolumem. Isto posto, justifica-se este estudo e apresentam-se os objetivos desta pesquisa.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo geral

Analisar as narrativas de um grupo de jornalistas do Tocantins acerca de suas vivências de prazer e sofrimento no trabalho.

2.2.2 Objetivos específicos:

- Compreender se a nova morfologia do trabalho influenciada ainda pelos aspectos da colonialidade, propicia a precarização do trabalho dos jornalistas.
- Analisar as narrativas do grupo de jornalistas participantes para averiguar a psicodinâmica do trabalho (Organização do Trabalho, Tipos de Sofrimento, Formas de Ação/Mobilização).
- Levantar quais as destinações que os jornalistas participantes do grupo dão ao prazer e ao sofrimento vivenciados nas suas rotinas de trabalho.

2.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para melhor compreensão de toda a estruturação da pesquisa, definiu-se que iniciar-se-ia a apresentação desta pesquisa contextualizando, em um breve relato de vida da pesquisadora, a centralidade do trabalho na formação da identidade do sujeito e na construção da sua identidade profissional, por meio do Memorial.

Após o memorial da pesquisadora, na Introdução deste projeto, objetivou-se apresentar o aporte teórico desta pesquisa abordando os conceitos de trabalho, a importância de falar sobre esse tema e a forma como ele se apresenta na vida humana. Ao falar sobre a organização do trabalho, nos deparamos com o prazer e o sofrimento que é estudado pela psicologia do trabalho

por meio da Psicodinâmica do Trabalho. Ainda na introdução, apresenta-se como foram definidos os participantes e o problema desta pesquisa.

Justifica-se essa pesquisa mediante relatos atuais de adoecimento da classe profissional, assolada pelas demissões em grande escala, redução dos postos de trabalho celetistas, mudanças na forma de se comunicar na contemporaneidade e a não obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão. Diante deste cenário, define-se como Objetivo da pesquisa analisar as narrativas e a psicodinâmica do trabalho dos jornalistas.

No capítulo dedicado à Metodologia apresentar-se-á a forma como desenhou-se o multimétodo utilizado nesta pesquisa. Também nesse capítulo explanou-se que, para definição de cada etapa, usou-se a Escuta Clínica do Trabalho como aporte metodológico da Psicologia pela Psicodinâmica do Trabalho (conforme Figura 2). Esse aporte metodológico foi acompanhado da Análise Clínica do Trabalho, que foi feita de forma contínua e sistemática, de modo a analisar o material das sessões de escuta. Após a coleta das narrativas, iniciou-se a análise das narrativas tendo este método o aporte teórico da comunicação.

Para atingir esse objetivo, definiu-se que a Fundamentação Teórica da pesquisa se dividiria em duas seções. Na primeira, são apresentadas como as relações de trabalho se deram no Brasil desde os tempos da colonização e o desdobrar destas ações até o período de decolonial¹⁷ com as marcas da escravidão. Na segunda sessão, busca-se compreender a nova morfologia do trabalho e a realidade do laborar dos jornalistas, para compreender como estão as relações de trabalho e vislumbrar se as violências sofridas pelos trabalhadores no Brasil também vão ao encontro desta classe profissional. Pretende-se descrever uma possível origem dos atos violentos no trabalho, perpassa a realidade de sofrimento dos povos nativos e posterior aos escravos que se perpetuam até a contemporaneidade. Em detrimento a realidade das participantes da pesquisa buscou-se na última subseção desta primeira etapa adentrar a realidade do trabalho sob a perspectiva de gênero para verificar a realidade do trabalho feminino no Brasil.

Após esse levantamento teórico serão apresentados os Resultados de todo o processo que ocorreu antes do início dos encontros, até a avaliação após a conclusão das sessões.

A seção de Discussões dos Resultados foi dividida em duas subseções, sendo que na primeira foi apresentado como se deu a análise das sessões através da Análise Clínica da Psicodinâmica do Trabalho (ACPT) uma das etapas da Análise Clínica do Trabalho. Como

¹⁷ A ideia de decolonialidade indica a face obscura da modernidade pós colonização, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder (QUIJANO, 2000; 2007).

sequência da apresentação dos resultados apresenta-se a Análise das Narrativas das participantes.

E por fim, serão apresentadas as Considerações Finais da pesquisa, apontando a realidade do que foi pesquisado e os desafios enfrentados assim como possíveis desdobramentos deste estudo.

No capítulo a seguir é explanado o percurso metodológico adotado, de forma detalhada.

3 METODOLOGIA

*“A vida tem sons que pra gente ouvir
Precisa entender que um amor de verdade
É feito canção, qualquer coisa assim
Que tem seu começo, seu meio e seu fim*

*A vida tem sons que pra gente ouvir
Precisa aprender a começar de novo
É como tocar o mesmo violão
E nele compor uma nova canção”
(Roupa Nova, Começo, meio e fim).*

Trata-se de uma pesquisa social, qualitativa, aplicada e descritiva. Segundo Richardson (2007), em consonância com Flick (2013), a pesquisa social busca um posicionamento epistemológico diante do fenômeno social que pretende estudar. Portanto, busca-se neste método de pesquisa descrever e analisar fenômenos, controvérsias e/ou rivalidades sociais. Para Flick (2009) a pesquisa qualitativa é um desdobramento da pesquisa social aplicada, que utiliza o material empírico, assim como as percepções da realidade social local, como formas de analisar os fenômenos. Tem interesse pelas perspectivas dos participantes da pesquisa sobre sua realidade, no que se refere ao tema estudado. Vale ressaltar a importância desse tipo de pesquisa para o estudo das relações sociais, pois é indiscutível a pluralidade das esferas da vida do sujeito, considerando que os seres humanos vivem em ambientes diversos, permeados de subculturas, estilos e formas de vida distintas. Portanto, em estudos empíricos como este, o olhar qualitativo para as análises relacionais das narrativas se faz necessário. Esse olhar qualitativo faz-se presente na análise das narrativas transcritas, fruto das sessões de grupo.

Além de ser qualitativa, esta pesquisa é também descritiva, pois, a partir das narrativas será possível descrever os acontecimentos e fenômenos da realidade profissional dos jornalistas. Entende-se que, usar a análise descritiva vai ao encontro dos objetivos definidos neste estudo, visto que busca descrever as rotinas de trabalho. Assim como as relações associadas ao trabalho dos jornalistas do Estado do Tocantins, que vivenciam o prazer-sofrimento, dentro do universo de violência e assédio laboral (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; SILVA; MENEZES, 2001). Desse modo, esta pesquisa interliga Comunicação e Psicologia enquanto campos do saber, além de integrar os métodos das Narrativas e da Escuta Clínica do Trabalho, constituindo-se assim o *corpus*¹⁸ deste estudo.

¹⁸ Neste trabalho define-se *corpus* de acordo com Bauer e Gaskell (2002) que significa escolha sistemática de algum racional alternativo, uma coleção de escritos ou coisas parecidas; o conjunto completo de literatura sobre algum assunto.

A figura 3 demonstra este exercício inédito de unir os estudos até então feitos separadamente: somente na Comunicação ou somente na Psicologia.

Figura 3: Aporte Teórico-Metodológico



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Nesta pesquisa utiliza-se de forma interdisciplinar os dois aportes teóricos metodológicos, embora na prática não há como fazer essa distinção, pois em ambos os métodos há a análise da subjetividade humana, mas para uma melhor compreensão didática será explicado de forma separada.

A comunicação se faz presente como um percurso teórico-metodológico da narrativa, trabalhando de forma específica com a narrativa oral, na qual os jornalistas do Estado do Tocantins, narram o sofrimento vivenciado no contexto de trabalho (a organização do trabalho). Motta (2005) afirma que a forma narrativa de relatar algo vem carregada pela chamada “narratividade”, que prioriza a qualidade do detalhamento, a fim de denunciar uma sequência de estados de transformação. Esse olhar permite a organização da trama narrativa, com o objetivo de produzir significações e dar sentido às coisas e atos do sujeito, assim como integrar ações relacionadas ao passado, ao presente e ao futuro.

No eixo da psicologia, buscando compreender a importância do trabalho, esse elemento central da sociedade e da vida humana, a Psicologia do Trabalho adentra um conjunto de abordagens teórico-metodológicas que investiga o sofrimento psíquico nas Clínicas do Trabalho que “possuem diversidades epistemológicas, teóricas e metodológicas”. Nota-se que todas vão ao encontro da busca por compreender as relações do trabalhador com o seu meio de trabalho (MONTEIRO, 2016, p. 18).

Neste estudo, como já dito na introdução, usa-se o referencial teórico-metodológico, no eixo da psicologia, a Clínica Psicodinâmica do Trabalho (Figura 3) que busca identificar as estratégias de mobilização subjetiva, que se descreve pelos modos de pensar, sentir e agir individual e coletivo dos trabalhadores, que se fundamentam na inteligência prática, na cooperação e no espaço público de discussão. Apresenta como atribuição desta clínica, emancipar o sujeito, ressignificar o sofrimento e transformar a organização do trabalho em fonte de prazer e de saúde. Ressalta-se que as narrativas serão de fundamental importância, servindo de instrumento condutor do processo, e por isso torna-se imprescindível realizar um contrato de caráter ético com os participantes (DEJOURS; MOLINIER, 2011; MENDES; ARAUJO, 2012).

A Clínica Psicodinâmica do Trabalho apresenta como seu objeto a relação entre o trabalho e o trabalhar. Esta relação é o eixo principal da construção do sujeito, uma vez que ele se envolve no processo mostrando-se um sujeito ativo e dinâmico. Portanto, o foco de análise é pautado na organização do trabalho a partir de suas dimensões, sejam elas “[...] visíveis e invisíveis, prescrita, cognitiva, afetiva, intersubjetiva, política e ética” (MENDES; ARAUJO, 2012).

Dejours (2011) e Mendes (2007) afirmam que a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) busca agir por meio da interpretação e análise da organização do trabalho, apresentando estratégias moderadas no coletivo. Trata-se de uma forma de olhar para a organização do trabalho, ponderando o trabalho como dimensão central na vida do sujeito e aspecto pujante para refletir na saúde psíquica dos trabalhadores. A PdT busca entender a subjetividade no contexto laboral; baseia-se em quatro campos do conhecimento: a Psicologia, a Psicanálise, a Teoria Social e a Ergonomia. Trata-se de uma metodologia de observação da organização do trabalho. Entretanto, neste estudo serão adotadas as adaptações metodológicas já realizadas em diversos estudos brasileiros, visto que, como já evidenciado por Mendes e Araújo (2012), o viés social precisa ser levado em consideração. Portanto, a adaptação à realidade Brasileira se faz necessária.

Foi feita uma busca bibliográfica em trabalhos publicados no Brasil tendo como critério de inclusão: ter sido frutos de pesquisas realizadas em mestrados e doutorados; Ter usado métodos adaptados partindo da referência teórica-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho; Ter usado a Análise Clínica do Trabalho (ACT); Ter sido publicado nos últimos 7 anos; ter sido publicados na região centro-oeste ou norte do país. Localizamos as pesquisas de Ghizoni (2013), Duarte (2014), Cunha (2017), Amaral (2018) e Monteiro (2018). Deste modo este estudo segue na linha metodológica dos estudos aqui citados.

Como fruto destas adaptações utiliza-se o material advindo das sessões, do qual foram extraídas as narrativas das participantes, que passaram por um exercício de interpretação. Para tanto, se fez a captação de dados que não eram claros para a pesquisadora até a sessão correspondente, visto que, muitas questões associadas à organização do trabalho, que fomentam sofrimento, são abreviadas pelas estratégias defensivas que muitas vezes nem o sujeito tem consciência dessas informações (AMARAL, 2018). Como mecanismos de acesso a essas informações recorreremos as narrativas dos trabalhadores, por meio da perlaboração, já que as narrativas exigem que o sujeito pense sobre o que está sendo dito, o que se estende também para o pensar nas vivências subjetivas (DEJOURS, 2011).

3.1 O MÉTODO DA ESCUTA CLÍNICA DO TRABALHO

Este método que foi assim nominado por Mendes (2014) mas passou por diversas mudanças. O início do percurso de mudança aconteceu em 2009, com a publicação de Merlo e Mendes (2009), onde os autores perceberam que os estudos envolvendo a Psicodinâmica do Trabalho no Brasil, estavam mais focados em tratar somente a teoria do que em explorar a prática do método de escuta clínica proposto por Dejours na obra *a Loucura do Trabalho* em 1988.

Deste estudo nasceram algumas dissertações como de Medeiros (2012)¹⁹, Duarte (2014)²⁰ e Alves (2014)²¹ assim com duas teses, Ghizoni (2013)²² e Amaral (2018)²³, reverberando o conteúdo da publicação da obra Mendes e Araújo (2012), que buscou sistematizar, naquele momento, o método dejouriano adaptado à realidade brasileira. Segundo Duarte (2014) o ponto central desta mudança entre Dejours e Mendes é a postura do sujeito que fará a escuta clínica, há um deslocamento de pesquisador-clínico em Dejours para um clínico-pesquisador em Mendes.

Estes estudos acabaram por chegar à obra de Mendes (2014), que buscou sistematizar o método, mas ainda mantendo-se no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Esta obra demarca também as mudanças no olhar das pesquisas feitas pela professora Ana Magnólia

¹⁹ Estudo com pilotos considerando monitoramento aéreo do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

²⁰ Pesquisa comparativa de duas práticas distintas de clínicas psicodinâmica do trabalho – da cooperação e patologias – realizadas no Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

²¹ Estudo com trabalhadores Taquígrafos dos Parlamentares.

²² Estudo com trabalhadores da Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA).

²³ Estudo com Professoras readaptadas da rede pública de ensino do Distrito Federal, via Sindicato dos Professores (SinPro/DF).

Mendes, ligadas à Psicodinâmica do Trabalho. Com a publicação da obra *Desejar, Falar, Trabalhar* (MENDES, 2018) a referida autora inicia um novo percurso de construção teórica-metodológica, afastando-se do referencial dejouriano adotado por 25 anos.

Destarte, deixa-se claro, que neste estudo será utilizado o método disposto por Mendes (2014). Percebe-se que a busca desse método é o resgate do protagonismo dos atores que não percebem a importância do seu papel nesta dinâmica social que é o trabalho, e ao possibilitar essa descoberta, possam ser manifestadas e identificadas o papel de agente de transformação no decorrer do processo.

Mendes (2014, p. 65) nomeou como “escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico no trabalho”, deste modo definiu três eixos estruturantes para a escuta acontecer:

Quadro 2 - Como acontece a Escuta Clínica do Trabalho

Eixo I	Os dispositivos para a escuta clínica do sofrimento, sendo eles: - Análise da demanda - Transferência - Interpretação
Eixo II	Formação do clínico
Eixo III	Supervisão clínica

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Apresenta-se a seguir cada um destes eixos.

3.1.1 Dispositivos clínicos

No primeiro Eixo da Escuta Clínica do Trabalho temos a análise da demanda. A demanda pode surgir do trabalhador, do coletivo de trabalhadores, de uma instituição ou, ainda de pesquisadores que estudam a temática (MENDES, 2014). Neste estudo, a demanda surgiu do interesse do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação em conhecer a realidade dos jornalistas do Estado do Tocantins. Para tal, buscou parceria com o Sindicato da categoria no Estado, o SINDIJOR, e assim fez-se uma chamada para sensibilização e início da escuta clínica em grupo. No decorrer das sessões observou-se o desejo dos participantes em falar sobre suas vivências de trabalho.

Como segundo eixo dos dispositivos clínicos de Mendes (2014) tem-se a transferência, uma possibilidade da circulação do afeto e uma forma de processamento e reverberação das narrativas. O sujeito narra nesse momento sobre o que está passando, se mobilizando para as trocas e estabelecimento dos vínculos de confiança. A transferência na clínica do trabalho, acontece quando os participantes não permitem que a postura de onipotência e situações de

sedução cresçam no espaço de escuta clínica, mas reconheçam o que se passam com eles (queixas, sintomas e desejos).

A interpretação é o terceiro dispositivo. O papel do clínico-pesquisador é de suma importância nesse processo, visto que é o processo que analisa o sofrimento advindo do trabalho. Mendes (2014, p. 72), afirma que “o sofrimento é sempre mediado, seja pela mobilização subjetiva, seja pelas defesas”. Olhando através desse pensamento o clínico tem como missão quebrar as defesas adoecidas e propiciar que se construam novas estratégias (MENDES, 2014).

3.1.2 A formação do clínico

O clínico do trabalho é o mediador no processo de ressignificação do sofrimento, sendo pelo elo da escuta ou pelas possíveis tentativas de trazer o humano para as relações desumanizadas das vivências dos sujeitos no contexto do trabalho. Através do coletivo abre-se espaço para a reflexão do sentido e, como uma consequência do processo de transformar a organização do trabalho pelo mobilizar da subjetividade (MENDES, 2014).

Para dar conta das demandas o clínico-pesquisador precisa da qualificação teórica, da prática clínica e da análise pessoal. Esse disposto é inerente ao trabalho de um clínico, não há sucesso na prática clínica sem o desenvolvimento e a qualificação do agente de mediação. Na escuta e análise pessoal o clínico-pesquisador precisa se debruçar e se autodesenvolver para que seja possível compreender a subjetividade humana (MENDES, 2014).

Neste estudo a formação da clínica-pesquisadora está centrada nos três tópicos: a qualificação teórica que se dá por meio dos estudos sobre a teoria e o método; a prática clínica já precedia os estudos no mestrado, pois a clínica-pesquisadora tem 13 anos de experiência em escutas de consultório, embora o aporte teórico seja no Psicodrama e na Terapia Cognitiva Comportamental, o que demandou um desafio maior a pesquisadora nos estudos teóricos para os avanços deste aporte teórico-metodológico. Por fim a análise pessoal que vem acontecendo no aporte teórico da Psicologia Existencial Fenomenológica na atualidade, mas já perpassou por outras abordagens clínicas da psicologia, visto que há 15 anos passa por processos terapêuticos somando todas as idas e vindas.

3.1.3 Supervisão clínica

O conteúdo de cada sessão é discutido e analisado para melhor compreensão. Para que isso seja possível o coletivo de pesquisadoras foi o suporte na discussão de cada sessão. Esse coletivo de pesquisadoras foi formado pela clínica-pesquisadora (a autora deste estudo), pela supervisora (a orientadora) e pela auxiliar-pesquisadora (uma psicóloga voluntária que acompanhou as sessões e as supervisões). Na supervisão o clínico se qualifica através do treino do olhar para o fenômeno, “articula a teoria e a prática e permite ao clínico pelo exercício de experimentar a si mesmo a sua subjetividade e a do outro” (MENDES, 2014 p. 74).

As supervisões ocorreram semanalmente, como prevê o método. A seguir o quadro demonstrativo:

Figura 4: Cronograma de encontros e supervisão



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

3.2 PARTICIPANTES

Para a reunião de sensibilização, ocorrida dia 07 de março de 2019, quinze pessoas se inscreveram de forma online, via SINDJOR. No dia da reunião participaram oito jornalistas,

cinco pessoas manifestaram interesse em se voluntariar a participar das sessões de escuta clínica do trabalho, com o objetivo de relatar suas vivências associadas ao trabalho como jornalistas.

Observou-se que das pessoas que entregaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no dia da sensibilização, apenas quatro de fato compareceram as sessões. No decorrer do processo duas participantes aderiram ao processo. Portanto, o grupo formado contou com a participação de seis jornalistas na maior parte dos encontros, mas vale ressaltar que houve oscilações de frequência no decorrer das sessões.

Pontua-se que o critério de exclusão utilizado foi ter menos de 6 meses de trabalho no Tocantins, porém ninguém se apresentou com este perfil.

Nota-se que o grupo se formou em sua totalidade por mulheres, sendo que apenas na primeira sessão um participante do sexo masculino esteve presente nos 20 minutos finais da sessão, mas não voltou em outros encontros, nem devolveu o TCLE assinado. Mais detalhes do perfil destas participantes serão descritos da seção de discussão dos resultados.

3.3 INSTRUMENTOS

Os instrumentos que foram utilizados na Escuta Clínica do Trabalho para análise das narrativas dos trabalhadores foram pautados na proposta metodológica de Mendes (2014), sendo que diversos autores já fizeram uso deste arcabouço metodológico tanto em escutas individuais como coletivas (MEDEIROS, 2012; GHIZONI, 2013; GHIZONI; MENDES, 2014; ALVES, 2014; DUARTE, 2014; CUNHA, 2017; MONTEIRO, 2018; AMARAL, 2018). Vale esclarecer que neste estudo foram feitas algumas adaptações inovadoras nestes instrumentos, buscando utilizar recursos do mundo digital para facilitar a comunicação entre os pesquisadores.

Quadro 3: Instrumentos de pesquisa

1	<i>Google drive, Google Docs e WhatsApp</i>
2	A Gravação e Transcrição das Sessões
3	O Diário de Campo
4	Quadro Síntese
5	O Memorial
6	Supervisão
7	Questionário para Levantamento de Perfil dos Jornalistas do Tocantins

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

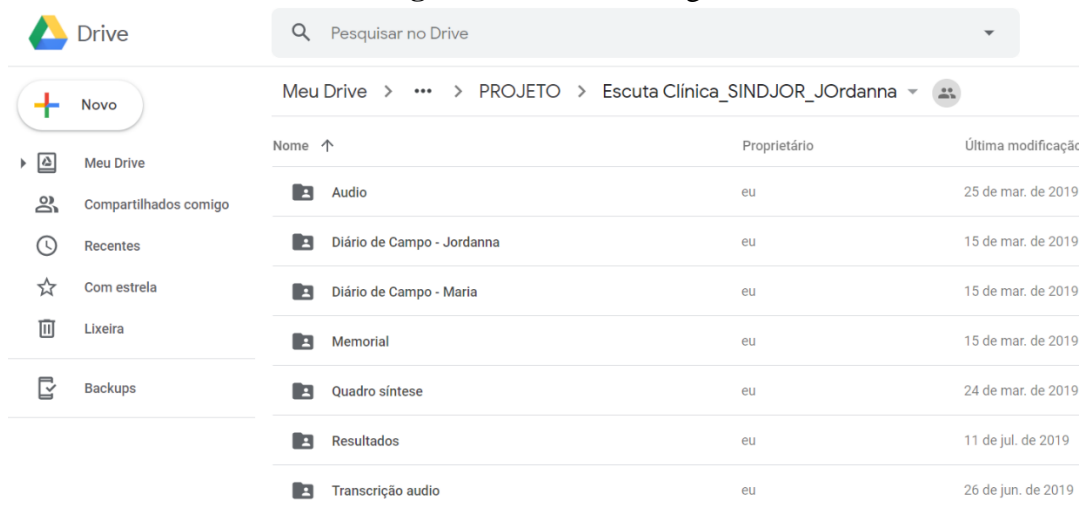
Ressalta-se que todos os instrumentos são de suma importância para o processo de supervisão visto que as orientações são pautadas nos aspectos registrados através destes instrumentos.

3.3.1 Google Drive, Google Docs e WhatsApp

Para facilitar a comunicação, foi criado pela clínica-pesquisadora uma pasta no Google Drive com acesso restrito aos membros do coletivo de pesquisa, onde todo o material era anexado e criado usando as ferramentas da plataforma como por exemplo o *Google Docs*. O compartilhamento era feito para que todo o coletivo de pesquisa pudesse, a qualquer momento, acessar os instrumentos. Além do acesso facilitado, o uso destas ferramentas, permitiram que acompanhassem de forma simultânea as atualizações, de modo que a supervisora pudesse ler e as clínicas-pesquisadoras tivessem acesso antes da supervisão em si.

Vale também elucidar que por meio desta ferramenta era possível acompanhar em tempo real as orientações e alterações feitas nos arquivos por todo o coletivo de pesquisa.

Figura 5: Pasta no Google Drive



Nome ↑	Proprietário	Última modificação
Audio	eu	25 de mar. de 2019
Diário de Campo - Jordanna	eu	15 de mar. de 2019
Diário de Campo - Maria	eu	15 de mar. de 2019
Memorial	eu	15 de mar. de 2019
Quadro síntese	eu	24 de mar. de 2019
Resultados	eu	11 de jul. de 2019
Transcrição audio	eu	26 de jun. de 2019

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Foi também criado um grupo no *WhatsApp* onde os membros do coletivo de pesquisa interagiam compartilhando informações sobre o andamento da escuta clínica.

3.3.2 A gravação e transcrição das sessões

As sessões tiveram o áudio gravado após o consentimento das participantes. No final de cada encontro, a clínica-pesquisadora postava na pasta “Áudios” criada no *Google Drive* e compartilhava os arquivos com todo o coletivo de pesquisa, e com uma profissional especializada em transcrições que prestou serviço de forma terceirizada. Foi estabelecido um prazo de no máximo 72 horas para conclusão da transcrição no *Google Docs*, para que houvesse tempo suficiente para a leitura da transcrição antes da supervisão.

3.3.3 O Diário de Campo

A clínica-pesquisadora e a auxiliar-pesquisadora construíam seus respectivos diários de campo no *Google Docs*. Estes arquivos são sigilosos, pois contém observações clínicas de aspectos verbais e não verbais apresentadas durante a sessão, como: descrição das relações entre as pesquisadoras; sentimentos relacionados às sessões e ao coletivo de trabalhadores como um todo (MENDES, 2014; GHIZONI; MENDES, 2014). Um registro muito importante para a supervisora acompanhar os sentimentos das clínicas pesquisadoras no decorrer das sessões.

3.3.4 Quadro síntese

Fez-se o uso do Quadro Síntese neste estudo segundo orientações de Amaral (2018) e Monteiro (2018) mas usando o *Google Docs*. Este quadro possibilita a organização dos conteúdos da sessão, facilitando a dinâmica e o processo de análise. Ele foi preenchido após as sessões, porém antes das supervisões, sendo completado na própria supervisão. O quadro é formado por doze divisões, sendo elas (Apêndice E): a) Participantes; b) Memorial; c) Temas; d) Afeto; e) Diário de Campo; f) Estratégias Defensivas; g) Observações; h) Supervisão; i) Sofrimentos; j) Prazer; k) Violências; l) Mobilização Subjetiva.

3.3.5 O memorial

Este documento foi construído no *Google Docs* após a supervisão e com base nas interpretações do quadro síntese. Os memoriais foram lidos no início de cada sessão como um aquecimento para o processo, com exceção da primeira sessão. Os registros dos conteúdos mencionados e/ ou trabalhados na sessão anterior, servem como memórias vivas do processo.

Os memoriais também funcionam como forma de validação do grupo para os conteúdos trabalhados na sessão anterior.

3.3.6 Supervisão

Como parte dos instrumentos usados reafirma-se a notória experiência dos profissionais que formaram o coletivo de pesquisa. A bagagem teórica e técnica deste coletivo contribuiu de forma notória com o processo.

A clínica-pesquisadora²⁴ responsável pela presente pesquisa é neuropsicóloga e psicoterapeuta, tem uma bagagem significativa de atendimentos (individuais) clínicos em consultório, atendimentos organizacionais (coletivos) através consultoria e assessoria em comportamento humano no contexto empresarial em empresas públicas e privadas e especializada em avaliação de perfil comportamental.

A auxiliar-pesquisadora²⁵ (voluntária) é psicóloga com atuação clínica e organizacional com experiência em atendimentos clínicos (individuais) e organizacionais com demandas de recrutamento e seleção, análise de perfil comportamental e estruturação de práticas organizacionais envolvendo seres humanos.

A supervisora²⁶ (orientadora) é psicóloga, doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, onde coordena pesquisas no Grupo “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão” (CNPQ/UFT), trabalha desde 2009 com psicodinâmica do trabalho, cuja tese de doutorado foi defendida utilizando metodologia similar à do estudo que está sendo apresentado.

Segue-se com a apresentação do instrumento utilizado neste estudo.

²⁴Jordanna de Sousa Parreira, Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás. Especialista em Neuropsicologia Clínica pelo Instituto Brasileiro de Neuropsicologia IBNEURO e em Gestão de Pessoas pela UFT. Cursando mestrado acadêmico pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade pela UFT. Responsável pela equipe de Psicologia da Psiquê e Justiça Federal do Tocantins. Psicóloga Clínica, Organizacional e do Trabalho com atuação em desenvolvimento humano e análise de perfil comportamental. E-mail: jordannasparreira@gmail.com.

²⁵Maria Aires Souza, Maria Aires Gomes Estevão de Souza, Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Graduada em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo - USP. Pós-graduanda em Gestão Executiva e Liderança pelo Instituto de Pós-graduação -IPOG. Psicóloga Clínica na clínica Psiquê. Analista de RH com foco em Recrutamento e Seleção. E-mail: airesmarias@gmail.com.

²⁶Lilium Deisy Ghizoni, Professora Adjunta no Curso de Administração e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM/UFT). Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações com Estágio Sanduíche na Université Catholique de Louvain la Neuve - Bélgica. Pós-doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do Grupo Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão (UFT/CNPQ). No PPGCom/UFT realiza pesquisas com foco em comunicação e trabalho. E-mail: ldghizoni@gmail.com.

3.3.7 Questionário para levantamento de perfil dos jornalistas do Tocantins

Foi aplicado um instrumento na terceira sessão, baseado em Monteiro (2018) (APÊNDICE E) como já mencionado, com o objetivo de obter dados sistematizados sobre as participantes voluntárias que aceitaram o convite de participar dessa pesquisa. Deste modo levantou-se o perfil das participantes. Seguiu-se a sugestão de Monteiro (2018), que desenvolveu um questionário semelhante após observar nos relatos de Ghizoni (2013), a necessidade de tal instrumento como já apresentado.

Observa-se que de fato o uso do questionário facilitou na descrição da população participante propiciando o conhecimento de detalhes da subjetividade que não foram explanadas no grupo.

3.4 PROCEDIMENTOS

Nesta pesquisa construiu-se um conjunto de etapas que, para melhor visualização, serão demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 4: Passo a passo da pesquisa frente à instituição parceira e/ou participante.

Etapas	Data
Reunião com Presidente do Sindicato (SINDJOR) onde foi feito o compartilhar das ideias sobre o Projeto.	17/08/2018
Reunião com a equipe de assessoria de imprensa do SINDJOR para apresentação do projeto de forma verbal e discussão das iniciativas que precisarão ser tomadas para a sensibilização dos participantes. Sendo elas: - Vídeo falando sobre a importância da saúde mental no trabalho - Vídeo convite para a reunião de sensibilização para escuta clínica	28/08/2018 a 08/03/2019
Apresentação formal da proposta do projeto de intervenção para a Presidente do SINDJOR e assinatura do termo de compromisso pelo SINDJOR (Apêndice A e B)	Fevereiro de 2019
Realização da palestra de sensibilização sobre saúde mental no trabalho e apresentação do projeto para os convidados do SINDJOR. Após a reunião foram feitas as inscrições dos interessados em participar do projeto, via TCLE (Apêndice C).	07/03/2019
Definição do coletivo de pesquisa e do cronograma de Escuta Clínica do Trabalho e das Supervisões	13/03/2019
Início dos encontros clínicos	14/03/2019
Conclusão dos encontros	01/06/2019
Análise Clínica do Trabalho	De 14/03/2019 a 23/05/2019

Análise das Narrativas	23/05/2019 a 30/11/2019
Apresentação dos dados e devolução para a população pesquisada e para instituição com a apresentação dos resultados obtidos. Foi feita no final do processo através de um relatório apresentado aos participantes do grupo, para validação e encaminhamentos. Neste momento estiveram presentes de todos os participantes do coletivo, assim como a clínica-pesquisadora e a auxiliar-pesquisadora.	25/07/2019
Avaliação: Foi feita uma nova chamada das participantes, 3 meses após a conclusão das sessões, para avaliar como estão após a conclusão da escuta clínica.	20/11/2019

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As supervisões aconteceram semanalmente e de forma presencial, com duração aproximada de 90 minutos (na sede da Psiquê) e/ou de forma online (pelas ferramentas já mencionadas) por facilidade de acesso das clínicas pesquisadoras (Figura 4).

3.5 CUIDADOS ÉTICOS

Durante todas as etapas da presente pesquisa buscou-se seguir os mais rígidos procedimentos éticos com a responsabilidade de manter a privacidade dos participantes, em absoluto sigilo, conforme Conselho Nacional de Saúde (CNS), Resoluções 466/2012 e 510/2016 que regulamenta a pesquisa com seres humanos, conforme descrito no TCLE (APÊNDICE C). Foi acordado com as participantes, obedecendo as regras das resoluções já citadas, que os resultados alcançados com a pesquisa poderão ser divulgados em publicações científicas, desde que as identidades dos participantes sejam mantidas em total sigilo.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Partindo do pressuposto de Einstein, apropriado por Motta (2013) que diz que “A teoria é que determina o que podemos observar” partiu-se da análise de duas metodologias para compreender a trama associada a realidade do trabalho dos jornalistas. A interpretação foi feita mediante a transcrição do áudio feito na sessão de escuta clínica do trabalho, onde foi analisada as narrativas dos jornalistas. A Análise Clínica do Trabalho foi utilizada na estruturação semanal das narrativas servindo como um norteador para o próximo encontro e a Análise das Narrativas foi utilizada após finalizar os Encontros da Escuta Clínica do Trabalho.

3.6.1 Análise clínica do trabalho

Adotou-se neste estudo para análise de dados, os dispositivos metodológicos de Mendes (2012) a Análise Clínica do Trabalho (ACT), tendo como finalidade a melhor organização do material coletado nas escutas coletivas. Essa técnica tem como foco a análise qualitativa e no significado das narrativas dos participantes.

A ACT facilita a sistematização dos próximos encontros em prol do objetivo da escuta, que é permitir que as tramas laborais dos jornalistas sejam descritas através das narrativas das vivências associadas ao sofrimento advinda do trabalhar e das relações inerentes a ele. Para o clínico pesquisador a escuta do não dito, do oculto, do silenciado tem como propósito, junto com o coletivo, compreender e redefinir estratégias para ressignificar o sofrimento. Esse pensamento de Mendes (2012) corrobora com Motta (2013) quando ambas as metodologias primam por analisar os aspectos conscientes e inconscientes das relações buscando compreender o significado que as narrativas possuem.

Durante as narrativas dos participantes, o conteúdo é analisado de forma flexível, pois durante as verbalizações os paradoxos surgem e são colocados em uma posição de reflexão para que seja possível o verticalizar da temática que surge. Com essa técnica é possível analisar o que está sendo ocultado pelo grupo.

Por esse caminho, a ACT propõe três etapas: 1) Análise dos Dispositivos Clínicos (ADC), 2) Análise da Psicodinâmica do Trabalho (APDT) e 3) Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho (AMCT). Neste estudo o foco será somente na APDT, devido ao período que envolve a pesquisa de campo ser extenso para um mestrado (MENDES; ARAUJO, 2012; GHIZONI *et al.*, 2014; CUNHA, 2017; MONTEIRO, 2018; AMARAL, 2018).

A APDT é uma etapa que tem como objetivo organizar as narrativas transcritas dos trabalhadores de forma agrupada pelos três eixos (Quadro 3). O texto deverá ser organizado conforme foi tecido a trama de narrativas levando em consideração o processo de revelação e apropriação da narrativa pelo coletivo. Uma forma de organizar essas narrativas será o quadro síntese (APÊNDICE E). Nessa pesquisa apropriar-se-á dos 3 eixos da APDT:

Quadro 5: Etapas da análise Psicodinâmica do trabalho (APDT).

1ª Etapa	Organização do trabalho prescrito e o real do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ● Tipos de Tarefas ● Divisão do Trabalho ● Normas e Regras ● Tempo e ritmos ● Exigências Técnicas
----------	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> ● Relações com pares, chefias e clientes ● Estilo de Gestão ● Responsabilidades e riscos
2ª Etapa	Ação/Mobilização subjetiva	<ul style="list-style-type: none"> ● Sofrimento Criativo ● Inteligência Prática ● Espaço de Discussão ● Cooperação ● Reconhecimento
3ª Etapa	Sofrimento, Defesas e Patologias	<ul style="list-style-type: none"> ● Sofrimento Patogênico ● Estratégias de Defesas Individuais ● Estratégias de Defesas Coletivas ● Tipos de Patologias ● Danos Físicos e Psicossociais

Fonte: Mendes e Araújo (2012) adaptado pela autora (2019).

Dentro da APDT nesse estudo, mais precisamente na terceira etapa, acrescentar-se-á a Análise das Estratégias de Defesa de Moraes (2013) no Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho que serão vistas nesse estudo como recursos construídos pelos trabalhadores de forma individual ou coletiva para diminuir a concepção do sofrimento no trabalho que geralmente surge na negativa da percepção daquilo que faz sofrer. Elas poderão se apresentar como: a) Defesa Protetora (Racionalização); b) Defesa Adaptativa (Negação) e; c) Defesa Explorada (Negação).

3.6.2 Análise das narrativas

Após a conclusão da coleta das narrativas durante as sessões, realizou-se a análise das narrativas. Para Motta, a forma como olhamos para o objeto narrativo que será alvo da análise automaticamente promoverá a mudança no objeto analisado. A narratologia é um procedimento metodológico analítico que busca compreender os mitos, fábulas, valores subjetivos, intersubjetivos, ideológicos, culturais e políticos de uma sociedade (MOTTA, 2013).

Este autor continua afirmando que não há necessidade de um rigor metodológico ao fazer uma análise das narrativas e que o formalismo ou o estruturalismo ditado pelos demais métodos de análise precisam ser quebrados. O respeito ao perfil do analista criativo e as iniciativas imaginativas é necessário, mas sempre buscando uma coerência com o problema de pesquisa. O autor afirma que, a criatividade metodológica promove interpretações mais potentes (MOTTA, 2013).

Outra considerável distinção dos demais métodos de análise de narrativas de outros autores, Motta (2013) não acredita que a expressão verbal deva ser analisada como uma

atividade autônoma à parte das relações sociais. Portanto a expressão verbal deverá ser analisada em uma correlação com o contexto social que o sujeito estiver inserido, o chamado contexto comunicativo.

A análise da narrativa defendida pelo autor é uma técnica hermenêutica²⁷, de “interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos” (MOTTA, 2013 p. 124). O autor afirma que para ele a hermenêutica automaticamente leva o método ao encontro da Fenomenologia,²⁸ que o mesmo descreve como uma ferramenta que analisa o fenômeno em busca de revelar as pessoas humanas. Ainda falando do olhar fenomenológico do seu método, Motta (2013) afirma que a interpretação dinâmica e sistemática é de suma importância para se aproximar da essência do fenômeno narrativo, desvelando as diversas camadas do objeto empírico.

Como procedimento metodológico a análise pragmática dos processos comunicativos será adotada nesse estudo pelo eixo da análise das narrativas comunicacionais da co-construção de significado compreendendo a constituição argumentativa do mundo através do ato de fala narrativos intersubjetiva.

A análise pragmática do processo de comunicação narrativa requer, portanto, que o texto seja analisado como ponto de referência entre alguém que construiu argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme a sua intenção (MOTTA, 2013, p. 127).

O quadro a seguir mostra o que a análise pragmática avalia:

Quadro 6: Análise pragmática

Uso da Linguagem	“emissor (narrador), destinatário (narratário), intenção comunicativa, contexto verbal, reconhecimento das Instruções de uso e a situação ou conhecimento de mundo compartilhado etc.”
Projeto Dramático	“fatores de tipo intencional, situacional e contextual”
Contrato Implícito	“contrato cognitivo entre emissor e destinatário pelo qual o narrador procura garantir a adesão de seu interlocutor destinatário em seu ato de fala”

Fonte: Motta (2013, p. 128), adaptado pela autora (2019).

²⁷ Hermenêutica é uma área da filosofia que estuda a teoria da interpretação de textos escritos.

²⁸ Fundada por Edmund Husserl (2005), é um método de reflexão sobre o que é mostrado e não somente o que aparenta ser ou parece.

Mediante tudo que já foi descrito, Motta (2013) afirma que o mais correto seria nomear o que ele faz como Teoria e Análise da Comunicação Narrativa, pois foca no ato narrativo entre dois interlocutores, a ação de narrar entre coisas e sujeitos.

Neste estudo ousa-se interpretar as narrativas das participantes para vislumbrar e inferir um panorama geral da realidade do trabalho acreditando que a representatividade do que será descrito neste ato de falar e de argumentar tecendo a trama narratológica do trabalho, retrata de forma contextualizada o viver do trabalho das jornalistas no estado do Tocantins. Essa interpretação foi validada pelas participantes na devolutiva feita.

A forma de apresentar a interpretação contida na análise das narrativas foi feita por blocos de sessões conforme movimento do grupo por temáticas trabalhadas. As narrativas tomariam uma forma através das nuvens de palavras que seriam criadas mediante a maior frequência de palavras narradas pelas participantes. Para a estruturação destas nuvens foi utilizado o programa *WordArt*.

3.7 DEVOLUÇÃO ÀS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Ocorreu após o encerramento da Escuta Clínica. As participantes foram convidadas pela clínica-pesquisadora e auxiliar-pesquisadora, para participar da apresentação das análises feitas até o momento do encontro. Os resultados foram apresentados através de slides e entrega do relatório as participantes do grupo, para que as mesmas validassem as informações e as análises que foram feitas dos dados. Destaca-se que uma versão online, já validada, também foi entregue à Presidenta do SINDIJOR/TO.

3.8 AVALIAÇÃO

Conforme descreve o método, de 3 a 9 meses após a conclusão dos encontros de Escuta Clínica do Trabalho, sugere-se um encontro para falar das reverberações ocorridas após a conclusão da escuta clínica (nesta prática clínica o encerramento foi em julho de 2019).

Deste modo, convidou-se as participantes via grupo de *WhatsApp*, para o encontro de avaliação. O encontro aconteceu no dia 20 de novembro de 2019, na sede da Psiquê, das 20h às 21h e contou com a participação de uma jornalista (do total de 6 participantes do grupo). Discutiu-se no encontro os desafios e possibilidades depois que o coletivo que participou das sessões se desfez.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“Prefiro ser essa metamorfose ambulante
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”
(Raul Seixas, Metamorfose Ambulante).*

Este capítulo se dedicará a explicar a fundamentação teórica deste estudo e está dividido em duas subseções, que serão descritas a seguir.

Na primeira subseção serão apresentadas as relações do trabalho, colocando em relevo aquilo que se refere à influência da colonização, para verificar se essa influência decolonial do Brasil nos traz resquícios da escravidão à contemporaneidade do trabalho. Busca-se também elucidar como o trabalho se deu no Brasil e como se naturalizou contemporaneamente. Será abordada a influência da colonização no contexto do mundo do trabalho, perpassando e refletindo na formação identitária do sujeito e a construção de suas relações sociais. De acordo com Hall (2006), a identidade se apresenta como uma escolha que pode ser modificada a qualquer momento, mas se perpetua a identidade violenta e as vezes abusiva do trabalho no período decolonial. Nesse capítulo lança-se mão do referencial teórico utilizado em uma disciplina do mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCom/UFT), intitulada: “Cultura, Comunicação e Território”²⁹. Portanto, parte da revisão bibliográfica feita foi baseada nos artigos e livros trabalhados nas disciplinas para fundamentar as ideias sobre a colonização e a identidade de gênero nas relações profissionais.

Na segunda subseção será abordada a centralidade do trabalho, a partir dos autores Fígaro (2018), Dejours (2017), Antunes (2017), Neffa (2015) e Freitas (2013). Descreve-se a nova morfologia do trabalho para melhor compreensão da realidade do trabalho dos jornalistas no Brasil. Cumpre destacar que foi dado um enfoque aos estudos empíricos que envolvem o trabalho dos jornalistas, ressaltando as transformações sofridas pelo trabalho dos jornalistas, retratadas em notícias de blog, artigos e demais meios de comunicação nos anos de 2018 e 2019. Buscou-se também, usando a plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizar um levantamento de 2013 a 2019 a fim de verificar os últimos estudos realizados para contextualizar o que vem sendo discutido na academia sobre o tema. De antemão, pode-se observar que as mazelas que permeiam o novo cenário do trabalho, no qual não se diferencia classes profissionais, têm cerceado e minguado os direitos profissionais da categoria jornalistas. Vislumbra-se a investigação das possíveis origens dos atos violentos como um desfecho para frustrações já mal resolvidas e internalizadas, associadas às relações de poder

²⁹ Disciplina cursada em 2018/01, ministrada pelo Prof. Dr. André Demarchi.

desde a colonização. Busca-se, por meio do olhar dos autores Heloani (2003; 2005), Heloani e Barreto (2013; 2018) e Faria (2013) verificar os tipos de violência laboral e assédio laboral que são vivenciados pelos jornalistas. Para Heloani e Barreto (2018, p.27) “a violência é um fomento complexo, dinâmico e variado; aparece nos nossos dias como a grande ameaça à vida social”. Iremos nos basear na premissa desses autores que acreditam que os termos “violência laboral” e “assédio laboral” definem os diversos atos de violência que ocorrem no meio ambiente do trabalho. Devido ao fato de todas as participantes serem do sexo feminino será apresentado como a mulher é vista no mundo do trabalho através da perspectiva de gênero nas relações profissionais. Essa subseção utilizou o referencial teórico utilizado na disciplina “Mídia e Política”³⁰ para revisão bibliográfica baseada nos artigos e livros trabalhados nas disciplinas sobre identidade de gênero nas relações profissionais. Assim, inicia-se a apresentação teórica que fundamenta essa pesquisa.

4.1 COLONIZADO, O COLONIZADOR E O PERÍODO DECOLONIAL: RELAÇÕES DE TRABALHO

Pode-se dizer que o trabalho é um ato humano tão antigo quanto a própria humanidade. Etimologicamente, a palavra “trabalho” tem como origem a palavra latina *trabs/trabis*, que tem como significado em português: “viga”, e originou os termos *tripaliare* ou *tripalium*, um instrumento de tortura com três pontas, utilizado para dominar animais, bem como forçar escravos de colonizadores a trabalharem mais e aumentar sua produtividade, trazendo algo que remete ao esforço, cansaço, pena e, até mesmo, castigo e tortura (ARAÚJO, 2008; BUENO, 1988; FERRARI; NASCIMENTO; MARTINS FILHO 1998; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2012).

Ao analisar o trabalho sob a ótica de castigo ou punição precisa-se buscar os princípios religiosos. Segundo Bispo (2015), a religiosidade é um fator preponderante no processo de colonização, pois deve ser vista como uma forma de olhar e compreender o viver de diferentes povos em uma sociedade.

Na colonização brasileira, o cristianismo trouxe o embasamento religioso da Europa para os povos que viviam no Brasil. O suposto “descobrimento” do Brasil, com suas referências bíblicas, disseminaram o pressuposto descrito em Gênesis: que Adão e Eva foram penalizados por Deus – quando cometeram o pecado original no jardim do Éden – a trabalhar para ter seu próprio sustento. Por essa razão, Bispo (2015) afirma que no ocidente o olhar do trabalho é

³⁰ Disciplina cursada em 2018/02, ministrada pela Prof.^a. Dra. Cynthia Mara Miranda.

arraigado no viés do castigo e da punição, por isso a tendência à escravidão. No caso dos povos tradicionais, o trabalho é prazer e bem viver. Para designar essa relação dos povos tradicionais com o trabalho, o referido autor utiliza o conceito de “biointeração”, que seria a integração direta do ser humano com a natureza e com o natural.

Mas em um período pós colonização, ainda vivendo as influências deste colonizador adentramos a realidade do trabalho.

Ao debruçarmo-nos neste tema, se faz necessário perpassar os saberes no período colonial. Na história do nosso país, a influência do colonizador nas atitudes do colonizado ocorreu de forma antagônica à interação harmônica com a natureza. Conseqüentemente, constatamos que os povos indígenas sofreram e sofrem diretamente essa influência até os dias de hoje. Inclusive, o rótulo social dado aos indígenas brasileiros, nomeados como índios³¹ pelos colonizadores europeus é o reflexo dessa submissão.

Segundo Castro (2017) é necessário fazer uma reflexão sobre a distinção entre as palavras “índio” e “indígena”, que no Brasil frequentemente são consideradas sinônimos. “Índios são os membros de povos e comunidades que têm consciência [...] de sua relação histórica com os indígenas, que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus”. [...] “Indígena”, em divergência, é uma palavra muito antiga, que traz como significado nascido e gerado na terra que lhe é própria, lugar em que vive. Os inventores do termo “índios”, os “não índios”³², criaram uma categoria genérica (CASTRO, 2017, p. 3).

Diante dessa reflexão é possível compreender que o colonizador já influenciou e influencia uma nação até nos equívocos de nomeação, considerando que a nomeação “Povos Indígenas Brasileiros” foi aceita recentemente, e que o termo “Índio” nasceu dessa relação de submissão, distorcida e parcial, da colonização. Menni (2007) enfatiza o caráter de submissão nas relações sociais:

O conservadorismo engendra a seleção dos medíocres. Como é que esta elite de usurpadores conscientes de sua mediocridade pode fundar seus privilégios? Só há um meio: rebaixar o colonizado para engrandecer a si mesmo, recusar aos nativos a qualidade de homem, defini-los como simples privações (MENNI, 2007, p. 29).

Castro (2017) faz um retrato temporal da colonização que se estende até os dias atuais e destaca que os povos indígenas foram perseguidos durante cinco séculos. Essa perseguição ocorreu nos tempos do Brasil Colônia de forma direta – pelas leis do Império na administração

³¹ Em decorrência a um equívoco cometido pelos Europeus que, tentando chegar à Índia, aportaram na América.

³² São também nomeados de Branco, Colonial, Imperial, Republicanos.

indígena republicana – e de forma indireta em alguns momentos históricos, por meio do apoio que o Estado deu em todos os ensaios de “desindianizar” o Brasil e fazer com que os Índios se tornassem trabalhadores nacionais. Nota-se que o movimento de decolonial segue na tentativa de “limpar” as terras de seus ocupantes naturais e das mais raças que julgou e julgam inadequadas. Para o modelo de civilização implantada ou reafirmada se manter a hegemonia do colonizador precisa permanecer. “Um modelo que continua essencialmente o mesmo há quinhentos anos” (CASTRO, 2017, p. 5).

Observa-se que o primeiro passo dessa dita “limpeza” inicia-se com a tentativa de cristianizar os povos indígenas, em seguida, de “vesti-los” (gesto que representa um marco do desrespeito às culturas, visto que na sua suposta nudez, são mestres em seus adornos, plumárias, pinturas corporais), extinguir suas línguas e, por conseguinte, suas identidades enquanto povos. O objetivo desse movimento é a submissão ao regime de trabalho, polícia e administração de um estado que precisa de cidadãos pobres, pois, sem a pobreza não há exploração, portanto não há capitalismo. “O capitalismo precisa de pobres, como precisou e ainda precisa de escravos” (CASTRO, 2017, p. 5).

Devido a inadequação dos povos indígenas a ganância e a forma de trabalhar dos colonizadores, seguindo um movimento global, chegaram ao Brasil os negros africanos que foram a segunda raça a ser escravizada compulsoriamente, também no território brasileiro. A maioria destes trabalhadores foram obrigados a se afastarem de sua terra natal, visando a produção de bens e consumo para o comércio internacional. “Gerações de africanos e indígenas, bem como de descendentes mestiços, viram-se atrelados a todo o tipo de trabalho no vasto território brasileiro” (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p.12).

Evidencia-se que a “transição” da exploração da força do trabalho dos indígenas para o trabalho escravo negro ocorreu com a introdução do cultivo da cana de açúcar, pois na cultura nativa, este trabalho de plantio e colheita é exclusivo das mulheres nativas. Várias lutas foram travadas e vários povos indígenas foram dizimados, mas compulsoriamente o trabalho indígena foi introduzido nos engenhos, visto que financeiramente não se tinha condições de adquirir os “caros escravos africanos” (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p.15).

A mão de obra fruto do tráfico de escravos africanos se tornou abundante no Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX. Os traficantes portugueses inicialmente e depois os brasileiros perduraram como os maiores “entusiastas negociantes de seres humanos da época moderna, sendo os primeiros a iniciar esse comércio na África para o Atlântico, e os últimos a abandoná-los” (LEWKOWICZ; GUTIÉRREZ; FLORENTINO, 2008, p. 20).

Nota-se que em decorrência da globalização, o mundo se tornou o primeiro lugar a culminar o processo que precedeu a constituição da América. Em um mundo capitalista que é de notória relevância mundial e que tem características eurocêntricas, fundamenta-se ainda como padrão de poder as classificações sociais com base da ideia em raça e gênero. Nota-se que esta é a pura construção mental que se torna expressão do período colonial e que permanece permeando as dimensões mais importantes do poder mundial (MIGNOLO, 2017).

Quijano (2000, 2007) afirma a necessidade pungente de analisar crise mundial do capitalismo como um parâmetro extremamente adequado para ponderar de forma adequada o momento histórico. Este período de “colonialidade” moderna retrata a forma como o povo brasileiro se relacionou com seus colonizadores.

Portanto, é necessário trazer esse assunto para a contemporaneidade buscando reflexos nas relações atuais. Por isso, precisamos falar da influência de um outro colonizador: os Estados Unidos (EUA), que ditam o perfil do colonizado nos tempos decoloniais. Os EUA se tornaram uma superpotência, após as duas grandes guerras Mundiais e na sequência durante a Guerra Fria, se tornando em todo o mundo o maior influenciador, tanto a nível econômico, como militar, tecnológico e cultural. Durante estas grandes batalhas, nota-se que os EUA foi o único país que não sofreu grandes mudanças em seu território e na sua população civil. Afirma-se que o único atentado direto ocorreu em 11 de Setembro de 2001 já na história da era moderna.

A relação entre EUA e o Brasil está baseada na diplomacia, economia, cultura e história estabelecidas ainda na proclamação da independência brasileira, se tornando na atualidade o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Parte desta parceria começou a surgir assim que os portugueses abriram os portos brasileiros para os navios estrangeiros. Em 1815 o Brasil foi o primeiro país do Hemisfério Sul a ter uma representação diplomática norte-americano, sendo posteriormente o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil de Portugal em 1824. Mas vale elucidar que esse interesse pelo Brasil estava pautado no desejo de minar a influência Europeia nos países da América em busca de estabelecer sua hegemonia.

Parte desta hegemonia dos EUA no Brasil também foi incentivada pela mídia promovendo uma verdadeira admiração pela forma de viver do povo norte-americano. Pode-se afirmar que a influência é tamanha que até os hábitos alimentares no Brasil se modificaram em função do influxo cultural norte-americano. Hoje as *fast foods*³³ tomaram o lugar das refeições completas de uma população que tem cada vez menos tempo para fazer uma refeição completa. Uma regra imposta pelo regime social estadunidense trouxe à realidade brasileira a vivência

³³Comidas rápidas.

literal da expressão: “*Time is money*”³⁴. A mercantilização do tempo exacerbou a auto cobrança do sujeito em se tornar um ser ainda mais produtivo. A sociedade do consumo exagerado sangra a Terra dada de forma “gratuita” e a polui com a produção desmedida de lixo e poluição, na busca exagerada do ter irracional.

Ao pensar em exemplos atuais de influência desse colonizador contemporâneo, vale mencionar o contexto científico ao refletir o porquê no Brasil as revistas científicas precisam publicar os artigos completos em inglês para serem reconhecidas pela CAPES como periódico de excelência. Por que não podemos escolher outra língua de maior afinidade, como o Espanhol ou o Francês?

Hoje a profissão dos psicólogos se vê ameaçada pelo modismo internacional do *Coach*³⁵ que se tornou o alvo de desejo de vários profissionais que passam por problemas profissionais ou que almejam melhores resultados profissionais e na vida pessoal. Mas, na verdade, a população deveria buscar o apoio de uma categoria que existe há mais de 50 anos³⁶ no mercado e que é formada por especialistas em comportamento humano: os psicólogos.

Aos atores e autores apenas mudaram, mas o contexto da colonização e da submissão do colonizado permanece atual e motivado pelo capitalismo, por meio da sociedade do consumo. A influência do capitalismo na forma como olhamos para o trabalho se torna cada vez mais presente no mundo contemporâneo e por isso é importante entender um pouco mais sobre isso. Vale elucidar que a transformação tecnológica em prol da produção na América Latina torna a experiência vivenciada pelos trabalhadores mais parecidos com as dos colegas de classe nos países desenvolvidos, criando a sensação de uma unidade internacional na classe trabalhadora.

O Capitalismo surge no século XV, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, com a decadência do sistema feudal e o nascimento de uma nova classe social: a burguesia. Fomentado pelas leis de mercado que objetiva os lucros, o capitalismo está diretamente associado à produtividade e à potencialização do desempenho (BRAVERMAN, 1987; FRIEDMANN; NAVILLE, 1973).

Segundo Marx (1960; 1985) o capitalismo sedimenta-se na teoria do capital, que é regida pelas leis mercadológicas, tendo como objetivo o lucro e o acúmulo de capital. Segundo Lévi-Strauss (1993), o sistema de produção capitalista somente se fez realidade pelo processo

³⁴ Termo que significa: Tempo é dinheiro. Usada pela primeira vez pelo Filósofo Teofrasto, uma vez que possuía o dom de escrever um livro a cada dois meses. Foi ressuscitada pelo físico Benjamim Franklin.

³⁵ Treinador.

³⁶ Profissão regulamentada no Brasil, por meio da lei 4.119/64, fixada em 1962.

de escravidão já vivido. O capital passou a tratar os indivíduos como foram tratados os povos nativos: explorando-os. Pode-se afirmar também que o capitalismo se consolida por meio da exploração, sendo ela da mão de obra ou dos recursos naturais, o que, de acordo com os povos nativos caracteriza a exploração da Terra. Conforme essa cosmovisão, a natureza é gratuitamente oferecida por Deus para o cuidado e usufruto humano, e a perspectiva predatória do capitalismo seria um abuso do ser humano, que causa a devastação generalizada do planeta e poluição desmedida.

Mas por que falar de trabalho quando consideramos essa ótica? Porque a motivação para a exploração colonizadora em relação aos colonizados é a ânsia pelo lucro. Para chegar a essa ascensão, é preciso viver o capitalismo em sua magnitude, que se vale da flexibilização e da intensificação do trabalho (MARX, 1960/1985).

Nesse cenário em que o produtivismo é uma obrigação e a válvula de escape consiste num processo de autossatisfação – ou até mesmo de busca pelo espaço nesse mundo capitalista – o trabalho passa ser a única possibilidade do sujeito de ampliar seu poder de consumo, pois, na visão limitada pelo colonizador, o colonizado acredita que quanto mais ele trabalhar, melhor será a remunerado e, automaticamente, maior será a capacidade de consumir.

As ações organizacionais são praticadas em nome de uma lei regida pela lógica do consumismo e pouco pela ética. Acontece uma espécie de colonização do trabalhador e do seu sofrimento como *pathos*, tendo como consequências condutas artificiais nas relações de trabalho. (...) Destitui o protagonismo do trabalho na constituição do sujeito, transformando-o em objeto de consumo e o trabalhador em objeto a ser consumido, criando assim, a rede de consumismos (GHIZONI, FACAS, 2016, p.12-13).

Hamraoui (2018) no prefácio da obra “Desejar, Falar e Trabalhar”, de Mendes (2018), elucida que “não são somente os povos, mas também o trabalho é colonizado (...) um alargamento da dominação, que vem sendo reforçado pelo processo de colonização”. Acrescenta que a diferença entre o processo de colonização dos povos e da colonização do trabalho está na pura exploração do trabalho alienado, por atacar a resistência “aos mecanismos de normalização, hostil ao princípio da razão, a saber, à própria vida”. Fazendo com que a vida se torne um ato condicionado, com um olhar indutivo e artificial implementado pelo poder colonial, que encena uma ilusão de incapacidade política e crítica do colonizado (HAMRAOUI, 2018, p.13).

O referido autor destaca ainda que o sistema colonizador atual – regido por uma organização capitalista – transforma o trabalho vivo em trabalho morto ou abstrato, em que o

prescrito controla, quantifica, reafirma o senso da urgência e da excelência, regendo e estabelecendo vínculos entre os seres e as coisas.

[...] pretensão condena imediatamente a realização do trabalho vivo do político, que exclui toda a clivagem e programa a redução do indivíduo ao estado de «unidade de valor». Assim se explica o triunfo da lógica de quantificação, de medida e de avaliação do trabalho com o culto do ativismo e do produtivismo, como origem de formas inéditas de subalternidade que ativam os mecanismos de identificação projetiva do «colaborador colonizado» com o «gestor colonizador» (HAMRAOUI, 2018, p. 14).

Entretanto, em decorrência das buscas pela sublimação das habilidades críticas do colonizado, iniciou-se o movimento de flexibilização das rotinas de trabalho, da carga horária e dos vínculos trabalhistas. As atividades que antes ocorriam em até 44 horas, regidas por uma lei trabalhista que asseguravam os direitos do trabalhador, hoje se mostram de outra forma. Castells (1999) afirma que a sociedade informacional na pós-modernidade é uma sociedade proveniente da globalização e se mostra em rede (em que uma pessoa é ligada a outra) e na qual as mudanças aconteceram de forma muito rápida, influenciadas pelos avanços tecnológicos. Essa intensificação veio como fruto do Toyotismo, um regime de produção industrial japonês, mas que contaminou o mundo norte-americano. Com a influência do colonizador norte-americano, a flexibilização se tornou uma exigência do colonizado que não reconhece a sua submissão.

Marx afirma que o trabalho alienado é parte da essência subjetiva da propriedade privada, que para ele nada mais era do que o produto do trabalho alienado. Para melhor definir esse produto, afirmava que o sujeito não consegue visualizar o resultado do seu trabalho e por isso é reduzido a mera coisa, que pode ser facilmente descartada e substituída. O autor ainda compara o trabalho humano com aquele que é realizado pelos animais na natureza. Ao tecer essas considerações, ele ressalta a distinção baseado na intencionalidade que existe no trabalho humano que é pelo consumo; já o trabalho realizado pelos insetos é mero fruto de um instinto (MARX, 1960; 1985).

Portanto, quando é dito que a alienação de si mesmo representa a redução da atividade vital, como o trabalho consciente e reflexivo, o que Marx (1960; 1985) nomeia como redução da *vida do gênero* a um meio de vida individualizado, que torna o indivíduo uma abstração alienada. Essa é a lógica do trabalho assalariado. O ato de alienação está associado à figura de um homem alienando outro homem, o que nada mais é do que a escravização de um outro sujeito (ALVES, 2018).

Para Antunes (2001; 2009; 2014), em meados das duas últimas décadas a sociedade contemporânea vivencia uma nova realidade do trabalho, fruto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Nota-se que nessa nova era que a acumulação flexível assola a humanidade, que busca de todos os modos ter uma melhor arrecadação de bens, o que produz um cenário nefasto: com desempregados, trabalho precarizado e comprometimento das relações entre o homem e a natureza. Assim como os colonizadores no passado, a sociedade atual está vivenciando seus instintos mais primitivos: supervalorizando a produção de mercadorias e ficando à mercê de práticas voltadas para a destruição globalizada dos nossos recursos naturais.

Para entender a relação de precarização do trabalho e as formas que ele se dá, recorre-se a Franco e Druck (2009) que delinearão uma tipologia composta por seis formas da ocorrência da precarização do trabalho. A primeira forma, denominada de: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, baseada na ideia de que a mercantilização da força de trabalho provoca um crescente desequilíbrio e vulnerabilidades, ocasionando assim a precarização do trabalho. A segunda forma, chamada de: intensificação do trabalho e terceirização, que traz como características as metas inalcançáveis impostas aos trabalhadores e extensão da jornada de trabalho, amparadas pelo constante medo e pela discriminação da terceirização. Proporcionando assim, relações abusivas no ambiente de trabalho. A terceira forma é a insegurança e saúde no trabalho, intimamente ligada às relações de negligência quanto a segurança do trabalhador na execução das suas atividades, como por exemplo: o uso de equipamentos de proteção individual (EPI). A quarta forma de precarização do trabalho advém da perda das identidades individuais e coletivas. O empregado está constantemente com medo de ser parte da porcentagem de desempregados no país, já que a percepção cultural é a de que quem está desempregado se sujeita a qualquer tipo de trabalho. A quinta forma está relacionada a fragilização da organização dos trabalhadores, acarretada pela acirrada competição entre os profissionais causada por eles mesmos e pela terceirização. Por consequência, as organizações de defesa dos trabalhadores são pulverizadas, principalmente pela terceirização. A sexta e última forma de precarização do trabalho se dá pela condenação e o descarte do direito do trabalho. Franco e Druck (2011) falam em “fetichização do mercado “em uma analogia a relação entre o mercado e as mercadorias assumindo vida própria, automatizando as relações entre os seres sociais e o descumprimento das formas de regulamentação do trabalho pelo Estado.

A precarização do trabalho pode se dar em todas as seis esferas relacionadas acima ou de forma parcial. É válido ressaltar aqui que as relações sociais são forjadas na cultura do capitalismo pós-moderno, no entanto, a cultura do capitalismo do século XIX e XX ainda é

pregada em relações de trabalho que dissociam o ser humano, o trabalho em si e as relações sociais, em detrimento do ganho monetário e patrimonial.

As autoras reforçam ainda a situação das críticas enfrentadas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), quando os promotores exigem respeito à legislação. Empresários acusam o Ministério (quando o órgão promove fiscalização) de atuar como empecilho para a criação de novos empregos.

Procurando compreender o sujeito a partir do modo de produção, Erich Fromm (1984), reforça que o capitalismo causa relações burocráticas e mercantilizadas, que “coisificam” o sujeito, tornando o seu caráter negativo. O sujeito torna-se expressão desse sistema colonialista se tornando mesquinho, sem imaginação, intolerante e obcecado pelo desejo de posse, o que reafirma a escravização contemporânea (FROMM, 1984).

Diante do exposto pelos teóricos supracitados é possível entender melhor a influência do colonizador sobre as relações de trabalho. O trabalho, para o colonizador, é algo flexível, pois há uma necessidade de lucros e acúmulo de capital; para isso, precisa-se de sujeitos que se submetam ao processo. Já o colonizado, em busca de uma vida “melhor” em um mundo tecnológico e moderno, precisa aumentar seu poder de consumo e por isso aceita a flexibilização do trabalho e se coloca em posições de busca pela intensificação, de forma inconsciente. Evidencia-se, portanto, que o ser se torna passivo e submisso, passando assim a ser um exemplo da força da colonização; quando lhe é dada a possibilidade de fazer diferentemente, ele repete o modelo de relação. Esse é um fato passível de observação nas relações de trabalho do Jornalista que serão melhor relatadas posteriormente, na análise dos dados coletados.

Han (2015), em seu livro “Sociedade do Cansaço”, afirma que na mudança da sociedade da obediência (descrita por Michel Foucault) para a sociedade de desempenho e do cansaço, o sujeito se torna empresário de si mesmo. Para Han, o poder citado por Foucault não mais define as relações humanas após a mudança da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho (HAN, 2015).

Ao analisar esses aspectos, adentramos no “caráter múltiplo e mutante da violência” – que pode ser cometida contra si mesmo ou contra o outro – e que está diretamente ligada a épocas, locais, circunstâncias e realidades bastante diferentes: a colonização, a escravidão, os genocídios, as guerras, a segregação, humilhação laboral e as diversas formas de negligência que sempre ocorrem tendo como alvo um sujeito que tem como o centro da sua vida o trabalho (OLIVEIRA; NUNES, 2008, p. 23).

4.2 O TRABALHO E O JORNALISMO

O trabalho, como já foi dito na introdução desta pesquisa, tem caráter ímpar e é influenciador na vida de todos os seres humanos. Isso se dá pela centralidade e importância na construção da identidade social do sujeito, e tornou-se uma máxima quando falamos de seres humanos, portanto, se aplicando à realidade do trabalho para os jornalistas. Para adentrarmos neste tema será válido vislumbrar a definição do que é trabalho e toda a importância dele para os seres humanos descrevendo o papel central que desempenha e como isso tem refletido nos Jornalistas.

Durante toda a delimitação teórica deste estudo entende-se pelo conceito de trabalho a definição muito bem descrita por Neffa (2015), um autor argentino, que afirma que o trabalho é o resultado da atividade humana voluntária mantida sob tensão, sendo submetido a determinadas condições e ambiente de trabalho, podendo ser executado em um posto de trabalho, como casa, em espaços públicos, em uma empresa ou organização, sendo submetido a determinadas condições e ambiente de trabalho. O autor continua afirmando que a aplicação do trabalho envolve objetos de trabalho (a matéria-prima, insumos e/ou informações), sendo eles trabalhados manualmente ou através de meios de produção (máquinas, ferramentas, *software*), cuja finalidade é atender às necessidades pessoais ou sociais. Para Fígaro (2018), através do olhar comunicação-trabalho, para a sobrevivência deste ser social, o fenômeno comunicacional aplica a visão sobre o mundo do trabalho e automaticamente sobre estas conceituações básicas.

Mediante essa definição precisa-se afirmar que, na contemporaneidade, o trabalho vive uma nova morfologia, mas nota-se que o papel central do trabalho na vida do sujeito não mudou. Dejours (1993) afirma que o trabalho possui um emprego psíquico que auxiliar a constituição da identidade e da subjetividade humana, produzindo um espaço social de importância, reconhecimento, gratificação e de mobilização da inteligência.

Essa temática, centralidade do trabalho, vem sendo estudada com maior ênfase de forma interdisciplinar a partir dos anos 1980, buscando compreender e analisar o impacto desta nova morfologia do trabalho que é influenciada pela reestruturação produtiva e econômica vivenciada no Brasil. Compreende-se que o trabalho é diretamente influenciado pelas relações capitalistas e o processo de sobrevivência social. Conforme Facas, Silva e Araújo (2013), o trabalho não se volta apenas a uma questão de sobrevivência, mas é algo essencial na formação da identidade, das relações sociais e para a saúde mental.

Ao debruçarmo-nos sobre a centralidade do trabalho na vida do sujeito é necessário considerar que nessas vivências de trabalho o sujeito se depara com a realidade de prazer e sofrimento que nesta pesquisa é analisado através do olhar da Psicodinâmica do Trabalho. Esta abordagem científica foi desenvolvida na França na década de 1980 pelo psicanalista Christophe Dejours, já tanto falado anteriormente, que busca investigar os mecanismos de defesa utilizados pelos trabalhadores frente às situações estressoras causadoras de sofrimento em decorrência da organização do trabalho.

Precisa-se elucidar que o sofrimento não decorre apenas como resultado da interação do sujeito com o trabalho real, nota-se que também está relacionada ao amparo a subjetividade humana, dando subsídios ao sujeito para ressignificar as dificuldades associadas ao contexto laboral. Vale afirmar que o não observar, cuidar e/ou aproximar o trabalho prescrito do trabalho real pode potencializar e/ou fomentar o adoecimento psíquico dos trabalhadores envolvidos nos processos organizacionais. Portanto, o ambiente de trabalho é de fundamental importância para que o sofrimento não se torne uma doença ou patologia laboral (DEJOURS, 2004; MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2014; MONTEIRO, 2016).

Em seu livro “Psicodinâmica do Trabalho: casos clínicos”, Christophe Dejours (2017), afirma que o trabalho promove prazer no seu desenvolver, gerando assim saúde, mas a patologia também faz parte desse processo. Pautada nessa afirmação pode-se dizer que o prazer e o sofrimento no universo do trabalho são um constructo único, como já mencionado na introdução desta pesquisa, que merece ser investigado no universo do trabalho. Nesse cenário estão as classes profissionais.

Neste estudo será observado de uma forma mais minuciosa o que está acontecendo na classe profissional dos jornalistas, que padecem neste cenário de precarização do trabalho. Segundo Melo, Parreira, Porto e Ghizoni (2018), a mobilização subjetiva em busca do ressignificar das mudanças no cenário do trabalho dos jornalistas, hoje, está permeada por situações de sofrimento e violência em que, forçosamente, os profissionais são instigados a se mobilizar, se reinventar e ainda inovar no desempenho do seu ofício. Já para Fígaro e Nonato (2017) e também para Ito (2017) o jornalismo profissional vive uma crise que diz respeito às mudanças sofridas no desenvolvimento de suas atividades laborais perpassando por suas diversas formas de atuação, justificando essa precarização do trabalho com as condições econômicas que o país vive.

Após descrever o que se pensa sobre o trabalho, de uma forma ampla, e sua importância, precisamos adentrar à nova roupagem que o trabalho está ganhando nas últimas décadas para

aí sim, por fim, descrever o a centralidade e nova morfologia do trabalho tem afetado a realidade dos jornalistas.

4.2.1 O labor e sua nova morfologia

Nota-se que o tema trabalho ganhou força nos anos 1980 até a atualidade, e mereceu por muitos anos a atenção de Karl Marx. Foi o centro de profundas discussões teóricas sobre a alienação e a exploração dos trabalhadores se adentrarmos ao cenário econômico. O capitalismo contemporâneo, assim nomeado por Antunes (2018), trouxe incomensuráveis mudanças na composição da classe trabalhadora em escala global. Hannah Arendt (2010), em uma de suas obras, “A condição humana”, se dedicou a descrever de forma sistemática sobre as relações de trabalho, apresentando algumas alternativas provenientes da vida moderna, que nomeou de *vita activa* e *vita contemplativa*.

Nessa descrição da *vita activa* que se desdobra em três atividades humanas básicas e fundamentais Labor, Trabalho e Ação que para autora seria: a) o labor, como processo biológico do corpo humano em prol da existência enquanto sobrevivência da espécie; b) o trabalho, como algo artificial, uma forma de alterar a relação do homem com o ambiente natural, afirmando que o trabalho é a mundanidade, e, por fim; c) a ação como um é o exercício direcionado ao homem, que é um dos fatores que os torna únicos e singulares, diretamente ligados com as relações políticas na interação humana, diretamente ligado às leis gerais do comportamento, ressaltando a pluralidade da condição humana e a liberdade. Para a autora, estes são os três pilares fundamentais da condição humana e das atividades consideradas por ela como tradicionais e acessíveis à todos os seres humanos (ARENDDT, 2010).

Já a *vita contemplativa* se guia, segundo a autora, para um outro lado muito associado a áreas profissionais, como o dos naturalistas, filósofos e sociólogos que se permitem contemplar os acontecimentos. Arendt afirma que a vida dos filósofos na *pólis* grega, era voltada à essa contemplação do belo e do que acreditava-se ser eterno. Na *pólis* grega, a *vita activa* era para o público feminino e para os escravos, permitindo que os homens investissem na vida cívica. Partindo deste pressuposto, nota-se que a condição humana evidenciava a contemplação com um privilégio para poucos, mas que para que isso ocorresse pessoas deveriam se submeter à *vita activa* (o labor, o trabalho e a ação) em prol do benefício de uma classe (ARENDDT, 2010).

Olhando através deste tema delineado por Arendt (2010), nota-se que a filósofa, nas tradições do seu pensamento filosófico sobre o assunto, permite que seja analisada a sociedade contemporânea através destes dois pontos de vista: a *vita activa* e a *vita contemplativa*. Nota-

se ainda, que esses pensamentos também foram discutidos por Antunes (2012; 2014) em suas análises acerca da nova morfologia do trabalho, através do olhar sociológico.

A nova morfologia do trabalho ditada por esse modelo econômico no Brasil, pautado na superexploração da força de trabalho em prol do acúmulo de capital, se caracterizou por baixos salários, jornadas exaustivas, prolongadas e ritmos de produção intensificada. A partir de 1990, com a vitória neoliberal no Brasil, se intensificou a reestruturação produtiva do capital, que modificou a forma como as empresas organizavam as dinâmicas e rotinas laborais, novos métodos precisaram ser implementados e uma organização tecnologia tomou conta dos postos de trabalho.

Ricardo Antunes, tecendo uma análise e emitindo uma opinião sobre uma obra de Lukács (1981), descreve citando o próprio autor:

Deste modo, quando comparado com as formas precedentes do ser, orgânicas e inorgânicas, tem-se o trabalho, na ontologia do ser social, como uma categoria qualitativamente nova. O ato teleológico é seu elemento constitutivo central, “que funda pela primeira vez a contínua realização das necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser um epifenômeno, como a consciência animal que [...] permanece no universo da reprodução biológica. [...] O lado ativo e produtivo do ser social “torna-se pela primeira vez ele mesmo visível através do pôr teleológico presente no processo de trabalho (e da práxis social)” (ANTUNES, 2006a, p. 138).

Nesta fala, Antunes (2006a) apresenta sua ideia sobre a importância da centralidade do trabalho reafirmando as ideias de Marx (1985) e Lukács (1981) de que o trabalho humano em nenhum momento pode ser removido da análise da sociedade e de seus processos sociais, uma vez que funda o ser social.

Ainda descrevendo a ideia da nova morfologia do trabalho, Antunes (2018) afirma que com os avanços das tecnologias da informação e comunicação (TICs) antes vista como o reino da felicidade no *ideal* do trabalho, pois acreditava-se na flexibilização do trabalho sendo possível trabalhar de forma remota *online*, hoje já tem uma nova conotação. A utopia da “sociedade digital e tecnologizada” que nos levaria ao suposto paraíso, sem o *tripalium* caminhando até para o não trabalho não passou de um mito criado pela não reflexão dos caminhos sociais que decidiu-se seguir. O “mito eurocêntrico” hoje toma uma escala planetária e os seres humanos pagam pelo caminho triados assim como o planeta terra visto que muitos minerais que hoje são matérias primas dos equipamentos digitais são extraídos no subsolo (ANTUNES, 2018 p.19).

Diariamente convive-se com notícias divulgadas na mídia sobre dados governamentais de ampliação de postos do trabalho, mas o que não é amplamente divulgado é a forma como

essas novas ocupações são estruturadas. O que é fatídico é que ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores, há uma diminuição considerável dos empregos. Nota-se que quem consegue se manter empregado vivenciando na pele a corrosão dos direitos sociais e trabalhistas conquistados historicamente. Conforme se repelem inúmeros homens e mulheres do mundo profissional, surgem diversos outros postos de trabalho informais, intermitentes, flexíveis, precarizados, com remunerações incoerentes com o nível de exigência da ocupação (ANTUNES, 2018).

A implementação do espírito competitivo inerente das relações capitalistas para se fazer parte do cenário internacional de sucesso combinado com a Tecnologia, fez a busca pela produtividade se tornar uma rotina. Implementação de remuneração variável por produção, programas de gestão pela qualidade, dentre outras práticas comuns dentro da gestão empresarial, são apenas desígnios neoliberais, que tornaram possível a ampliação da intensa reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho no Brasil. Segundo Antunes (2018), as TICs possibilitaram a criação de cargos ocupacionais que são o infoproletariado ou o *cibertariado*, pois para viver na era da informatização, os trabalhadores, no mundo, precisam se adaptar ao processo de informalização. Mas, esses novos cargos são carregados da precarização e liberalismo como um processo social, o que evidencia a contraditória utopia que a tecnologia como o “reino da felicidade”, como já citado anteriormente.

Neste contexto, observamos que a realidade dos jornalistas no Brasil seria um exemplo trágico desta nova morfologia do trabalho espelhando este contexto global.

4.2.2 O real do trabalho dos jornalistas

Transformar a informação em notícia é uma das principais atribuições da profissão de jornalista. A busca constante por novos pontos de vista, a perseguição pela pauta perfeita, a satisfação de ser o primeiro a dar a notícia e a utilização das novas tecnologias da informação para aproximar o público do veículo de comunicação, dando a ele, a oportunidade de também atuar como um investigador em constante busca pela informação.

Alheio aos antigos manuais de redação, propostos pelas grandes empresas de comunicação, o jornalista busca ser apartidário e fiel ao entregar a notícia ao público.

O manual de redação, que nos anos 50 não era publicizado para além dos muros das empresas e era visto como uma forma de “profissionalizar” o jornalismo, otimizar recursos e colocar uma uniformidade textual que reforçaria os esteios do jornalismo (a forma-notícia seria mais propícia a “objetividade” e à divulgação da “verdade”), nos anos 80 é visto com extrema desconfiança no meio jornalístico. Com a

incorporação das técnicas da forma-notícia os manuais nos anos 80 e começo dos 90 explicitam as diretrizes editoriais dos jornais de maneira ampla e vaga (“pluralidade”, “apartidarismo”) para além das redações, se instituindo como uma prova de transparência para o público. Há um cuidado para que os manuais não sejam vistos como uma espécie de injunção dos donos dos jornais, provocador de “engessamentos” no trabalho dos jornalistas, mas como um referencial “técnico” e de padronização para dirimir dúvidas sobre grafia de palavras, termos jurídicos ou econômicos, localização geográfica e rudimentos de matemática (LOBO, 2010, p.46).

O profissional de jornalismo é, antes de tudo, uma pessoa que necessita de subjetividade para lidar com a notícia. O processo produtivo envolve variáveis que não estão em cartilhas e nem tampouco são desenvolvidas de imediato.

O trabalho do jornalista o impõe uma pseudo rotina, haja vista que apesar de as tarefas serem executadas de forma repetitiva, alguns imprevistos podem desarticular toda a programação de trabalho do profissional. Um exemplo de imprevisto corriqueiro é quando uma determinada matéria que já estava em vias de ser trabalhada pelo jornalista, por qualquer motivo, não pode mais ser executada. No meio comunicacional se diz que “a pauta caiu”, para situações como a descrita anteriormente.

O profissional que trabalha como jornalista, atualmente, precisa lidar com demandas cada vez mais pesadas impostas pela nova morfologia do trabalho, novas tecnologias e a necessidade de estar sempre atualizando o público. O perfil multitarefas se tornou a exigência das empresas na estruturação de suas equipes.

Atualmente, um mesmo repórter de uma rádio all news ou hard news (sigla em inglês para aquelas emissoras especializadas em notícias) responsável pela cobertura nacional é obrigado a ter agilidade e desenvoltura suficientes, para sozinho - sem retaguarda na maioria das vezes - cobrir um fato importante do Governo Federal e, ao mesmo tempo em que a notícia é divulgada, entrar com flashes ao vivo na programação, diversas vezes, por meio do celular. Não raro, seu telefone vai tocar a cada 5 minutos. Ou para confirmar uma informação para a produção ou entrar ao vivo em uma ou até cinco emissoras diferentes do mesmo grupo de comunicação. (SILVA, 2014, p.19).

O autor cita ainda que os profissionais que não se adequam a tais exigências, estão mais sujeitos a serem desligados da empresa. Silva (2014) traz, ainda em sua pesquisa, a nomenclatura “mesão digital”, atribuída a um pequeno grupo de jornalistas jovens e inexperientes, que assumem a editoria online de grandes jornais logo após uma grande reestruturação.

A romantização do trabalho do jornalista também é outro ponto a ser citado. Uma redação em nada se parece as imagens disseminadas pelos filmes. No geral, esses ambientes são barulhentos, as pessoas andam apressadas por entre as cadeiras e computadores e cada um está sempre preocupado em apresentar ao editor as matérias que lhe foram incumbidas.

O bom profissional de jornalismo não carrega consigo ideologias e nem julgamentos quando está no cumprimento de uma pauta ou entrevista, assim como prevê o Código de Ética dos Jornalistas³⁷, parágrafo II, artigo 4. O profissional se esmera para entregar a notícia de forma imparcial.

No exercício de seu papel, o jornalista também é classificado como espécie de representante da sociedade, porta-voz da opinião pública, servidor do público, o que o levaria a ter um constante compromisso com o “outro”. Ou seja, nessa imagem - que destaca o alto grau de responsabilidade social da profissão e resvala numa aura missionária - o público seria absolutamente priorizado em detrimento dos interesses particulares dos agentes do campo. Em última instância, imbuído de sua missão, o jornalista seria desinteressado de outros ganhos que não estivessem relacionados ao seu compromisso com a verdade e o interesse geral (OLIVEIRA, 2005, p. 19).

Mas já se observa que são vários os exemplos de violência no trabalho dos jornalistas, dentre eles estão a baixa remuneração e a rotinização do trabalho, que se tornaram coisas comuns e aceitáveis socialmente como uma forma de não concretização do medo da demissão. A perda do pensamento crítico e a incapacidade de organização coletiva são formas essenciais para constatação da banalização do mal. Mas além desta forma de institucionalização da violência pode-se observar outros mecanismos conforme descrito no quadro 7.

Lobo (2010) fala de um padrão engessado de aprendizagem, aliado ao excesso de horas de trabalho, incompatível ao que é estipulado para a categoria.

O processo de socialização dos novatos ao ambiente de trabalho no jornalismo é contíguo à extensa jornada da profissão, que por muitas vezes ultrapassa 12 horas diárias mesmo em cargos de alto prestígio. A produção informativa segue uma ritualização diária, em que saberes e fazeres do campo são aprendidos e incorporados (padrões textuais, padrões corporais em situações de interação, padrões de avaliação sobre a importância ou não de fatos noticiáveis. (LOBO, 2010, p.18).

Quadro 7: Institucionalização da violência se dá por quatro mecanismos

Banalização do Mal	Essa ideia corrobora com a ideia da autora Hanna Arendt (1999) que fala dessa amenização da violência como a banalização do mal. Para Dejours (1999, p.111) esse processo de banalização se dá “graças ao qual um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e pelo comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta e em sua valorização social, mas a banalização do mal pressupõe, em sua própria origem, a criação de condições específicas para poder obter a consentimento e a cooperação de todos nessas condutas e em sua valorização pessoal”.
Controle Psicológico no trabalho	Através da necessidade de reconhecimento institucional, de ter uma identidade nessa corporação, de fazer parte de um projeto comum. Permeados de sentimentos ambivalentes e por emoções exageradas as

37

	vivências grupais se tornam uma realidade. Como a recompensa pelo engajamento emocional e pela produtividade vem o sequestro da autonomia do indivíduo.
Derrota da Reflexão Crítica	Absorção passional dos processos de controle e normas da instituição, onde se padroniza uma forma de se comportar de forma explícita ou implícita (cultura Organizacional). Esse enquadramento é uma forma de controle das condutas dos trabalhadores. A “derrota do pensamento de protesto, o medo da demissão e de ser ‘visto com maus olhos’ pela organização ou pelos colegas de trabalho” (p. 495) se tornam bloqueios para reivindicação de melhores salários, qualidade de vida e condições no trabalho.
Totalitarismo	Homogeneização do pensamento coletivo e os que contestam são vistos como perturbadores da ordem.

Fonte: Faria (2013, p. 495), adaptado pela autora (2019).

Ao nos depararmos com essa realidade institucionalizada da Violência tecemos a reflexão da realidade do trabalho dos jornalistas sendo importante entender o que já vinha sendo pesquisado, no que se refere à precarização do trabalho do jornalista, para desenhar um cenário no qual este estudo vai estar inserido. Diante disso, foi feito o estado da arte usando a plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) dos últimos 6 anos (2013 a 2019) em busca de pesquisas publicadas, por meio dos descritores: “precarização; trabalho; jornalistas”.

Após pesquisa realizada na plataforma da BDTD em 17 de setembro de 2019, foram encontrados 11 resultados utilizando os descritores: precarização + trabalho + jornalistas, na barra de pesquisa da referida plataforma. Os resultados citados acima, estão elencados no quadro a seguir.

Quadro 8: Pesquisa para o estado da arte.

Autor	Título	Ano	Tipo	Objetivo da pesquisa
Cláudio Marcos da Silva	A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização	2014	Dissertação	A relação entre o aumento de PJ e a pressão sobre os profissionais de jornalismo, sob a ótica da sociologia do jornalismo, com foco no avanço da precarização da atividade jornalística.
André Caetano Thibes	O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico: um estudo sobre profissionais de grandes redações de São Paulo	2017	Dissertação	Precarização do trabalho de freelancers após a crise do modelo fordista de produção industrial e a inserção de novas tecnologias nas redações.

Renata Silva Souza	A terceirização do trabalho no setor da Construção Civil na Grande Vitória/ES	2017	Dissertação	Precarização do trabalho no setor da construção civil na Grande Vitória/ES.
Clarice Costa Calixto	A narrativa jornalística e o ocultamento do trabalho como direito fundamental	2013	Dissertação	A ocultação do direito ao trabalho como uma garantia fundamental, pela narrativa jornalística.
Wanja Nóbrega Cavalcant e Gonçalves	Jornalistas e mercado de trabalho em João Pessoa: Autorrepresentação e a representação do outro sob o prisma da ética.	2016	Dissertação	A relação dos profissionais do mercado de jornalístico de João Pessoa-PB com a ética profissional, bem como a relação que os referidos profissionais fazem de si mesmos e dos colegas de profissão.
Ana Maria de Moraes	Feminização do jornalismo e desigualdades de gênero no exercício da profissão em Goiânia	2018	Dissertação	Implicação da feminização do jornalismo e as desigualdades de gênero no exercício do jornalismo em Goiânia-GO.
Janaina Visibeli Barros	Conglomerados midiáticos regionais: os meios de comunicação como meios de produção na territorialização do capital	2019	Tese	Territorialização do capital no interior do Brasil, e como tais organizações racionalizam o trabalho no processo produtivo.
Juliana Bulhões Alberto Dantas	Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: o <i>ethos</i> , a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN	2014	Dissertação	Como se dá a prática profissional dos jornalistas que atuam concomitantemente em redações jornalísticas e assessorias de imprensa em Natal/RN.
Patrícia Santiago Vieira	O trabalho em saúde nos hospitais de gestão terceirizada: o caso do Estado de Goiás	2013	Dissertação	Uma análise da terceirização nos serviços de saúde, hospitais de Goiás, e as repercussões para o trabalhador.
Juliana Christina de Souza Reis	Impactos das políticas públicas educacionais mineiras, no período de 2003 a 2014, sobre a saúde do professor da rede estadual de Uberaba	2016	Dissertação	Estudo da implantação da lei do subsídio/2011 na rede estadual de Uberaba/MG e o adoecimento docente.
Elaine Nicolodi	Políticas públicas de reestruturação do ensino médio: as reformas	2013	Tese	Uma análise sobre o Projeto Escola Jovem (2000) e o Programa Ensino Médio

	implantadas pela Secretaria de Estado da educação de Goiás no período 2000-2010			Inovador (2009) enquanto políticas públicas de reestruturação do ensino médio de Goiás entre 2000/2010.
--	---	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a seleção dos estudos acima listados, foi aplicado um critério de inclusão para identificar as pesquisas que tratam da relação de precarização do trabalho do jornalista, e um critério de exclusão para as demais que não tenham relação com a precarização do trabalho do jornalista. Sendo assim, dos 11 estudos relacionados no quadro acima, apenas 3 se encaixam no critério de inclusão elaborado para este estudo. São eles: “A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização”; “O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico: um estudo sobre profissionais de grandes redações de São Paulo” e; “Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: o *ethos*, a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN”.

Após a leitura dos estudos selecionados, foram destacados, no quadro 10, alguns pontos específicos pertinentes à esta pesquisa. Todas as dissertações tratam da precarização do trabalho do jornalista em diversas situações no exercício da profissão.

A pesquisa de Silva (2014) traz um olhar sobre a precarização e a linha tênue que a separa do exercício da profissão com o avanço da pejetização, e alia o crescimento do trabalho do jornalista como pessoa física como sendo também uma exigência do empregador, na tentativa de se eximir dos deveres ao contratar um profissional no regime de CLT. O autor traz a afirmação de um jornalista a respeito da pejetização e que permite o entendimento a respeito da situação a que os jornalistas estão expostos profissionalmente:

O jornalista Adriano Barão admite que se o número de contratações PJ tem crescido, isso não tem acontecido só em Brasília mas em outros mercados também e para ele a explicação é clara, “a razão por trás disso é a redução de custos por parte da empresa. É um fenômeno de alguns anos. Não começou hoje, não! Os repórteres que são mais bem pagos ou grandes estrelas já eram PJ há algum tempo. Não vejo alternativa e lamento. A situação é a seguinte: é pegar ou largar. Se você não aceitar, tá cheio de gente que vai aceitar (SILVA, 2014, p. 94).

A dissertação de Thibes (2017) versa sobre o malabarismo que muitos profissionais da comunicação fazem para se manter no mercado. O *freelancer* é uma alternativa barata para o empregador, que não exige contratação via CLT e que, de certa forma, sujeita o profissional a salários prostituídos pelo *glamour* de trabalhar em certos conglomerados de comunicação.

Dessa forma, o jornalista se depara com a necessidade de buscar outros trabalhos para complementar a renda. Para o autor, o epicentro da precarização do trabalho do jornalista encontra-se na lógica capitalista.

A forma como o jornalismo se constituiu no Brasil, no decurso do século XX, e as recentes mudanças na forma de produção têm sintonia com um mundo do trabalho em transformações estruturais. As crises no modelo de imprensa têm a ver com a própria lógica deste modelo. Em período de crise no capitalismo, as contradições do sistema tendem a se acirrar e pesar nas costas daquele que vende sua força de trabalho. No jornalismo não foi diferente, essa situação não foi diferente. Entretanto, é na agudização dessas contradições que as diferenças entre a lógica capitalista e os interesses da sociedade se evidenciam e geram novos arranjos. No caso do jornalismo, a precarização do trabalho toma uma proporção um tanto mais preocupante por se tratar de trabalho onde a subjetividade tem maior peso no resultado. O campo do jornalismo perde cada vez mais autonomia frente a pressões econômicas (THIBES, 2017, p. 20).

O autor afirma que em sua pesquisa ficou evidente que os jornalistas *freelancers* tem pouca ou nenhuma autonomia, o que corrobora para um processo de adoecimento psicológico quando aliado à precarização a qual estão expostos.

O trabalho do jornalista freelancer, de acordo com Thibes (2017) pode ser fonte de sofrimento quando passa a ser visto pelos profissionais como forma de ostentação.

Destacamos também como que os jornalistas, sobretudo aqueles aqui analisados que trabalham para a Folha de São Paulo, se submetem a trabalhar por valores baixos vislumbrando o prestígio social de trabalhar para o “maior jornal do Brasil”. Na prática esses profissionais recebem um valor tão baixo que comparados aos seus outros empregos é como se estivessem realizando trabalho voluntário. A precarização da profissão, nesse caso, se dá no fato de que jornalistas desempregados não conseguirão aceitar essas situações por serem insustentáveis financeiramente, mas os valores permanecerão baixos enquanto profissionais com vidas mais estáveis aceitarem fazê-lo pelo nome do veículo (THIBES, 2017, p. 119).

Barros (2019), afirma em sua tese que muitos jornalistas, assim como na pesquisa de André Caetano Thibes, se preocupam mais com o *glamour* de trabalhar em determinadas empresas do que com a precarização que sofrem no exercício da profissão. Muitos dizem que tais empresas servem de vitrine para o profissional e que isso pode ajudar a alavancar a carreira deles. Barros (2019) cita que um possível reforço da precarização do trabalho dos jornalistas pode estar no exercício de profissionais não graduados, o que propõe uma briga desigual por salários e espaço no mercado de trabalho.

No geral, as três pesquisas apontam que, mesmo tendo conhecimento acerca da precarização a qual estão expostos, muitos profissionais se sujeitam a isso por medo do desemprego ou pela visibilidade que determinada empresa vai oferecer à sua carreira, não importando se estão se infligindo uma rotina de trabalho extenuante, carga horária em

desacordo com o determinado pelo sindicato e até mesmo em algumas situações de assédio moral e/ou violência laboral.

Quadro 9: Comparativo dos estudos analisados

Título	Autor e Ano	Objetivo	Metodologia	Resultados
Dissertação: A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização	Cláudio Marcos da Silva (2014)	Analisar a presença do jornalista pessoa jurídica nas principais redações do Distrito Federal.	Entrevistas estruturadas, pesquisa participante e análise qualitativa dos dados.	A grande maioria dos entrevistados alega a busca por uma remuneração maior como sendo a causa da relação entre a atividade jornalística e a pejetização, alegando que a migração do regime CLT para o PJ também é uma exigência do empregador, na tentativa de conter gastos.
Dissertação: O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico: um estudo sobre os profissionais de grandes redações de São Paulo	André Caetano Thibes (2017)	Analisar a presença do jornalista pessoa jurídica nas principais redações do Distrito Federal.	Entrevistas estruturadas, pesquisa participante e análise qualitativa dos dados.	A grande maioria dos entrevistados alega a busca por uma remuneração maior como sendo a causa da relação entre a atividade jornalística e a pejetização, alegando que a migração do regime CLT para o PJ também é uma exigência do empregador, na tentativa de conter gastos.
Dissertação: Perspectivas da prática profissional do jornalista assessor de imprensa: O <i>ethos</i> , a identidade e as reflexões deontológicas no contexto da atuação simultânea em redações e assessorias de imprensa de Natal-RN	Juliana Bulhões Alberto Dantas (2014)	Investigar a prática jornalística assessor de imprensa e seu raciocínio prático profissional como ator social	Etnometodologia	O autor conclui que os jornalistas priorizam o status e a paixão pela profissão acima da situação de precarização que vivenciam no exercício do trabalho. Muitos dos jornalistas entrevistados para o estudo, tem mais de uma fonte de renda e declaram que vivem com medo do desemprego.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De acordo com os estudos acima analisados, foi possível perceber que, como na pesquisa desenvolvida, os jornalistas preconizam o status do “ser jornalista” e continuam a vivenciar a situação de precarização no ambiente profissional.

Este estudo permite traçar um paralelo de como o jornalista que atua no Tocantins percebe as situações de precarização no trabalho as quais estão expostos, bem como, busca entender quais as motivações dos profissionais para aceitarem tais condições.

Diante do exposto, se percebe junto com a precarização outro agravante: a presença da violência no ambiente de trabalho dos jornalistas, tema a ser tratado no subtítulo a seguir.

4.2.3 Uma possível origem da violência e dos atos violentos no trabalho contemporâneo

Como já elucidado acima, a gestão pela humilhação vem das raízes da colonização do Brasil. Primeiramente foram os índios e depois os negros que foram subjugados por pessoas que se imaginavam superiores – militarmente, culturalmente e economicamente. Da mesma forma, observa-se o assédio sexual:

[...] quando uma pessoa, em posição superior à outra, se aproveita desta hierarquia e utiliza palavras, gestos ou qualquer outro meio para coagir seus semelhantes, do sexo oposto ou do mesmo sexo, a manter qualquer tipo de prática sexual sem que este verdadeiramente deseje [...] (HELOANI; BARRETO, 2018, p. 17).

Portanto, essa troca sem o consentimento da outra parte, que é para os autores uma forma de “prestação de serviço” para um “dono”, também permeia a nossa sociedade desde a época da colonização. Em muitos casos no Brasil, o assédio moral inicia-se após um assédio sexual malsucedido. Portanto, o cenário de violência laboral faz parte do Brasil há muito mais tempo que podemos imaginar (HELOANI; BARRETO, 2013; HELOANI; BARRETO 2018).

Para Facas (2013), a relação entre trabalho e saúde/adoecimento vem sendo observada desde a antiguidade. A violência contra o ser humano no trabalho, que antes era escravo ou no regime servil do trabalho, já vem com uma conotação de castigo como já dito no subtítulo acima. Nota-se que o ato violento contra o trabalhador e a inexistência com a preocupação com a saúde deste trabalhador. Este era visto como uma peça que fazia parte de “engrenagens naturais” que pertenciam à própria terra, sendo comparados aos animais ou até mesmo às ferramentas de trabalho. Nota-se que, nesse momento, eram negados a esses seres o progresso, a esperança, a existência e, por fim, uma história. Podemos, portanto, dizer que daí surge além da violência contra o corpo a violência psicológica (FACAS, 2013, p. 72).

Vale ressaltar que a relação entre senhor e escravo, na época do Brasil Colônia, era norteada pelas mesmas regras do assédio moral que se vivencia hoje. Antes, o gesto de se rebelar poderia custar a vida. Mas, o senso da propriedade pelo corpo e pela vida do outro se fazia presente e isso perdura até a contemporaneidade de uma forma velada. Portanto, pode-se dizer que a herança cultural de uma era escravagista (que perdurou por 300 anos, até o ano de 1888) se faz presente ainda hoje nas relações de trabalho no Brasil.

Cumprir destacar que a relação de assédio nem sempre é regida pela hostilidade. Essa relação se dá onde observa-se relações de poder e na intersubjetividade associada às relações de trabalho. “Joaquim Nabuco (1849-1910), o abolicionista, cujo trabalho foi decisivo na luta pela liberdade dos escravos, já havia profetizado em seus discursos parlamentares (1949) que a

escravidão permanecerá por muito tempo como uma característica do Brasil” (HELOANI; BARRETO, 2018, p. 18).

O espírito capitalista naturaliza a exclusão do sofrimento humano da contabilidade gerencial, mas esse é um elemento de suma importância para entender os dilemas enfrentados no trabalho.

Esse assunto segundo Heloani e Barreto (2013) ganhou mais força a partir dos anos 1980 com pesquisas do psicólogo alemão, radicado na Suécia, Heinz Leymann, onde assumiu o conceito de *mobbing*³⁸ e passou a ser investigado em vários países.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1996, definiu a violência como uso intencional da força física ou do poder, como forma de ameaça contra si ou contra o outro (pessoas/grupo/comunidade). Podendo ocasionar: lesão, morte, dano psíquico, problemas no desenvolvimento humano ou causar algum tipo de privação. Acrescenta ainda que violência psicológica são os diversos comportamentos ativos e invasivos que podem instituir consequências emocionais plausíveis na vida do sujeito a ela exposta.

Para Heloani e Barreto (2018), os termos: violência laboral e assédio moral servem para definir os diversos atos de violência que ocorrem no meio ambiente do trabalho (Quadro 8), e ressaltam que as definições de violência moral e psicológica têm como explicação os mesmos aspectos, corroborando com Faria (2013). Enfatizam ainda que os diversos atos de violência, atos intencionais de desrespeito corriqueiros e “deliberada desqualificação de outra pessoa ou grupo, seguida de sua conseqüente fragilização, com o intuito de neutralizá-la em termos de poder mesmo que ocorra em micro espaços das relações laborais”, podem ser intituladas como violência laboral ou assédio laboral (HELOANI; BARRETO, 2013, p. 28).

Como uma violência laboral, o assédio moral, por sua vez, pode ocorrer de 4 formas: a) Vertical: parte do chefe ou superior hierárquico para o subordinado; b) Horizontal: existe no mesmo nível hierárquico; c) Ascendente: um grupo de trabalhadores que passa a hostilizar um ou mais chefes (superior hierárquico), e; d) Misto: inicia como descendente e acaba tendo anuência dos trabalhadores que por “medo, oportunismo estimulado ou mesmo subserviência e autoconvencimento, fazem o jogo da organização, oprimindo seus pares” (HELOANI; BARRETO, 2013, p. 56).

³⁸ O termo *Mobbing*, que é derivado do verbo *to mob*, significa atacar em tumulto, cercar, assediar ou ainda, horda, bando, plebe.

Nota-se que todo o corpo humano, em momentos diferentes e individuais, sucumbe ao sofrimento imposto pelo constrangimento e humilhação, muitas vezes sem marcas aparentes, mas com hematomas que invadem a Psiquê humana.

Quadro 10: Como a violência acontece

Finalidade da Violência	Conservar as estruturas de injustiça, de opressão e de privilégios em benefício de uma minoria, retirando da maioria suas esperanças de vida digna.
Dimensões da Violência	Todo processo de violência possui duas dimensões básicas, independente dos tipos e das formas: a) Violência explícita (direta, objetiva); b) Violência oculta (implícita, indireta, subjetiva).
Manifestação da Violência Social	Manifesta-se de, pelo menos, cinco formas distintas, porém complementares e não excludentes: a) Violência Estrutural – a que afeta toda a sociedade. Está presente nas relações sociais de produção e de trabalho; b) Violência Institucional – decorre de um processo racional que está presente nas leis, normas, regras e práticas políticas e que justifica a repressão, o controle das atividades individuais ou coletivas, a uniformidade dos comportamentos e as exigências sociais; c) Violência Econômica – decorre de controle, pelas empresas ou organizações governamentais, das tecnologias, da gestão de processo de trabalho, da produção de mercadorias e serviços, do mercado, da mídia; d) Violência Pedagógica – decorre da prática da educação reprodutiva, do controle dos currículos e das estruturas curriculares pelas escolas, da formação do técnico-profissional em oposição ao ser social e político; e) Violência da não Violência ou Violência Discursiva – decorre dos discursos ideológicos que visam descaracterizar a violência pelo disfarce de conceitos, denominações, atitudes, justificativas e propósitos. Trata-se da dissimulação da realidade pelo discurso.
No trabalho	a) Econômica: refere-se às formas de retribuição pelo emprego da força de trabalho tendo em vista o trabalho executado; b) Política: refere-se ao processo de dominação da organização e de seus representantes sobre a organização e o processo de trabalho; c) Psicossocial: refere-se ao plano subjetivo da violência no trabalho, especialmente no que se refere aos mecanismos sutis em que se expressa.

Fonte: Faria (2013, p. 490), adaptado pela autora (2019).

Todo assédio moral e organizacional é causado sempre pela organização do trabalho e pelas políticas de gestão que são indignas no trato com as pessoas. No assédio sexual deseja-se o corpo fragmentando a pessoa, já no assédio moral deseja-se o todo (corpo-emoção) sem fragmentações pois a humilhação e discriminação ofende a dignidade do sujeito pois, ecoam de forma negativa no coletivo da organização. Esse assédio internalizado e “ressignificado” se mostra visível na mudança no ambiente de trabalho tornando o ambiente degradado, hostil, com transversão pelo terror, animosidade, antipatia, desconfiança, medo, insegurança, indiferença,

que corroboram para uma dificuldade em estabelecer laços laborais fraternos. As emoções em desordem favorecem a predominância dos sentimentos contraproducentes e repetitivos como fator de desmotivação que afeta na forma como o corpo reage a degradação das condições de trabalho (HELOANI; BARRETO, 2013).

Percebe-se, no entanto, ainda a necessidade de se debruçar nas obras de Lis Andreia Pereira Soboll (2017) para um contraponto visto que há discordâncias associadas ao tema assédio moral com Heloani e Barreto (2018) ficando essa ressalva para trabalho futuros. Assim como de forma mais profunda trazer a violência laboral (mais ampla que o assédio moral) que sobretudo não se apresenta como culpa do sujeito e sim da organização onde ele está inserido. Isto é um ponto bem emblemático e que não é consenso na literatura, mas na obra do Roberto Heloani e da Margarida Barreto (2018) é possível vislumbrar a opinião dos autores sobre o tema. Após esse aprofundamento esta subseção atingirá de fato seu objetivo dentro desta pesquisa.

Como já relatado, o trabalho tem uma fundamental importância para compreender a existência humana e a colonização está diretamente ligada nessa compreensão das relações de trabalho. Cabe compreender o papel central e como a nova morfologia do trabalho e suas influências nas vivências de prazer e o sofrimento para complementar o que já foi elucidado. Portanto segue abaixo algumas ideias e conceitos levantados sobre este tema e a realidade do trabalho dos jornalistas, público alvo desta pesquisa.

4.2.4 A relação de trabalho e a perspectiva de gênero

De suma importância para entender as relações sociais e de trabalho, é analisar sob a ótica de gênero a profissão de jornalista e a mulher no mercado de trabalho.

O processo de colonização, exploratório da força humana, impositivo de poder e de cultura, vem arraigado de subjetividade utilizadas até os dias de hoje para a manutenção do poder, seja ele de que forma for.

O patriarcado, regime cultural e social no qual o homem (estereótipo europeu, heterossexual) é a base de poder primário e mantém a liderança nos cargos políticos e sociais, é uma herança que permeia as culturas e encontra brechas para não se dissolver, envolto as novas conquistas das mulheres.

Walsh (2001) afirma que a igreja, em sua forma de manutenção do poder, impõe uma política de medo (o cristão não quer pecar e desobedecer aos desígnios de Deus) e

culpabilização. Tais políticas mantêm os fiéis sob a cãnone religiosa, reforçando o regime de exclusão da mulher da vida pública e a delegando deveres no ambiente privado.

A autora diz, ainda, que a dicotomia público-privado criada pelo regime patriarcal, relega a mulher o direito de perseguir anseios que por muitas vezes são sufocados antes mesmo de serem externados. À mulher é reservado o direito e a obrigação de cuidar do espaço privado, sem que a mesma tenha ambições sociais.

Dentro do espaço privado, a mulher encontra o preconceito e a subestimação da capacidade enquanto ser humano. Quando se fala na posição da mulher dentro do ambiente de trabalho, mais especificamente do jornalismo, é possível perceber que a seleção criada para a delimitação de cargos é ancorada em uma fundamentação machista.

Na vivencia da pesquisa empírica, foi perceptível o quanto os atributos de gênero, assim como outros marcadores sociais (como geração e classe, por exemplo), eram elementos que estavam imiscuídos nas características que determinavam as posições que os jornalistas ocupavam na hierarquia da empresa, se investiam ou eram reconhecidos entre os colegas. Também ficou evidenciado que na hierarquia de valores e posições profissionais, o prestígio e o poder decorriam de um processo complexo, para além da simples competência profissional, e que tinham a ver com adequação a determinados perfis, cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade, etc.), independentemente do sexo biológico dos profissionais [...] (VEIGA, 2010, p. 209).

A capacidade produtiva da mulher é amplamente relacionada ao gênero e aos conceitos relacionados à cultura patriarcal de que mulher é mais ligada ao emocional e maternal e o homem é o ideal para relações onde se necessite de racionalidade e competência.

Corroborando com a afirmação acima, Silva e Santos (2018) revelam que, neste sentido, as mulheres são inseridas em funções que as remetam ao ambiente doméstico, relacionadas a capacidades ou habilidades identificadas como tipicamente femininas como: delicadeza, destreza, habilidade manual, paciência e etc., já os homens, são associados a funções que exijam conhecimento teórico e profissional.

Veiga (2009) relata ainda que, em um estudo realizado por ela, entre os jornalistas havia uma relação direta entre o perfil do profissional e o tipo de notícia que o mesmo iria produzir. Dessa forma, as pautas eram separadas de forma hierarquizada, demarcadas pelas definições e conceitos hegemônicos de gênero.

Amiúde, a figura feminina é vista como um ser frágil e despreparado emocionalmente para lidar com um ambiente competitivo e permeado de pressão, como no ambiente de trabalho. Por muitas vezes também a mulher é vítima de preconceito a respeito do caráter reprodutor, e

é excluída de seleções de emprego pelos empregadores devido à possibilidade de engravidar e ter que se ausentar das atividades laborais.

Em um relatório realizado pela Gênero e Número³⁹, em parceria com a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), intitulado de “Mulheres no jornalismo brasileiro”⁴⁰, uma das participantes do estudo afirma que imaginou que, por estar no jornal há três anos e cobrindo uma pauta bem pesada, seria uma boa hora de pedir um aumento. A jornalista afirma que escutou do seu superior a seguinte frase: “Você veio me pedir aumento com esse barrigão?”.

Ainda no mesmo relatório, realizado com mais de 500 jornalistas em 271 empresas de comunicação em várias localidades do país, 83,6% das jornalistas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência psicológica (insultos presenciais ou pela internet, abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, física ou escrita) relacionada ao fato de serem mulheres. A discriminação sexista também revela altos índices entre as jornalistas que participaram do estudo e cerca de 86,4% das mulheres dizem já ter sofrido preconceito em relação aos seus trabalhos pelo fato de ser mulher, assim como 65,7% diz que já tiveram a sua competência questionada por um superior ou presenciaram uma colega de trabalho sendo vítima da mesma situação.

Dentre os dados levantados no relatório, um que chama a atenção por corroborar com o padrão heterogemônico explanado acima, é o fato de 65% das mulheres afirmarem que existem mais homens do que mulheres em cargos de poder dentro das empresas que trabalham. Destarte, a cultura de objetificação da mulher as transforma em alvos contumazes de assédio sexual dentro do ambiente de trabalho. O referido estudo aponta ainda que ao menos 70,2% das mulheres ouvidas no relatório afirmam ter presenciado uma colega sendo vítima de assédio sexual, enquanto 70,4% já passaram pelo constrangimento de serem assediadas no exercício da profissão.

Uma outra realidade que permeia a relação de trabalho e gênero é a terceira jornada, enfrentada pela maioria das mulheres que desempenham uma função remunerada no meio público. Culturalmente, a obrigação de cuidar do lar, dos filhos e de familiares mais próximos é vinculada à mulher, uma vez que o patriarcado as renegou o direito de exercerem atividades no meio público. Dessa forma, a mulher que decide ou precisa estar fora de casa para trabalhar,

³⁹ Entidade sem fins lucrativos que promove a exposição e produção de evidências para fomentar o debate acerca da igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.generonumero.media/>. Acesso em: set de 2019.

⁴⁰ Relatório disponível em: http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: set de 2019.

enfrenta uma tripla jornada de trabalho, pois quando a mesma chega em casa, ainda tem as atividades domésticas para realizar.

Amaral (2007) descreve que a mudança na estrutura do trabalho e a necessidade de sobrevivência no mercado fez com que alguns empregadores procurassem flexibilizar novas formas de trabalho, como: meia jornada, terceirização, contratos informais entre outros. Esse cenário abriu espaço para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, alçando a mulher da condição de dependente para a condição de igualdade na divisão das despesas e tarefas do meio privado.

A autora diz ainda que, paralela à flexibilização dos meios de trabalho, surge também um novo perfil de trabalhador. É necessário ter jogo de cintura, empatia e docilidade no trato com o cliente (características geralmente atribuídas as mulheres), uma vez que na nova realidade pós-moderna do trabalho a concorrência é um dos grandes fatores para a modernização e atualização por parte dos empresários.

Para Castells (2005) houve uma remodelação nos padrões sociais assim que o patriarcado começou a ser atacado. A crescente evolução tecnológica forçou e abarcou as mudanças estruturais na sociedade, reconfigurando os padrões até então pré-determinados das mulheres, das crianças, das relações sexuais e familiares e até mesmo do indivíduo.

No entanto, mesmo que o mercado tenha se transformado e agregado novas formas de trabalho, o papel da mulher no mercado (para a sociedade) ainda é relativamente e intimamente ligado ao ambiente privado, o que de certa forma, coloca a mulher em uma situação de mais insegurança quando se colocado em pauta o ambiente público-privado (dicotomia que envolve o ambiente privado (casa) e o ambiente público (trabalho e outras instituições sociais) citado por WALSH (2001).

5 RESULTADOS

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seus sonhos é sua vida
E vida é trabalho...*

*E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata*

(Gonzaguinha, Um homem também chora).

Na tomada de consciência desse histórico profissional dos jornalistas e buscando trazê-los como um exemplo da nova morfologia do trabalho apresentam-se os resultados desta pesquisa. Esta seção será dividida em cinco subseções: a primeira delas descreverá o perfil das participantes; a segunda, como foi o processo de parceria junto ao SINDJOR e a sensibilização das participantes; na terceira seção, um resumo das sessões de escutas clínicas e o encerramento do grupo; na quarta seção, relata-se como se deu o processo de devolutiva para as participantes, e por fim, a quinta seção que relata o encontro de avaliação, três meses após o encerramento das sessões coletivas.

5.1 PARCERIA E SENSIBILIZAÇÃO

Como forma de sensibilização e convite para refletir sobre o que já era comum nas discussões informais, a precarização do trabalho dos jornalistas e o sofrimento que decorre desta realidade, fomentou-se nas redes sociais uma campanha destacando a importância de se falar sobre saúde mental no trabalho. Essa campanha iniciou-se em setembro de 2018, no mês de conscientização sobre a importância em falar sobre o suicídio, o mês do “Setembro Amarelo⁴¹”. A assessoria de imprensa do SINDJOR-TO, após uma reunião promovida pela presidente da instituição, organizou uma série de postagens nas redes sociais, dentre elas um vídeo⁴² gravado pela pesquisadora deste estudo falando sobre o que era saúde mental e a importância de falar sobre o tema no trabalho.

⁴¹ A campanha Setembro Amarelo foi criada em 2014 por uma iniciativa do Centro de Valorização da Vida (CVV) – uma ONG voltada à prevenção e apoio emocional em relação ao suicídio – em parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

⁴² Vídeos publicados nas redes sociais do Sindicato: <https://www.instagram.com/p/Bn3r66Dg1cG/>; <https://www.instagram.com/p/BueZ6RBHBMa/>; <https://www.instagram.com/p/Buue4sjnpO/>.

Após esse primeiro contato com a equipe de trabalho do SINDJOR-TO, fechou-se uma parceria entre a Universidade Federal do Tocantins pelo grupo de Pesquisa já citado, com o referido Sindicato. A pesquisadora (proprietária da Psiquê) ofertou o local para as reuniões de alinhamento e para escuta que posteriormente foi modificado pelos interesses particulares das participantes do grupo. Ao todo, foram feitas 3 reuniões com a equipe de assessoria em comunicação do sindicato para alinhamento dos detalhes do trabalho que seria desenvolvido entre setembro de 2018 e março de 2019.

No dia 01 de março de 2019 foi divulgado nas redes sociais do sindicato a reunião de sensibilização que ocorreria no dia 07 de março de 2019. Junto com a divulgação foi disponibilizado um *link* para que os interessados se inscrevessem no evento e, como já foi dito, 15 pessoas se inscreveram. No dia 07 de março de 2019, no período noturno, ocorreu a reunião de sensibilização e apresentação do projeto para o público alvo e, no mesmo dia, foi assinada oficialmente a Proposta de Parceria Interinstitucional (APÊNDICE A e B).

Neste encontro de sensibilização participaram 8 pessoas e 5 delas assinaram o TCLE (APÊNDICE C). Destes 5 interessados apenas 3 compareceram aos encontros. O grupo, na maioria do tempo, contou com a presença de 6 pessoas sendo que 3 delas se apresentaram no decorrer do processo. A variação de frequência das participantes ficou sendo de no mínimo uma participante e no máximo de seis.

Vale afirmar que a reunião de sensibilização impactou significativamente no processo de escuta, visto que desde o primeiro momento foram verbalizados vários relatos de violência no trabalho dos jornalistas, ficando notório o mecanismo de defesa por parte de alguns jornalistas que sublimam seus sentimentos para enfrentar a realidade do trabalho.

Através do formulário aplicado para mapear o perfil dos participantes observamos parte desta realidade conforme descreve-se abaixo.

5.2 PERFIL DAS PARTICIPANTES

Devido aos relatos do estudo de Ghizoni (2013) que afirmava ter sentido falta de algo que traçasse o perfil dos participantes para facilitar a compreensão dos leitores, e já seguindo as ideias de Monteiro (2018), foi feito um questionário (APÊNDICE D) adaptando uma ferramenta disponibilizada pela psicóloga Fernanda Duarte para mapeamento do perfil dos Jornalistas.

Desta forma, todos os dados coletados mediante a aplicação do levantamento de perfil do participante (APÊNDICE D) foram tabulados e deram origem à tabela 1. Vale destacar que

os sujeitos não tiveram seus nomes expostos, com o intuito de garantir o sigilo, conforme o TCLE, critério ético estabelecido com o SINDJOR e com cada participante deste estudo.

Tabela 1: Perfil da Participante

Sexo	Idade	Escolaridade	Função	Tempo de trabalho como Jornalista	Horas de trabalho diários
F	27	Pós-graduação	Assessora de Imprensa e Estudante	8 anos	Até 6hs
F	29	Superior Completo	Assessora de Imprensa e Gerente de redes	4 anos e 3 meses	9 a 12hs
F	38	Pós-graduação	Assessora de Comunicação	9 anos e 10 meses	9 a 12hs
F	43	Pós-graduação	Desempregada Profissional	14 anos	N/I
F	43	Pós-graduação	Autônoma e Estudante	5 anos	N/I
F	46	Pós-graduação	Gerente de Matérias Legislativas	25 anos	9 a 12hs

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Foi possível perceber que as participantes todas são jornalistas mulheres, entre 27 e 46 anos, que desenvolvem ou desenvolveram atividades como jornalistas num período entre 4 a 25 anos, sendo que apenas 4 delas estão no mercado de trabalho formal atualmente. Duas não apresentam vínculos formais com nenhuma instituição e outras duas cursam Mestrado Acadêmico. Todas já foram vinculadas a atividades formais por, no mínimo, 4 anos. As atividades profissionais são diversificadas atualmente.

Todas as participantes relataram ter sofrido algum tipo de violência no desempenho de sua função e quatro delas relataram que já tiveram interesse de deixar a carreira de Jornalista.

Nota-se também que todas descrevem desconfortos físicos que acreditam estar relacionados à dinâmica de trabalho. Abaixo, a tabela 2 destaca os sintomas destacados:

Tabela 2: Estado de saúde/sintomas apresentados

Sintoma	% de recorrência	Sintoma	% de recorrência
Sentimento de tensão	66	Sensação de Formigamento	33
Desânimo	66	Perda da Libido	33
Inquietação	50	Agitação	16
Desatenção	50	Sono fragmentado	16

Dificuldade para me concentrar	50	Despertar precoce	16
Fadiga	50	Desesperança	16
Angústia	50	Falta de Prazer em Passatempos	16
Sentimento de Culpa	50	Perda de Interesse	16
Sensação de Fraqueza	50	Perturbação da visão	16
Compulsão Alimentar	50	Taquicardia/ palpitações	16
Irritabilidade	33	Sensação de Desmaio	16
Tremores	33	Dores no peito	16
Indecisão	33	Ânsia de vômito/náusea	16
Memória Fraca	33	Sensação de Asfixia	16
Incapacidade de relaxar	33	Tontura	16
Dificuldade para dormir	33	Dores de cabeça	16
Choro com Facilidade	33	Ganho exagerado de peso	16
Tristeza	33	Ganho de apetite	16
Sentimento de Inutilidade	33	Vontade de Desistir de Tudo	16
Dificuldade de sentir intimidade e proximidade	33	Sinto que não consigo trabalhar em função do quadro atual	16
Dores no corpo	33	Sentimento de incapacidade de trabalhar	16
Zumbido nos ouvidos	33	Demais sintomas	0

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Dos sintomas mais recorrentes observa-se: sentimentos de tensão e desânimo com 66%. Seguidos com o percentual de incidência de 50%: inquietação; desatenção; dificuldade para me concentrar; fadiga; angústia; sentimento de culpa; sensação de fraqueza; compulsão alimentar. Nota-se que 50% das participantes afirmam achar correlação dos sintomas com o trabalho de jornalista, 33% afirmam não achar umnexo causal e 16% não opinou. Quando questionadas se estes sintomas já apresentados, poderiam ter sido agravados pelo trabalho 66% afirmam que sim e 16% não opinaram. O subtítulo a seguir descreverá o resumo das sessões.

5.3 RESUMO DAS SESSÕES

Apresentamos neste subtítulo um quadro com o resumo das sessões (quadro 9), tendo como objetivo apresentar ao leitor parte da trajetória do grupo por meio da breve síntese dos temas principais que surgiram no decorrer das sessões.

As sessões ocorreram, na sua maioria, na sede do SINJOR sendo que apenas a primeira e a segunda sessão que ocorreram na sede da Associação Comercial e Industrial de Palmas (ACIPA), mesmo lugar que ocorreu a sensibilização. Os lugares foram escolhidos pelas

participantes, assim como as mudanças. As opções dadas foram: ACIPA, Sede do Sindicato e o escritório da Psiquê.

Vale elucidar que, em todas as sessões, apareceram relatos de violência laborais diversas e que o assédio é apenas uma delas.

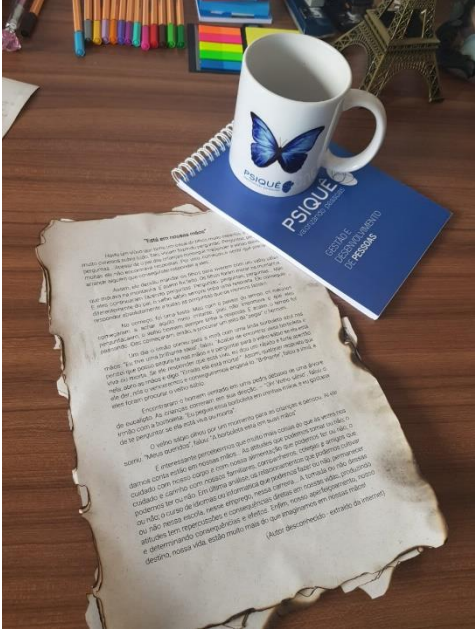
Quadro 11: Breve resumo das sessões

<p>1ª Sessão</p>	<p>Dia 14/03/2019 Participantes: 4</p> <p>Notou-se que nessa sessão o tema mais recorrente foi o que havia sido falado por um colega no dia da sensibilização. As participantes se sentiram desrespeitadas e iniciaram as falas antes mesmo da sessão começar. Foi levantado a hipótese do motivo do não comparecimento por parte dos demais participantes da sensibilização em decorrência do medo das pessoas de falarem sobre essas dificuldades do trabalho e depois se tornar talvez um alvo e sofrer represálias. Os temas trabalhados foram: as dificuldades de relacionamento entre pares; Conflito entre gerações; Vaidade; Violência contra o corpo (assédio sexual); Ausência de um horário preestabelecido de trabalho; Desrespeito a “legislação” que rege a carga horária e a remuneração em alguns momentos por colegas de profissão que viraram empresários.</p>
<p>2ª Sessão</p>	<p>Dia 21/03/2019 Participantes: 4</p> <p>Nesta sessão ficou claro que devido a auto aceleração as participantes não percebem o quanto o cenário que estão inseridas está adoecido, ao fazer um eco de parte das falas colhidas na sessão anterior as participantes se escutaram pela fala da pesquisadora e se surpreendem com os relatos. Afirmaram que a correria as deixou anestesiadas em relação ao sofrimento do outro. Nota-se o quanto é difícil lidar com as mudanças que estão ocorrendo na profissão. Evidencia-se que como forma de defesa, a racionalização, é utilizada para tentar compreender as mudanças. Os temas mais abordados foram: O peso que é ouvir os relatos dos colegas; A dificuldade em falar sobre os problemas por parte dos homens; Se questionar sobre a escolha profissional; Necessidade de um perfil empreendedor; Dificuldade de falar com o colega sobre as mazelas da profissão, pois você pode ser perseguido por esse mesmo colega; Relações políticas que permeiam a realidade da profissão; A desunião da classe; A dificuldade das pessoas em lutarem pelos outros.</p>
<p>3ª Sessão</p>	<p>Dia 28/03/2019 Participantes: 2</p> <p>Nota-se que o discurso de que os outros colegas de classe acabam exacerbando o processo de precarização do trabalho dos jornalistas se fez presente, principalmente fazendo com que os colegas acumulassem funções para conseguir fazer parte de uma empresa privada e tenham que se adaptar a uma carga horária maior que o já estabelecido via sindicato. Evidencia-se que há uma confusão sobre o que é de fato a função do</p>

	<p>jornalista, pois se mistura com áreas como o de marketing e cerimonial de eventos o que dificulta a organização do trabalho. Alguns outros temas abordados foram: A percepção delas como jornalistas no contexto; Como as atribuições são repassadas aos jornalistas; A rotina de trabalho costuma ser definida às vezes por elas às vezes pela dinâmica de trabalho; A mobilização individual para enfrentar as dificuldades da profissão; A possibilidade de mudar a área de atuação.</p>
4ª Sessão	<p>Dia 04/04/2019 Participantes: 2</p> <p>Iniciou-se a sessão com as reflexões compartilhando a interpretação do coletivo de pesquisa com as participantes do grupo. Nota-se que ao ouvir as reflexões a inquietação e ao mesmo tempo o processo de negação e de defesa se fez presente, mas desta vez observou-se uma sensação diferente. Foi reforçado o movimento de busca empreendedora com um caminho para o enfrentamento e de mobilização individual em prol da saída deste processo de lamentação por situações vividas a 10 anos com a perda da exigibilidade do diploma. Temas abordados com maior evidência foram: A percepção delas como jornalista no contexto; A mobilização individual e coletiva para enfrentar as dificuldades da profissão; A fixação nas atitudes dos outros; A possibilidade de mudança na área de atuação permanecendo como jornalista; O reconhecer que o jornalista tem seu diferencial como profissão; Realidade de várias profissões que também, pelo movimento social, estão perdendo fatias de mercado; E as escolhas de como enfrentar o mundo contemporâneo.</p>
5ª Sessão	<p>Dia 11/04/2019 Participantes: 3</p> <p>Nesta sessão observa-se o grupo já propondo o tema a ser conversado, visto que antes mesmo do início da sessão o assunto que tomava conta da conversa entre as participantes era a comemoração do dia do Jornalista (dia 07 de abril). Observou-se que diversos eventos ocorreram durante toda a semana principalmente nos órgãos públicos como a Assembleia Legislativa que promoveu um Ato Solene em comemoração. O que já deixa explícito um diferencial dessa classe profissional para a classe política, visto que até esta sessão havia um desconhecimento por parte da clínica-pesquisadora de uma outra classe profissional que tivesse atos comemorativos na esfera do poder legislativo com seção solene. Após os relatos foi comentado que a Instituição OAB é homenageada em um determinado momento do ano e que os contadores também são. Nas falas sobre os eventos as participantes descrevem através das narrativas, como um momento de confraternização, mas também de luta pelo espaço de toda a classe. Nesta sessão outros temas foram trazidos como: comemoração do dia do jornalista; organização do trabalho em um órgão estadual; luta pelos direitos como parte das comemorações; vivências de assédio no olhar de uma das participantes que pouco falou de si mesma em outros momentos; briga velada intergeracional. Observou-se também uma reverberação positiva da sessão anterior com a constatação que os problemas do trabalho estão além da profissão do jornalista.</p>
6ª Sessão	<p>Dia 25/04/2019</p>

	<p>Participantes: 4</p> <p>Nesta sessão os temas mais recorrentes foram: a importância da união da classe; excesso de reclamação e pouca ação quando o sindicato faz algo para ajudar; a necessidade de ter que sempre ofertar comida para as pessoas participarem dos eventos; a importância de sair da zona de conforto e tentar mudar os velhos comportamento; destaca-se também a questão da utopia que representa a frase <i>“se você fizer o que ama você nunca mais irá trabalhar”</i>; a mesma fonte de prazer da profissão se torna a fonte de sofrimento (trabalho dinâmico); a necessidade de inovar na profissão <i>“comecei a ver que realmente, na maioria das profissões hoje a gente tem que inovar o tempo todo”</i> (6ª sessão, 25/04/2019).</p>
7ª Sessão	<p>Dia 02/05/2019 Participantes: 4</p> <p>Nesta sessão observou-se a realidade do desemprego e o medo desta ser a realidade para quem está empregado neste momento. Nota-se a nova realidade do mundo do trabalho onde as propostas de emprego existem, mas com uma série de exigências que muitas vezes são injustificáveis e além da realidade dos possíveis candidatos à vaga. Nesta sessão foram abordados as formas de trabalhar dos jornalistas como um ato político; o estudar como uma forma de trabalho para os que decidem se enveredar pela vida acadêmica; a busca pelo lado positivo no trabalho que desenvolvem; o desemprego e as frustrações de viver nesse cenário; realidade do cenário contemporâneo do trabalho; auto cobrança como fonte de sofrimento; auto aceleração como uma forma de melhor remuneração para suprir muitas vezes necessidades supérfluas para um pertencimento social; auto escravização em prol do consumo.</p>
8ª Sessão	<p>Dia 09/05/2019 Participantes: 1</p> <p>Foi relatado a dificuldade da realidade dos demais profissionais que estão no mercado porque a personagem afirma estar em um momento de vida mais calmo de auto respeito. Mas reconhece e se solidariza pelos colegas em sofrimento. Temas abordados na sessão: como o profissional jornalista está se sentindo no mundo de transformação; o boato de um suicídio de um jornalista que assolou os profissionais durante a semana; dificuldade no processo de empatia e percepção das dificuldades dos outros; preocupação com os colegas que estão desempregados ou que estão em dificuldade e dificuldade de lidar com a morte de alguns colegas de profissão ainda jovens. Os afetos mais presentes foram: empatia, solidariedade, necessidade de se reinventar, o luto e a dificuldade de lidar com a perda de um ente querido.</p>
9ª Sessão	<p>Dia 16/05/2019 Participantes: 4</p> <p>Nesta sessão o processo de tomada de consciência que a mudança da forma de olhar a realidade do trabalho e de olhar os colegas, pode melhorar a realidade do trabalho, foi o tema mais frequente trazidos pelas participantes. Nota-se uma gratidão pelo processo e pela escuta, mas a</p>

	<p>tomada de consciência do papel individual para modificar parcialmente a realidade de trabalho do jornalista. As participantes desta sessão, reafirmam que pela primeira vez foi dado a chance aos comunicadores de narrar a própria história: <i>“Primeira vez que se dá... que a categoria se dá a oportunidade de ela ser escutada, ouvida, então é muito... a gente não tá preparado pra falar”</i> (9ª sessão, 16/05/2019). Mas reconhecem a resistência individual de se expor para os próprios colegas ou para pessoas de fora. Nota-se que o tema do primeiro encontro, o da sensibilização, retornou neste encontro, como se naquele momento eles tivessem vivendo uma réplica do que é feito no dia de trabalho. Nas narrativas observa-se o prazer em fazer o que faz; o pensamento para analisar de forma macro a realidade do trabalho; a mudança individual como o primeiro passo para mudar o coletivo; a resistência da categoria em falar sobre si.</p>
<p>10ª Sessão</p>	<p>Dia 25/05/2019 Participantes: 4</p> <p>Esta sessão foi proposta com a sessão de encerramento de fechamento do processo clínico, previamente acordado em sessões anteriores, para dar início às análises das narrativas do grupo, portanto nessa sessão foi feita uma análise do que já havia sido trabalhado e o que as personagens iriam fazer após a conclusão das sessões. Surgiu um relato interessante como uma forma de refletir (...) <i>é uma fala que eu acho que é de Paulo Freire que fala que “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Que casa com a situação. E quando você tá na situação de... de chefe, você precisa não deixar de ser colega. Lógico que você não vai calar diante de uma, uma... de uma falha, claro que você vai observar a situação... você tem que chamar o teu colega</i> (10ª sessão, 23/05/2019). Essa fala amarrou uma reflexão de que elas muitas vezes também expõem os colegas e que o grupo favoreceu a tomada de consciência de que precisam mudar essa postura, porque mesmo não tendo intenções reais de ofender, aquilo pode estar ofendendo expondo. Também narraram a importância do protagonismo do jornalista na violência que acomete a classe profissional. Descreveram a realidade do ser jornalistas. Afirmam notar a acomodação dos colegas de classe frente as dificuldades e que elas, participantes do grupo, poderiam ser agentes da mobilização, via sindicato, em prol da causa das violências contra os jornalistas desenvolvendo assim uma lista com algumas possíveis ações a serem feitas em prol desta causa. O grupo se organizou para construir coletivamente as pautas que deverão ser negociadas junto ao sindicato para possíveis ações posteriores ao grupo sendo elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Campanha nas redes sociais contra o assédio e as violências no trabalho; ● Participação em eventos do sindicato propondo discussões sobre esse tema para melhor esclarecimento por parte dos demais colegas; ● Trazer convidados externos para falar sobre saúde mental no trabalho; ● Acolher colegas que estão passando por dificuldade no trabalho por meio de acolhimento verbal;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover vínculos de empatia para melhorar os vínculos entre os colegas de profissão; ● Compartilhar estratégias do processo de escuta clínica com uma forma de reinvenção do ser profissional do jornalismo na contemporaneidade.
<p>Encerramento</p>	<p>Dia 01/06/2019 Participantes: 5</p> <p>Esse encontro aconteceu em um café de Palmas - TO, que conta uma área separada para reuniões. Compartilhou-se o café da manhã e conversou-se sobre a experiência de ter vivido esse processo clínico coletivo. Foi sugerido pelas próprias participantes que a Presidente do Sindicato fosse convidada para participar do encerramento e assim ocorreu. Nota-se que nesse momento de confraternização também foi um momento de apresentar a responsável pelo Sindicato as ideias que o grupo teve como uma forma de se mobilizarem em prol do coletivo, buscando uma melhor postura dos colegas em relação aos outros que vivem a realidade de violência no trabalho. Foi dado as participantes uma lembrança (Figura 16) para que não fosse esquecido tudo que foi vivido no processo, uma recordação da importância de ressignificar a forma de olhar para o “ser jornalista”.</p> <p>Foi compartilhado também um texto de reflexão:</p> <p>Figura 6 – Foto tirada da lembrança de agradecimento ao grupo</p>  <p>Texto:</p> <p style="text-align: center;"><i>“Está em nossas mãos”</i></p> <p><i>Havia um viúvo que tinha um casal de filhos muito espertos, e que eram muito curiosos sobre tudo. Eles viviam fazendo perguntas. Perguntas, perguntas, perguntas... Apesar de o pai das crianças conseguir responder a várias delas, para muitas, ele não encontrava respostas.</i></p>

Por isso, começou a sentir que precisava arranjar alguém que conseguisse responder a eles.

Assim, ele decidiu mandar os filhos para viverem com um velho sábio que morava na montanha. E assim foi feito. Os filhos foram morar na montanha. E eles continuaram fazendo perguntas. Perguntas, perguntas, perguntas..., mas diferentemente do pai, o velho sábio sempre tinha uma resposta. Ele conseguia responder absolutamente a todas as perguntas que os meninos faziam.

*No começo, foi uma festa. Mas com o passar do tempo, os meninos começaram a achar aquilo meio irritante, pois não importava o que eles perguntassem, o velho **homem** sempre tinha a resposta. E assim, o tempo foi passando. Eles começaram, então, a procurar um jeito de “pegar” o homem.*

Um dia o irmão correu para a irmã com uma linda borboleta azul nas mãos. “Eu tive uma brilhante ideia”, falou. “Acabei de encontrar essa borboleta e pensei que posso segurá-la nas mãos e ir perguntar para o velho sábio se ela está viva ou morta. Se ele responder que está viva, eu dou um rápido e forte aperto nela, abro as mãos e digo:” errado, ela está morta!”. Assim, qualquer resposta que ele der, nós o venceremos e conseguiremos enganá-lo. “Brilhante”, falou a irmã, e eles foram procurar o velho sábio.

Encontraram o homem sentado em uma pedra debaixo de uma árvore de eucalipto.

As crianças correram em sua direção. – “Oh! Velho sábio”, falou o irmão com a borboleta. “Eu peguei essa borboleta em minhas mãos, e eu gostaria de te perguntar se ela está viva ou morta”. O velho sábio olhou por um momento para as crianças e pensou. Aí ele sorriu.

“Meus queridos”, falou: “A borboleta está em suas mãos”.

É interessante percebermos que muito mais coisas do que às vezes nos damos conta estão em nossas mãos....As atitudes que podemos tomar ou não; o cuidado com nosso corpo e com nossa alimentação que podemos ter ou não; o cuidado e carinho com nossos familiares, companheiros, colegas e amigos que podemos ter ou não. Em última análise, os relacionamentos que podemos cultivar ou não; o curso de idiomas ou informática que podemos fazer ou não; permanecer ou não nessa escola, nesse emprego, nessa carreira... A tomada ou não dessas atitudes tem repercussões e consequências diretas em nossas vidas, produzindo e determinando consequências e efeitos. Enfim, nosso aperfeiçoamento, nosso destino, nossa vida, estão muito mais do que imaginamos em nossas mãos!

(Autor desconhecido)

Nota-se que as participantes ficaram bastante reflexivas em relação a mensagem passada no texto, assim como a Presidente do Sindicato perguntou se poderia compartilhar o texto com outras pessoas.

Com uma forma de permanecerem conectadas, definiu-se que uma das participantes do grupo montaria um grupo no WhatsApp para conversarem até o dia da apresentação dos resultados, e assim o grupo foi criado.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

5.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ÀS PARTICIPANTES

Ocorreu 55 dias após a conclusão do grupo, no dia 25 de julho de 2019, com 5 participantes. A sessão de apresentação dos resultados ocorreu na sede da Psiquê. Neste encontro apresentou-se o relatório com o resumo das sessões e a análise feita pela clínica-pesquisadora.

Foi disponibilizado, oito horas antes da reunião, uma versão digital do Relatório Final com análises preliminares das sessões. Este relatório tinha 36 páginas, conforme figura 7. Portanto, todas as participantes que também fazem parte do grupo de *WhatsApp* leram o relatório previamente. Foi pedido às participantes que não compartilhassem, por enquanto, por não ser a versão final, visto que ainda passaria pela aprovação do grupo.

Durante o encontro, os relatos e análises foram apresentados em slides (Figura 7) e posteriormente discutidos sessão por sessão. O conteúdo detalhava resumidamente as percepções da clínica pesquisadora e o que havia sido trabalhado nas sessões juntamente com uma nuvem de palavras recorrentes por sessão (similares as figuras 9, 10, 11 e 12).

Foi questionado no final se alguém teria alguma sugestão de modificação e apenas foram acrescentados dados das participantes como escolaridade e ocupação no mercado de trabalho. Assim como foi sugerido, a omissão de algumas informações como nome de instituições que poderiam ligar a pessoas. De uma forma integral o relatório foi validado pelas participantes da pesquisa.

Foi feito um relatório de devolutiva para o SINJOR-TO onde constou um resumo das sessões, conforme descrito acima, assim como as análises da psicodinâmica do trabalho e das narrativas, conforme apresentado nesta pesquisa, com as sugestões de ações posteriores à conclusão desta Escuta Clínica do Trabalho. Este relatório foi disponibilizado na versão online, conforme solicitado pela presidente do Sindicato.

Figura 07: Produto final entregue às participantes



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

5.5 AVALIAÇÃO

Conforme a disponibilidade das participantes, foi agendada, via grupo no *WhatsApp*, a reunião de avaliação para o dia 20 de novembro de 2019, quase 6 meses após a conclusão das sessões. Neste encontro, o coletivo de pesquisa buscou compreender os desdobramentos após a conclusão das escutas clínicas do trabalho. O encontro iniciou pontualmente às 20 horas e finalizou às 21 horas. Apenas uma participante compareceu. Nota-se, segundo a percepção da clínica-pesquisadora, que a forma como o grupo foi criado, via sindicato da categoria, mas sem vínculos entre as participantes, favoreceu o distanciamento pós encerramento das sessões. No grupo do *WhatsApp* criado pelas participantes todas justificaram que não poderiam ir ao encontro por questões pessoais. Deste modo, evidencia-se um movimento individual se sobrepondo ao coletivo. Uma forma de estratégia defensiva, negando a necessidade de engajamento e luta coletiva.

Como possíveis atividades práticas, na última sessão as participantes definiram que fariam algumas ações, dentre elas: a campanha nas redes sociais contra o assédio e as violências no trabalho; participação em eventos do sindicato propondo discussões sobre esse tema para melhor esclarecimento por parte dos demais colegas; trazer convidados externos para falar

sobre saúde mental no trabalho; acolher colegas que estão passando por dificuldade no trabalho por meio de acolhimento verbal; promover vínculos de empatia para melhorar os vínculos entre os colegas de profissão, e; compartilhar estratégias do processo de escuta clínica com uma forma de reinvenção do ser profissional do jornalismo na contemporaneidade.

Nota-se que das ações sugeridas no encerramento das sessões, poucas de fato saíram do campo das ideias. Não se observou inteligência prática. A campanha nas redes sobre a violência no trabalho foi a única que, timidamente, já foi aplicada (Figura 8).

Figura 8: Print da rede social do sindicato.



Fonte: Rede social do SINDJOR-TO (2019).

Segundo o que foi observado pelo coletivo de pesquisa, nota-se que as participantes permanecem se dando apoio, tentando manter o contato entre si e se apoiando como classe mesmo que estruturando pequenos grupos: “*Estamos menos passivas, mais encrenqueiras sabe... não estamos ficando mais caladas*” (Conteúdo do encontro de avaliação 20 nov. 2019). Segundo a participante, devido à correria na vida pessoal e profissional, não conseguiu colocar em prática o que havia sugerido, alegando que está vivendo um momento de muitas demandas pessoais e de trabalho. Evidencia-se também que a participante permanece no processo de auto aceleração e que a mobilização para melhor enfrentamento da realidade de trabalho ainda ocorre

de forma individual utilizando os recursos internos ou de redes de amigos e familiares para suportar.

Segundo a participantes, devido à Medida Provisória nº 905, publicada no dia 12 de novembro de 2019, que revoga a obrigatoriedade de registro para atuação profissional de jornalistas, e tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), o coletivo está tentando se mobilizar para lutar. No entanto, nota-se que a participante mostra incerteza da adesão de um número grande de profissionais, apesar de afirmar que a mobilização está sendo feita a nível nacional. Observa-se ainda a fragilidade dos sindicatos, vivida na prática e intensificada pela reforma trabalhista, de acordo com o relato desta participante.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

*Eu vejo a vida melhor no futuro
Eu vejo isso por cima de um muro de hipocrisia
Que insiste em nos rodear
(Lulu Santos).*

Nesta seção apresenta-se a análise do que se observou nas sessões de escuta assim como as narrativas das participantes sobre a realidade do trabalho das jornalistas. Esta seção se subdivide em duas subseções. Na primeira descreve-se a análise da psicodinâmica do trabalho, que foi feita pelo coletivo de pesquisa na preparação de cada encontro, conforme descrito no método. Na sequência apresenta-se a análise das narrativas das participantes sobre o real do trabalho das jornalistas.

6.1 ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Nesta subseção discute-se os resultados encontrados nos três eixos: Organização do Trabalho, Mobilização Subjetiva e; Defesas e Patologias.

6.1.1 Organização do trabalho: o prescrito e o real do trabalho

Nota-se que a organização do trabalho dos jornalistas está passando por diversas mudanças nos tipos de tarefas, mas existe um padrão no desenvolvimento das atividades: “*a gente dividia muito entre assessoria de imprensa e redação, e aí na redação tem editor, repórteres, apresentadores, um monte de coisa [...]*” (1ª sessão, 14/03/2019).

Pode-se afirmar que a nova morfologia do trabalho segundo Antunes (2001; 2009; 2014; 2018), na sociedade contemporânea, passou por diversas transformações atingindo diretamente a ação humana. Influenciados pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva do capital, o sujeito está mergulhado na sociedade do consumo, desencadeando a era da acumulação flexível, cujos resultados têm sido nefastos: desempregos, precarização do trabalho, relação comprometida entre o homem e a natureza, entre outros. Nota-se essa realidade nos relatos das jornalistas participantes ao afirmarem:

[...] passei uma época que eu não tinha vida! Eu nem sabia quem era, eu só vivia trabalho, trabalho, eu tenho que ganhar dinheiro! Tenho que ganhar dinheiro porque eu tenho que comprar isso, resolver isso... Menino tá precisando disso então eu quero

dinheiro, dinheiro (...) cobranças sociais pelo sucesso financeiro [...] não é muito fácil subir porque o subir está atrelado a um sofrimento (7ª sessão, 02/05/2019).

Neste contexto observamos o acúmulo de tarefas e auto aceleração como uma forma de tentar fazer mais e mais em busca do reconhecimento. Nota-se que essas ações são frutos de uma lógica societal, que supervaloriza a produção de mercadorias e o consumo, e que, para isso, todo o resto vai para um segundo plano e muitas vezes este ‘resto’ são nossos recursos naturais tão defendidos no passado pelos povos nativos do Brasil, ou nossos recursos internos e nossa subjetividade (ANTUNES, 2001; 2009; 2014; 2018).

Observa-se que a divisão do trabalho é vista como sofrível, mas que por falta de opção profissional, muitas vezes, é o único caminho de alguns profissionais da classe: *“E a assessoria de imprensa já é ‘ou você assessora ou morre’ lá na empresa”, “[...] a (empresa) é uma vitrine, se você quer aparecer, se você quer deslanchar, é lá que você tem de trabalhar! Mas aí você se prepara pra deixar a alma [...]”* (1ª sessão, 14/03/2019). Quando falam das empresas privadas que empregam jornalistas, relatam as dificuldades que a classe enfrenta com a divisão das tarefas e da sobrecarga, pois jornalista trabalha de domingo a domingo a serviço de alguém, de alguma empresa ou que seja como fonte de pessoas conhecidas para fatos que ocorrem na cidade. Conforme Eliane Brum (2016), o trabalhador passa a ser senhor e escravo das suas próprias buscas.

[...] todo mundo foi escravizado e saiu de lá... Agora, assim, geralmente quem trabalha na redação normalmente fala que assessoria de imprensa é tranquila, diferente, mas na verdade é um trabalho totalmente diferente e é tranquilo dependendo de quem você assessora [...] Na iniciativa privada eu fui sempre peão, eu tive sorte, porque meus chefes eram sempre muito bons, por mais que às vezes não, trabalhei em uma fase que eles eram bons pra mim, tá? Nunca foi assim de sugar. Eu desconheço essa parte de terrorista [...] Domingo... Caiu, e aí uns jornalistas vieram perguntar: “gente, eu recebi isso assim assim, procede?” Aí eu falei: “procede. É verdade tudo, a casa estava assim”, aí mandei o vídeo e a pessoa perguntou: “posso publicar?” Eu falei: “não, não mesmo! Se você quiser eu mando o contato da pessoa que fez o vídeo e você pergunta se pode publicar” (1ª sessão, 14/03/2019).

Segundo Han (2015), a manipulação reflexiva, que nada mais é que a captura da subjetividade do trabalhador induzindo-o a se culpabilizar pela própria desventura, torna-se a nova forma de operar da luta de classes ideológicas, sendo assim, uma nova forma de violência psicológica a violência neuronal. O autor afirma ainda que o que faz o sujeito padecer é o imperativo do desempenho, não o excesso de responsabilidade. Esse processo focado no desempenho vem reger a sociedade pós-moderna do trabalho de auto escravização e de perda da subjetividade em detrimento da satisfação de desejos individuais e das expectativas de terceiros.

Nota-se que existe um sentimento de desconhecimento pela classe em relação as exigências do cargo de assessoria de imprensa. O julgamento de que as tarefas desenvolvidas pelos assessores são mais fáceis surge pelo desconhecimento do real do trabalho e das dificuldades enfrentadas.

[...] eu mesmo tenho de acompanhar o meu chefe toda hora, se eu não estou com ele, estou fazendo alguma coisa lá no gabinete [dele] [...] tem políticos que tem um assessor, tem políticos que contratam uma empresa de assessoria e tem políticos que tem dois. No meu caso, eu tenho uma equipe de comunicação. Então, assim, ela precisa mesmo ser coordenada, só que precisava de uma pessoa que tivesse uma visão integrada da comunicação e com experiência pra isso, e não tem. Então, acaba dando muito trabalho. Tem empresas que normalmente tem uma equipe, então existe chefes de comunicação. Eu acho muito diferente do que ... se for pequena empresa geralmente é um só, então é só ele e seu próprio chefe, só responde ao assessorado. Varia muito (1ª sessão, 14/03/2019).

Nota-se que este desconhecimento perpassa a exploração por parte dos empresários ou contratantes dos serviços, que confundem o real papel do assessor, às vezes impondo atividades que vão além da real atribuição do jornalista, sendo necessário adentrar os fins de semana e a noite cobrindo eventos familiares ou pessoais: “*Você tem horário pra sair de casa, mas você não tem hora pra voltar!*”. Esta fala é complementada com uma ironia das participantes do grupo, onde acrescentam que nem para ir ao banheiro têm tempo. Dentre as falas, a auto aceleração e a banalização da sobrecarga também se faz presente, associada à tecnologia: “*Mas é isso, a gente gosta de ficar assim ligado, mas eu acho que não é saudável tá sempre ligado também. Então eu acho que tem uma linha, eu acho que ténue, entre essas duas coisas. Que fica no meio dessa dinamicidade*” (6ª sessão, 25/04/2019).

Nota-se, conforme as falas das participantes, que as relações entre pares padecem neste cenário de precarização profissional:

[...] sabe o que eu vejo muito lá? um povo que se odeia e vive se elogiando [...] existe uma rivalidade muito grande na nossa profissão, porque, assim... a gente está exposta à rivalidade. Eu seria hipócrita se eu falasse que não tem essa rivalidade, porque assim... tudo que a gente faz leva o nosso nome, todo mundo vê. Então, assim... acaba que a gente tem de se policiar, professor na sala de aula: quando ele fala, todo mundo olha pra ele. Então assim, ele tem de expressar a pluralidade dele. Só que acontece muito dessa rivalidade virar disputa e, na televisão eu acho que isso é... acho não, isso é muito mais evidente! Porque o rosto está amostra, as pessoas veem você, as pessoas veem você e falam: “uma pessoa da empresa x!”, então assim... pra eles, eles se endeusam lá dentro, e o salário deles é menor, porque eles não pagam o piso, eles contratam como radialista (eu não sei se ainda é assim...) mas contratava como radialista para não precisar pagar o piso de jornalista, porque o piso de jornalista é dois mil e quatrocentos reais. Então eles pagam menos que isso ainda. Ao invés de ganhar mais, até porque ele já tem mais tempo de emissora e ele deve acumular cargos lá dentro (1ª sessão, 14/03/2019).

Nota-se relações corrompidas pela vaidade e desunião da classe trabalhadora. A ditadura do sucesso, imposta pela desvinculação do coletivo, permeia as relações, reforçando o egocentrismo onde os pares não somam força, e sim uma competição em prol dos interesses individuais. Ademais, nota-se que o relacionamento entre pares se dá muitas vezes de forma patogênica, portanto neste contexto depara-se com o sofrimento ético. Dejours (2011, p. 307) elucida que “sem o reconhecimento, não pode haver nem prazer, nem reapropriação em relação à alienação. Sem reconhecimento só há sofrimento patogênico e estratégias defensivas, sem reconhecimento, haverá inevitavelmente desmobilização”.

Segundo Amaral (2018) o reconhecimento através da validação do trabalho realizado pelo olhar do outro é importante para a estruturação interna do sentido do trabalho, permitindo que o sofrimento se transforme em prazer. Portanto, a ausência deste reconhecimento entre pares ou superiores, como relatado pelas participantes, fomenta ainda mais o sofrimento dos jornalistas, visto que, sempre que é possível, o oprimido se torna o opressor. Sem o reconhecimento aparece a dúvida quanto à relação com o real, podendo levar à desestabilização da identidade. O discurso de que os outros colegas de classe acabam fomentando o processo de precarização do trabalho dos jornalistas ficou evidenciado nesta pesquisa especialmente em relação ao acúmulo de funções, para conseguir fazer parte de uma empresa privada, e o fato de terem que se adaptar a uma carga horária maior que o já estabelecido via sindicato, situações impostas pelos pares jornalistas quando estão em posição de chefia, como evidenciado na fala a seguir:

Eu acho que eu até comentei em relação a uma empresa. Um profissional de jornalismo que montou uma empresa que contrata os outros profissionais de jornalismo pra poder assumir uma função de jornalismo, mas, né? Com outro nome. Pra poder trabalhar, é... numa carga horária de 8 horas por dia, fazendo o trabalho do jornalista só que a carteira assinada como analista de marketing... um outro nome qualquer... não respeitando, né? (3ª sessão, 28/03/2019).

Quando adentramos no mapeamento verbal dos estilos de gestão dentro das instituições que os jornalistas costumam trabalhar, não é possível inferir um padrão do estilo de gestão. Nota-se nas narrativas das participantes que, algumas vezes, estes gestores não são da área, o que ocorre com muita frequência na área pública, onde os cargos de liderança muitas vezes são políticos. Portanto, muitos dos gestores que assumem as funções de liderança são influentes politicamente ou possuem uma boa rede de contatos e, pouquíssimas vezes estão na função por qualificação técnica, dificultando o trabalho dos profissionais qualificados.

[...] Uma pessoa que nunca teve experiência nenhuma em assessoria, formada em marketing. No currículo dela não tem nenhuma universidade onde ela se formou. Está agora sendo a minha chefe de comunicação e aí ela começou querendo corrigir os meus releases e aí eu falei assim: “Olha, você não é jornalista, me desculpa, mas eu fiz uma faculdade pra isso! Você não vai corrigir isso daqui” (1ª sessão, 14/03/2019).

No jornal *online* “Observatório de Imprensa”, em uma reportagem publicada em 24 de agosto de 2010, na edição 604, por Elaine Tavares (2010), foram apresentados também os resultados da pesquisa de Roberto Heloani (2003; 2005) acerca da realidade de trabalho dos jornalistas. Tavares (2010) descreve que o levantamento foi feito inicialmente com profissionais de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo eles dos veículos: rádio, TV, impresso e assessorias de imprensa.

Cabe ressaltar que, na pesquisa mencionada na reportagem, assim como nas narrativas atuais dos jornalistas, a realidade glamourosa da profissão do jornalista, que popularmente é disseminada, não passa de mais uma representação criada pela mídia, assim como tantas outras que permeiam o imaginário dos telespectadores. Heloani (2005) afirma que os profissionais jornalistas verbalizam muitas vezes sua paixão pelas atividades que desenvolvem, mas, ao mesmo tempo, nota-se que estão em sofrimento pelas mesmas atividades, “o que na prática quer dizer que, amando o jornalismo, eles não se sentem fazendo esse jornalismo que amam, sendo obrigados a realizar outra coisa, a qual odeiam. Daí a doença!” (TAVARES, 2010).

Nota-se nos relatos que mencionam a violência institucionalizada, que segundo Heloni e Barreto (2013; 2018) nada mais é do que um ato humano que decorre de um processo racional que está presente nas leis, normas, regras e práticas políticas e que justifica a repressão, o controle das atividades individuais ou coletivas, a uniformidade dos comportamentos e as exigências sociais no contexto do laborar. Em decorrência desta violência o sofrimento ético se torna presente visto que esta ação inflige uma premissa do mundo do trabalho onde acredita-se que a competência técnica teria que vir antes do *networking*⁴³ e do contexto político.

Observa-se que quanto a normas e regras, como a carga horária, por exemplo, que pelo sindicato seriam de 25 horas semanais, muitas vezes é desrespeitado.

[...] Eu ficava no ambiente que eu trabalhava até mais tarde, ficava fazendo trabalho até três horas da manhã, então simplesmente eu não tinha um endereço. [...] eu tenho de estar sempre disponível [...] é 24 horas não tem como desligar. É demanda, demanda de secretário, é uma parte muito pesada [...] na época da campanha a hora que eu parava, era de madrugada. Aí, às vezes, eu acordava no meio da noite para alguma coisa e olhava o celular, às 3 horas da manhã, com mensagem de alguma coisa que ele lembrou na hora (1ª sessão, 14/03/2019).

⁴³ Rede de contatos

Nota-se a submissão a uma rotina precarizada do trabalho que, muitas vezes, está impregnada pelo medo da demissão ou desligamento, visto que, pela desunião da classe, sempre haverá alguém que irá se submeter ao contexto.

[...] não podemos nos prostituir, mas como muitas pessoas aceitam valores pelo trabalho que pagam pouco, acabam pegando mil e uma coisas (2ª sessão, 21/03/2019).

Para Hamraouri (2013, p. 56), o “trabalho vivo é a alma do ser humano”. O autor entende trabalho vivo como toda a produção que agrega valor de uso, contribuindo para a manutenção e o crescimento na vida, preservando o contato com elementos materiais econômicos. O autor afirma ainda que o trabalho é o fogo vivo que dá forma à matéria. Pegando essa reflexão, as regras implícitas e explícitas ao labor estão normatizados nas leis trabalhistas e nas convenções negociadas via sindicato e a classe dos jornalistas vive em luta para que sejam cumpridas as regras apoiadas pelo sindicato. Mas a desunião da classe, já mencionada, afeta diretamente nas batalhas enfrentadas pela categoria. Então, cabe elucidar que o enfraquecimento da união das classes profissionais e dos sindicatos vai ao encontro da tendência neoliberal de enfraquecimento dos direitos do trabalho (DRUCK, 2019).

Nas sessões, fica claro o senso de responsabilidades e riscos. Muitas vezes a sobrecarga do trabalho também é imposta pelos próprios profissionais o que faz com que eles se tornem carrascos de si mesmos.

Você se sente responsável por aquilo além do dinheiro [...] É assim. É além do dinheiro. Não sei... por exemplo, eu ficava pensando assim: se ele não ganhar e eu não tiver dado o meu melhor, eu vou me sentir culpada por ele não ganhar [...] você fica muito refém. Você até adoece né... porque você pode dormir empregado e acordar desempregado, porque você não sabe [...] É assim. Se a gente faz, tudo bem. É assim. Se a gente não fizer ou sair fora do eixo, pelo menos comigo é assim. Então eu me sinto na obrigação de ficar até mais tarde no trabalho pra terminar tudo que eu precisava fazer. Porque se eu não terminar, no outro dia vai ficar pendente e vai ‘coisar’ pra mim (1ª sessão, 14/03/2019).

Em texto publicado pelo *El País* Brasil, Eliane Brum (2016) descreve o real do mundo contemporâneo onde seres humanos se acham donos do mundo por terem a internet literalmente em suas mãos. Mas o cenário da autoaceleração e da violência, ato imposto pelo próprio trabalhador que se permite afundar no mundo digital, nos revela a fragilidade humana, visto que o indivíduo permite se escravizar, tornando-se o seu próprio carrasco. Afinal, os trabalhadores se obrigam a continuar, de acordo com Brum (2016, p. 12), “exaustos-e-correndo-e-dopados”, assim, conseguimos “a façanha de abrigar o senhor e o escravo no mesmo corpo”.

É notório o medo nos profissionais frente às exigências técnicas atuais para o desenvolvimento do trabalho assim como para ousar sair do tradicional e se aventurar no novo. Silva (2014) afirma que o jornalista é um profissional que por força da exigência, deve estar sempre munido de informações e checá-las incansavelmente. O jornalista é um profissional que deve ser desconfiado, que deve exercitar sempre o poder de questionamento. É quase um treinamento psicológico, como os realizados em agentes de segurança e militares antes da guerra.

Além do que já foi descrito acerca da nova morfologia do trabalho, Graça Drurk (2019), em sua fala na abertura do VI Congresso Brasileiro de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, destacou que o processo de precarização social no trabalho não é algo exclusivo do Brasil, mas um processo mundial que se movimenta historicamente, sendo característico do sistema capitalista, que sofre alterações contínuas. O processo de precarização é parte da mundialização do capital, se tornando central da dinâmica do capitalismo flexível. Este cenário só se faz aplicável pela financeirização da economia, que atribui uma lógica social ditando comportamentos.

E como uma estratégia de defesa, impulsionado pelo que já foi descrito, empreender e a dificuldade do enfrentamento só aumentam gerando ainda mais sofrimento pois “[...] empreender... porque na faculdade não aprendemos nada sobre administrar seu negócio [...] não sei precificar meu serviço” (6ª sessão, 25/04/2019). Afinal, nesse mundo do novo formato de trabalhar, as jornalistas afirmam não terem sido ensinadas a empreender quando cursaram faculdade.

Mediante a análise da organização do trabalho prescrito e o real do trabalho, nota-se uma crise, favorecendo a hipossuficiência do trabalhador jornalista. Evidencia-se que os direitos trabalhistas, que tinham como função regular as regras das relações de trabalho, com a reforma trabalhista de 2018, perdeu a função, pois se retirou todo o limite à escravização pelo trabalho, em nome da modernidade, do novo padrão tecnológico (Druck, 2019). Para os jornalistas, a inexigibilidade do diploma, associado à dificuldade nas relações interpares, assim como o medo das mudanças no real do trabalho, potencializa o contexto de sofrimento e violência nas relações de trabalho dos jornalistas.

Neste contexto a nova razão no mundo do trabalho baseia-se na lógica empresarial e empreendedora introjetada na subjetividade onde o indivíduo é “obrigado” a se tornar autogestor de seu trabalho. O empreendedorismo apresenta-se como uma forma de buscar uma renda, mas esse processo nada mais é do que parte da precarização das relações do trabalho e promove desconforto e medo: “[...] essa coragem de empreender de correr atrás é, assim... é

uma coisa arriscada, né? E não é todo mundo que tem esse perfil. E dá medo de não dar certo” (4ª sessão, 04/04/2019).

Nota-se, portanto, um movimento que busca ressignificar a violência vivenciada em busca do sofrimento criativo.

6.1.2 Mobilização subjetiva

A mobilização subjetiva se subdivide em quatro dimensões: a) inteligência prática; b) espaço de discussão; c) cooperação e, d) reconhecimento. Caracteriza-se pelo engajamento da subjetividade do trabalhador em prol de espaços públicos de discussão acerca da dinâmica do trabalho. Ela surge quando os trabalhadores se movem em prol da subversão dos atos prejudiciais da organização do trabalho, barganhando, impulsionando e se apossando das regras de um coletivo de trabalho ou expurgando-a. É através da mobilização subjetiva que se torna possível o sofrimento ser transformado simbolicamente, tornando-se um resgate do sentido no trabalho. Na mobilização política da classe é que o sujeito propõe a modificação da dinâmica de troca para o alcance dos objetivos do coletivo de trabalho (MENDES; DUARTE, 2013; MENDES; DUARTE, 2014).

Sabe-se que do sofrimento fomentam-se formas de enfrentamento e de engenhosidade, tornando criativo o que acontece quando a organização do trabalho permite que o trabalhador transforme sua vida laboral com atos criativos, promovendo saúde (MORAES, 2013). No caso do grupo de participantes, evidenciou-se que um caminho para enfrentar o problema da empregabilidade do Brasil e as violências sofridas no cenário do trabalho seria arriscando “[...] *empreender... porque não?*” (2ª sessão, 21/03/2019).

Neste contexto, e como já dito no referencial teórico deste estudo, o corpo humano pode sucumbir ao sofrimento imposto pelas relações doentes. O sofrimento, para a PdT, “é a busca subjetiva para agir sobre o mundo encontrando meios de superação da resistência do real” (AMARAL, 2018, p. 34). Nota-se que se torna o início do movimento para ampliação da subjetividade. Neste caminho afirma-se que “trabalhar não é apenas produzir, mas ainda transformar-se a si próprio e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade de provar-se a si mesma, de realizar-se” (DEJOURS, 2012, p. 34).

A inteligência prática faz com que o trabalhador transcenda no saber fazer do trabalho prescrito (MENDES; DUARTE, 2013; 2014). Com isso, é possível liberar a criatividade para se adaptar à realidade do trabalho, mesmo muitas vezes não sabendo o que fazer, pois trabalhar, na contemporaneidade, exige muito mais do que o que se passa na faculdade: “[...] *Requer não*

só habilidade de jornalismo, como eu falei na última reunião. Não é só habilidade de jornalista. Você tem que saber administrar, você tem que saber gerir” (4ª sessão, 04/04/2019).

Quando adentramos nas questões dos espaços de discussão, nota-se que o sindicato e suas ações sempre estão buscando forma de colocar o jornalismo nas pautas políticas do estado, mas em alguns momentos percebe-se que a luta é vivida por parte da classe e não de uma forma coletiva:

[...] Eu acho que rola um espiral de silêncio... é como você tem que se comportar em determinados lugares com determinadas pessoas. Com várias pessoas você tem que pisar em ovos, ver o que você vai falar [...] A gente não se sente... a gente não se sente iguais (2ª sessão, 21/03/2019).

As participantes, mesmo não se sentindo acolhidas pelo coletivo de trabalho dos jornalistas, reconhecem a existência de atos de cooperação, com frequência, entre pequenos grupos de colegas. Nota-se que nestes grupos a ajuda mútua se faz presente no resgate dos motivos pelo qual escolheram fazer jornalismo, como descrito na fala a seguir:

[...] Eu acho que o nosso papel social, ele é muito importante. A gente dá voz às pessoas, a gente conta histórias, a gente constrói histórias, a gente é... sei lá, a gente estrutura as coisas. E digo isso aos colegas... Igual assim... eu vejo muita gente aí que não se formou e atua... inclusive eu tô fazendo freelance pra uma pessoa que ela não é jornalista e ela há quinze anos tem um jornal. Eu fiquei de cara! Ela há quinze anos... ela faz um jornal impresso e ela não fez jornalismo! E aí ela, ela fala assim: “Ah, constrói uma pauta pra mim...”, “Ah, estrutura um texto pra mim pra eu botar as informações nele...” ou seja, essa pessoa por mais que ela faça isso de escrever, como se ela tivesse o mesmo papel que eu, de contar a história, de escrever texto, ela não tem essa capacidade técnica, entendeu? Ela não tem essa capacidade técnica (4ª sessão, 04/04/2019).

A comunicação já foi conhecida como o “quarto poder” (4ª sessão, 04/04/2019) capaz de exaltar ou derrotar pessoas e instituições e que, por isso, o respeito pela classe profissional perpetuava e fazia com que os jovens, mesmo no contexto da inexigibilidade do diploma, ainda se interessassem pela área, como bem destacou Lima (2009), em seu artigo publicado nos anais do Intercom. Mediante esta realidade, a sensação de reconhecimento da classe já foi muito maior do que se vive na atualidade.

[...] mas eu acho que, assim, nessa questão de a gente ter deixado de ser um quarto poder, vem muito das redes sociais... porque agora todo mundo acha que sabe comunicar. E aí, na verdade, da forma como a gente aprende, com as técnicas que a gente aprende... não sabe. Só quem realmente passou pela faculdade. Só que as pessoas acham que sabem. E aí, muitas vezes a gente se queixou, até porque nós somos importantes nesse meio social... qual é a nossa importância? A gente tenta se convencer de que a gente é importante, mas eu acho que nem a gente vê essa importância mais... as pessoas desmerecem tanto essa importância que a gente não

sabe nem responder pra gente mais... qual o nosso... não sei se dá pra entender (4ª sessão, 04/04/2019).

O reconhecimento é uma forma de retribuição simbólica, uma retribuição dada pelo trabalhador, pelo seu comprometimento, e engajamento da sua subjetividade e inteligência no trabalho, se tornando o combustível para mobilização subjetiva individual ou coletiva. Nota-se, assim, que é no coletivo que é possível ocorrer a psicodinâmica do reconhecimento, que é a base para a dinâmica da cooperação para construir a identidade no campo social. Percebe-se aqui a fragilidade da classe profissional jornalismo, que pode ser estendida a outras profissões onde a mobilização do coletivo é prejudicada, afetando, portanto, a sensação de reconhecimento entre os profissionais. Nota-se que esta situação acaba bloqueando parcialmente as possibilidades do sofrimento se tornar criativo. A inteligência prática mas individual tem sido muito usada por essa classe profissional na busca pela adaptação a realidade do mercado (LIMA, 2013).

Durante a quinta sessão ocorreram as comemorações do dia do jornalista (dia 07 de abril) onde diversos eventos ocorreram durante toda a semana, principalmente nos órgãos públicos, como, por exemplo, a Assembleia Legislativa, que promoveu um ato solene em comemoração. Para as pessoas externas fica explícito um diferencial para esta classe profissional para adentro da política, visto que, até esta sessão havia um desconhecimento por parte da clínica-pesquisadora de uma outra classe profissional que tivesse atos comemorativos na esfera do poder legislativo. No entanto, os relatos das participantes não continham um tom de felicidade ou sentimento de reconhecimento profissional.

[...] Não é só espaço de comemoração. É espaço de grito mesmo. Depende da forma como você aproveita. E assim... todos os anos a briga tem sido militância [...] eu acho louvável a atitude, eu acho legal, tudo..., mas eu acredito no reconhecimento com... atitudes mesmo. Com respostas. Não com sessão solene. Isso não... legal. Mas assim não... não vai atender tudo o que a gente tá precisando (5ª Sessão, 11/04/2019).

O trecho acima permite a inferência de que as relações já estão tão adoecidas que mesmo quando há o reconhecimento, este não é sentido de fato.

6.1.3 Sofrimento, defesas e patologias

Ao analisar as mudanças no cenário do trabalho, vale trazer as ideias de Bauman (1998; 2005; 2007) ao afirmar que a contemporaneidade pode ser caracterizada por um período de transição, de fluidez e liquidez, não apenas nas relações sociais. Ainda de acordo com o referido

autor, essas características impactam diretamente a vida do sujeito, assim como o mundo do trabalho.

Como já dito, dependendo da forma como o sujeito enfrenta os processos psicodinâmicos do trabalho, o sofrimento é inerente desta realidade, não podendo se dissociar do prazer. Ele pode ter destinos patogênicos, dentre eles, o sofrimento ético que faz padecer o trabalhador. Por várias vezes esse coletivo de pesquisa ouviu nos relatos da vivência das jornalistas que participaram do grupo sobre este tipo de sofrimento. As participantes afirmam que ver ou ser o profissional que é obrigado a fazer vídeos, matérias ou reportagens sem concordar com o conteúdo ou com a forma como os fatos estão sendo descritos é algo comum nesta profissão.

[...] Fizem eu gravar um vídeo de manhã, cheio de informação erradas e não oficiais. Ai eu falei: “nossa, vou ter que fazer um release sobre isso? Então tá bom, me dá a ação”. Ninguém sabia. Comecei a pesquisar e vi que a informação estava errada. Ai falaram pra fazer um vídeo consertando a informação, mas não adianta renegar [...] eu já fiz campanha quando eu estava terminando a faculdade, em 2004. Ai bem no finalzinho eu fui fazer uma campanha. Mas assim, a vez que eu fiz pra uma pessoa, eu não achei legal. Assim... fizemos coisas que eu não gostei. A gente sabe que campanha tem muita coisa suja, eu não gostei de fazer isso (1ª sessão, 14/03/2019).

A sensação retratada, de trair a si mesmo e se submeter à violência, é notória neste contexto e potencializada pelas diversas vivências de imposição de veiculação de matérias com equívocos de informação ou com verdades unilaterais, comuns no meio jornalístico, sob a ameaça implícita ou explícita de demissão. Estar em “Xeque⁴⁴” é algo corriqueiro, portanto, padece pela manipulação equivocada dos valores morais e sociais, faz parte do cotidiano segundo os relatos das participantes. Muitas vezes nesses casos a “rainha”, fazendo um paralelo com a jogo de xadrez, relata que a forma de escape é de fato pedir demissão ou ser desligada. Segundo Mendes e Araújo (2010, p. 94), o sofrimento ético é uma possibilidade de luta que pode ser bem-sucedida se fomentar saúde, visto que “sofrer por um mal que é infligido a si mesmo e ao outro é um modo de se indignar, de pensar, sentir e agir diante de uma realidade cruel”.

Vale também descrever o sofrimento patogênico, que passa a ser considerado patogênico quando degrada as relações subjetivas, esfacelando o coletivo de trabalho, esfacelando a cooperação e o reconhecimento e, muitas vezes, bloqueando as defesas naturais

⁴⁴ Xeque mate é uma jogada do xadrez que representa o final da partida. Nesta situação, o rei não pode ser coberto por nenhuma outra peça nem se mover para nenhuma outra casa sem ser tomado por uma peça do adversário. No xadrez, quando acontece apenas o "xeque", o rei está ameaçado, mas ainda pode escapar.

dos seres humanos, deixando-os cada vez mais solitários (DEJOURS, 2007). Heloani (2003; 2005) mostra também que os profissionais que já estão no mercado de trabalho há mais tempo são forçados a se adaptar à flexibilidade do mundo contemporâneo e a se manter atualizados, quase que em tempo real. Em decorrência dessa cobrança, vivem em meio à pressão, que gera estresse, pelo medo de perder o emprego, já que trabalhar como celetista⁴⁵ se torna cada vez mais raro no mundo contemporâneo. Dentre a população investigada pelo autor, observou-se que não ultrapassam a barreira dos 20 anos na profissão, pois não aguentam e acabam adoecendo (TAVARES, 2010).

Neste cenário, o sofrimento patológico se multiplica e assim surgem os tipos de patologias do trabalho. Neste ponto é possível mencionar o resultado do Levantamento de Perfil do Participante (APÊNDICE E). Com as informações coletadas neste formulário, nota-se como está o estado de saúde das participantes. Percebe-se que todas relatam sentir desconfortos. Os sintomas com maior incidência foram: sentimentos de tensão e desânimo com 66%. Seguidos, com o percentual de incidência de 50%, por: inquietação; desatenção; dificuldade para se concentrar; fadiga; angústia; sentimento de culpa; sensação de fraqueza e, compulsão alimentar.

Ademais, 50% das participantes destacaram que os sintomas são causados pelo trabalho, 33% afirmaram não achar um nexos causal e 16% não opinaram. Quando questionadas se estes sintomas já apresentados poderiam ter sido agravados pelo trabalho, 66% afirmaram que sim e 16% não opinaram.

Nota-se que a realidade do trabalho conduz os trabalhadores ao adoecimento, quer seja pela sobrecarga imposta pelas rotinas de trabalho, quer seja pela movimentação do próprio trabalhador, que, por medo, entra em um processo de autoaceleração em busca do reconhecimento ou da aceitação por parte do mercado do seu perfil profissional. Sabe-se que o sofrimento integra o trabalhar e “a rigidez da organização de trabalho, em confronto com a subjetividade do trabalhador, juntamente com outros elementos deletérios à saúde” inviabilizando o sofrimento se desdobrar em uma transformação criativa e trazendo à tona as patologias podendo ser elas físicas como relatado pelas participantes (MORAES, p. 418).

[...] Uma amiga minha que trabalhou lá, saiu quase careca de lá, porque o cabelo dela caiu de nervoso”. (1ª sessão, 14/03/2019).

[...] o cara surgiu do nada, eu tava em pé... puxou meu braço no meio das cadeiras, meu braço encostou na cadeira, e aí quando eu olhei o cara, o cara com o rosto vermelho, transtornado, falando assim "Você não vai divulgar nada" (1ª sessão, 14/03/2019).

⁴⁵Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, 93% dos jornalistas já não têm carteira de trabalho assinada ou contrato (HELOANI, 2003; 2005).

Os danos psicossociais se dão quando a sobrecarga impede que os indivíduos tenham vida pessoal ou possam conviver com os familiares, ou quando são assediadas de forma tão intensa que gera desconforto em quem que gere a equipe ou na própria pessoa a ponto do ambiente de trabalho se tornar insuportável, acarretando um pedido de demissão por não suportar ou o adoecimento mental. “[...] *me preocupa ver os colegas com depressão... ele não é o único*” (2ª sessão, 21/03/2019).

Na campanha no final do ano eu peguei um político totalmente instável e parece que depois eu tenho de dar uma parada também, quando falo com os meninos ali, porque senão eu não dou conta de voltar a mim. Então assim, eu estou nesse momento de equilíbrio, de saber até onde eu tenho de me dar, de me doar, eu não estava conseguindo treinar, essa semana que consegui voltar porque eu saía muito mais tarde do trabalho. Então assim, a minha rotina, ela foi totalmente bagunçada... mestrado, também consegui conciliar tudo isso... ainda tem a minha casa que sou eu que cuido... marido... então assim, são muitas questões pra gente equilibrar e tem de dar prioridade ao trabalho, que é ali que sustenta o resto [...] "quem é essa menina e tal?", ai falei que tem namorado assim, mas ele "qual o nome?", mas ele ficou tão perseguindo a menina, que ele assim, ele foi até onde deu. [...] Ele assediava todo dia. Ele falava: "Eu quero ela na campanha", "Eu quero ela aqui comigo". E assim, eu só coordeno. Eu falava: "não, não vai não". "Vai sim, como é que pode assim, rapaz! A menina não te quer... (1ª sessão, 14/03/2019).

As estratégias de defesa, segundo Moraes (2013), são os recursos que os trabalhadores podem alçar mão, de forma individual ou coletiva, para enfrentar e minimizar o sofrimento no trabalho fornecendo a psiquê humana proteção. Por meio das estratégias defensivas notamos que o trabalhador não se torna passivo no processo de adoecimento. É um mecanismo psicológico inato que se empenha para manter o equilíbrio cognitivo. As estratégias de defesa são a negação e a racionalização. Vale esclarecer que essas defesas, segundo Dejours (2011), podem ser exploradas pela organização do trabalho conduzindo o trabalhador à alienação.

Na estratégia protetora, por meio da racionalização, observa-se que os seres humanos em seu processo automático de negação das emoções acabam não ouvindo seu próprio sofrimento ou banalizam o sofrimento do outro.

[...] Parece que a gente já tá, tão... não vou dizer acostumado... que a gente... não é que não pesa, mas quando a gente ouve parece que pesa mais do que quando a gente fala, porque é como se a gente se ouvisse falando... é bem... deu uma angústia aqui (2ª sessão, 21/03/2019).

[...] Me divirto no que eu faço, por ser dinâmico, por não ter rotina..., mas as vezes sinto dores no pescoço de tensão, mas é assim mesmo (6ª sessão, 25/04/2019).

A estratégia de exploração de autoaceleração se fez presente quando as participantes relatam: “[...] *na época da campanha, a hora que eu parava era de madrugada. Aí às vezes eu*

acordava no meio da noite para alguma coisa e olhava o celular, às 3 horas da manhã, com mensagem de alguma coisa que ele lembrou na hora” (1ª sessão, 14/03/2019). Nota-se que a negação não é perceptível pelo trabalhador, por ser parte deste seu movimento dentro do processo de alienação.

Mas, como dito por Merlo, Bottega e Magnus (2013, p. 149), “[...] muitas vezes é somente quando se fala e se é escutado – por si mesmo e pelos outros – que o trabalhador se dá conta do ‘milagre da palavra’”.

Observa-se que, nas estratégias de defesas coletivas deste grupo, devido à forma como foi constituído (por intermédio do sindicato), a construção da mobilização coletiva se tornou impossível, visto que cada trabalhador tem um vínculo diferente com o mundo do trabalho como já foi dito. Mas vale ressaltar o desejo das participantes em fomentar junto ao sindicato uma forma de trabalhar a conscientização juntos aos demais colegas acerca do que são as violências laborais e como elas ocorrem no mundo contemporâneo.

6.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Esta análise foi realizada após a finalização dos encontros da escuta clínica. Como já dito no capítulo da metodologia, para Motta, a narratologia é um método analítico que tem como objetivo compreender o que está impregnado na narrativa dos personagens que, nesta pesquisa, serão as participantes do grupo de escuta. Nesta análise busca-se localizar os mitos, fábulas, valores subjetivos, intersubjetivos, ideológicos, culturais e políticos de uma sociedade que os personagens então inseridos. Este mesmo autor afirma que o respeito ao perfil do analista criativo e imaginativo se faz necessário no método (MOTTA, 2013).

Na primeira sessão, observa-se que os papéis já estavam sendo divididos entre os participantes. Nota-se que escolheram alguns vilões da vida real para personificar os papéis de carrascos no processo de precarização do trabalho dos jornalistas. Nota-se também que, no ponto de vista das participantes, um colega que participou da sensibilização personificou a realidade do trabalho nos grandes veículos de comunicação, onde os princípios morais e éticos acabam sendo distorcidos em prol da produção e o processo de escravização do outro colega é algo comum e eticamente “aceito” dentro da categoria como algo normal. Para absorver a dinâmica descrita acima, cabe debruçar-nos sobre as questões levantadas abaixo:

Este é um processo complexo, pois mantém a relação capital/trabalho em sua essência, ao tempo em que transmuta as suas formas de existência. Ou seja, forja mudanças epidérmicas, de superfície, através de diferenciados estatutos de trabalhadores que

camuflam a relação essencial capital/trabalho, confundindo as figuras sociais básicas representativas – empregado e em- pregador – que norteiam a vigência e a aplicação das leis trabalhistas. Neutraliza e anula a *regulação social do trabalho* (com a consequente perda de direitos conquistados pelos movimentos sociais anteriormente), naturalizando o trabalho precário, banalizando a injustiça social e a violência no trabalho (principalmente, a violência psicológica). Dissemina uma era de precarização social e de trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos, configurando o trabalho patogênico. A precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões. (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2017, p. 233).

Diante da afirmação acima, é necessário abrir os olhos diante dos “arranjos e acordos” feitos pelos trabalhadores, no intuito de amenizar o sofrimento mediante as relações vividas no ambiente de trabalho.

Dejours (2017) afirma que as estratégias coletivas de defesa no trabalho, são construídas por homens, amparadas em valores e sinais de virilidade. Dito isso, é relevante ressaltar que “o colega” - encarnado aqui em uma figura masculina - citado na sessão, não tenha necessidade de estar em um círculo de proteção, visto que o mesmo já o tem no ambiente de trabalho. Digno de nota, a participação em massa, de mulheres nessa pesquisa.

Nota-se ainda, que o vilão (o trabalho) tem feito a classe padecer e tendo como seus maiores carrascos o “outro” que é o próprio colega da classe.

A organização prescrita do trabalho no trabalho real se mostra diferente na atualidade e as participantes esclarecem que o que se aprende na faculdade não basta mais para ser um profissional reconhecido no mercado de trabalho, visto que se exige muito mais do que os conhecimentos do ser jornalista. Isto tem trazido adoecimento e auto cobrança buscando a atualização contínua e frustrante para a classe profissional.

Na análise das narrativas da segunda sessão nota-se que as personagens estão tão fixadas em suas próprias histórias que apresentam dificuldades em enxergar os outros que estão vivendo situações até piores. E muitas vezes esses outros são pessoas relativamente próximas, colegas de profissão. Uma contumaz percepção do sofrimento, pode ser então entendido como um mecanismo de defesa.

Frente às pressões, ao sofrimento no trabalho e seus efeitos, os trabalhadores constroem coletivamente estratégias de defesa para minimizar a percepção daquilo que os faz sofrer no trabalho, fornecendo uma espécie de proteção ao psiquismo e a saúde. Esses recursos defensivos são utilizados para mediação, enfrentamento e negação do sofrimento. Trata-se de uma operação mental inconsciente, que não modifica a realidade. (MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017, p. 75).

Nas tramas apresentadas, observa-se uma exacerbada percepção de si mesmo, em detrimento da condição do outro. A figura do vilão, que veio à tona na primeira sessão, volta mais caricaturado, vestido de uma persona mais cruel.

O trabalho vem exigindo a mudança individual dos profissionais levantando assim as defesas e resistências “[...] *tem um mercado interessante e não tem o profissional...*” (2ª sessão, 21/03/2019), uma outra participante complementa “[...] *ele tem exigido muito que a gente se... que a gente empreenda. Ele tem uma mente empreendedora, pra se reinventar. Mas eu não sei... eu não tenho perfil, não me vejo com perfil empreendedor hoje*” (2ª sessão, 21/03/2019).

Nota-se que o trabalho está precarizado e exigindo muito mais do que os personagens conseguem dar, conforme fala adiante: “[...] *é como se a gente tivesse que ser jornalista, administrador... é... relações... RH... tudo! A gente teria que ser tudo pra conseguir, é, suprir essa necessidade do mercado porque assim [...]*” (2ª sessão, 21/03/2019). Destaca-se neste cenário uma outra variável relevante os jogos de influência, poder e política.

A relação entre o progresso tecnológico e o progresso social apresenta um abissal descompasso. Dessa forma, a qualidade de vida no trabalho, desaparece, por meio da antropofagia na qual as grandes empresas estão inseridas (MOSCOVICI, 1998).

Falando sobre as narrativas da terceira sessão, observa-se que os personagens estão vivendo no real do trabalho a necessidade de adaptação à contemporaneidade. Isso está sendo imposto e o ser multitarefas se torna algo obrigatório, ou o profissional acata ou não faz parte do mercado.

Já os trabalhadores submetidos a tarefas repetitivas, monótonas, fragmentadas ou/e com sobrecarga, costumam construir estratégias de defesa como o aumento do ritmo da produção aliada a prática da autoaceleração e da hiperatividade, podendo configurar-se tanto como uma estratégia individual como coletiva. (MEDEIROS; MARTINS; MENDES, 2017, p. 78).

Isso não é feito muitas vezes por uma vontade da classe e sim como uma necessidade para pertencer ao meio profissional. Observa-se uma inadequação do que é aprendido na faculdade com a realidade de mercado.

[...] *Às vezes, a gente tá muito fechado no que a gente aprendeu na faculdade que já mudou. Então eu me vejo desse jeito... às vezes a gente cansa de tentar bater no que a gente aprendeu que é o tradicional. E a gente tá num momento, assim, de questão de mudança, de tecnologia, que a gente tem que mudar nossas cabeça. Não é nem mudar... o que a gente aprendeu. Mas mudar nossa cabeça pra tentar adaptar. Só que a gente não sabe os limites disso, sabe?* (3ª sessão, 28/03/2019).

Nota-se que, financeiramente, o profissional não se sente reconhecido ou valorizado monetariamente pela sua dedicação ao trabalho ou pelas funções acumuladas, o sentimento é muito mais de escravidão contemporânea do que de evolução.

[...] qual é a diferença o jornalista ir 8 horas ou ir 5? A diferença que faz se ele for 5, é que ele vai render muito mais do que se ele for 8, porque nas 8 horas ele vai estar cansado e não vai pensar tão bem. Às vezes eu vi que trabalhei 8 e eu trabalhei 5, 5 eu rendo muito mais. Porque eu quero dar resultado (3ª sessão, 28/03/2019).

Foi apresentado também um movimento de relativa aceitação daquilo que é descrito como sofrido pela omissão, pelo se calar : *“Eu fico às vezes chocada com esse tipo de coisa, às vezes eu tenho vontade de falar, mas eu não sou muito de embate então eu prefiro ficar lá, até... mesmo só observando” (3ª sessão, 28/03/2019).*

O sofrimento é caracterizado por sensações não agradáveis provenientes da não satisfação de necessidades. Para tentar eliminar o desprazer, o ego utilizaria métodos oriundos do mundo exterior, estando assim o sofrimento associado com as relações que o sujeito estabelece com a realidade. (GOMES, 2004, p. 29).

O sofrimento torna-se um auto sufrágio, baseado nos saberes e deveres. Diante disso, cria-se mecanismos de defesa para que seja possível a continuidade do indivíduo no ambiente de trabalho. Ainda de acordo com a autora, são individuais os recursos criados para tais estratégias defensivas e de sublimação.

Nota-se que nas três primeiras sessões, descritas acima, foi falado muito sobre o caos que é ser jornalista nos tempos atuais e das dificuldades de enfrentar as mudanças na realidade da nova morfologia do trabalho, que Antunes (2018) afirma estar marcada pela precarização dos vínculos trabalhistas, autoaceleração e a escravização pelas novas tecnologias.

A reflexão de Dantas *et al.* (2017) aproxima-se da leitura das narrativas, quando apregoa as dificuldades e desafios que as novas tecnologias trouxeram para o trabalho dos jornalistas.

As tecnologias digitais, ao mesmo tempo que facilitaram a produção e captação de notícias – trazendo mais rapidez e velocidade ao processo –, possibilitaram às empresas concentrarem funções distintas em um único profissional, para que, assim, este venha a realizar mais etapas da produção da matéria jornalística. Tudo isso acompanhado da necessidade de produzir o mesmo conteúdo para diversos modelos, formatos e espaços midiáticos. A informatização permitiu reduzir custos, bem como facilitou a coleta de informações (DANTAS *et al.*, 2017, p. 40).

Da mesma forma que as novas tecnologias atuam para facilitar a comunicação, também são causadoras de desordens nos ambientes de trabalho, no sentido de desafiar as rotinas que já eram empregadas ali anteriormente.

Não podemos esquecer do processo brasileiro de colonialidade moderna que, para Mignolo (2017) e Quijano (2000; 2007), é o lado negativo da modernidade vivenciando o mundo neoliberal, capitalista de pertencimento. Ainda descrevendo essas primeiras sessões, nota-se um excesso de culpabilização dos outros pelo julgamento e comportamento disfuncionais, como se todas as mazelas da profissão das jornalistas do Tocantins estivessem ocorrendo porque os colegas não têm posturas coerentes com os próprios colegas. Nota-se também uma preocupação à reação adoecida de alguns colegas em detrimento da realidade do trabalho do jornalista. Os relatos perpassaram por várias facetas do jornalismo. O relato do caos que é viver no mundo contemporâneo sendo jornalista.

Muito do que foi dito pelas participantes estava fixado na inexigibilidade do diploma para atuação e na desunião da classe onde os próprios jornalistas violentam os colegas de classe muitas vezes motivados pelo lucro, status, poder ou apenas pela autoafirmação. Mas nota-se que as participantes estão em um processo de culpabilização das pessoas externas, os outros, mas estáticas, inertes no processo de serem agentes da mudança de postura.

Nota-se, ainda, que os profissionais vivem amedrontados, com receio do que pode ser dito e da forma como vão ser vistas pelo que dizem, pois, uma palavra mal dita e mal interpretada pode fazer que o desemprego assale sua porta.

Vale grifar que no cenário do trabalho os atos violentos que se fizeram presentes nos relatos de todas as sessões inclusive já trazidas no dia da sensibilização que ocorreu antes do início dos encontros do grupo isso pode ser observado na nuvem de palavras. Em todas elas aparecem palavras associadas a atos violentos (Figura 9, 10, 11 e 12).

A violência psicológica rodeia a organização do trabalho, as promessas que nunca se consolidam e a exploração da mão de obra técnica especializada com baixo custo, assim como gritos e a opressão. A violência psicológica é não física, predominantemente, agindo diretamente na dignidade humana, tornando-se, portanto, uma violência moral que, basicamente, se encaixa nas mesmas definições da violência psicológica. Essa violência associada a condições de trabalho seria tudo aquilo que está associado a situações em que o trabalhador sofre agressões, não somente físicas, mas também psicológicas implicando em riscos “para a saúde, segurança, bem-estar ou saúde do trabalhador” (FARIA, 2013; p. 489).

[...] Eu peguei um freelance que falou assim: “não... vai melhorar com o tempo, eu vou pagar no início esse valor, que é muito baixo. Aí, eu e uma amiga, a gente fez, ainda dividiu. Aí você, com o tempo... a gente vai melhorando. Aí no mês seguinte, que tinha um outro evento, falou que tava apertado, aí diminuiu. Aí no mês seguinte: “vou ter que diminuir um pouco”, aí depois ele chegou ao cúmulo de pediu pra a gente fazer de graça, aí foi quando eu falei não. Aí nunca mais eu caio nessa conversa

de “vai melhorar [...] Na iniciativa privada, jornalistas, colegas da gente que tem empresas pagam abaixo do piso. E ainda tem mais, contratam um jornalista, pedem, como que eu vou dizer? Fazem contrato porque é pra trabalhar como jornalista, mas aí você vai ver e é carga horária comercial, 40 horas, e é pra fazer espelho, photoshop... Isso é analista de comunicação [...] Um dia me ofereceram um emprego: “olha, preciso de você, é pra você gerenciar uma empresa, jornada de 44 horas”, eu falei “mas eu pensei que era pra jornalista”, falaram “mas é, você tem que trabalhar com Corel, fazer a arte”. Publicitário, jornalista e RP. Querem 3 em 1 [...] Eu não acho que é uma “confusão” não, é exploração mesmo [...] (1ª sessão, 14/03/2019).

[...] Ela gritou comigo, me xingou... Depois que aconteceu isso ela não mais me dirigiu a palavra... O dono da empresa após eu falar o que havia acontecido me falou pra qualquer coisa que acontecesse eu poderia falar com ele. E eu tive um certo poder, né... e ninguém tinha de falar com o chefe...todo mundo tinha medo de conversar (2ª sessão, 21/03/2019).

É preciso compreender que a matriz que sustenta os atos violentos está fixada no “autoritarismo (abuso de poder), nas mentiras, nas ameaças, na manipulação do medo, na cooptação e nas várias formas de corrupção política, concretizadas mediante atitudes tomadas pelos chefes enquanto mediadores da política de gestão” (HELOANI; BARRETO, 2013, p. 56). Esse abuso suscita nos trabalhadores sensações negativas, que geram agravos e danos à saúde, além de diversos outros tipos de prejuízos práticos e emocionais que afetam diretamente o clima organizacional.

De acordo com Garbin e Fischer (2012), o ato de coagir ou reprimir, de ridicularizar e ou diminuir já foi conceituado por Leymann (1996) como *mobbing*, que consiste em maltratar, atacar, perseguir, sitiar. Para Heloani e Barreto (2018), *mobbing* está associado a violências institucionais coletivas, ligadas a organizações que podem chegar à violência física em seu ápice da intimidação. Atos relativamente simples como por exemplo derrubar intencionalmente um objeto para que o alvo da violência seja obrigado a pega-lo é um exemplo de *mobbing*. Nota-se que estes atos de violência podem ocorrer entre pares, não necessariamente havendo vínculos hierárquicos, o que acaba sendo associado ao *bullying* um termo comum, mas por mais que as definições acabem se (con)fundindo o *bullying* é uma forma de agressão psicológica onde as ofensas são individuais não envolvendo uma cultura organizacional, portanto o conceito de *bullying* se torna mais abrangente que o *mobbing*, e muito associado a comportamento infantis em contextos escolares. Portanto em ambientes laborais o *mobbing* que se refere à violência psicológica institucional.

Nos relatos das participantes, o *mobbing* ocorre muitas vezes entre pares em espaços coletivos, como grupos de *WhatsApp*, onde afirmam que não se sentem à vontade para falar por medo da reação dos demais, assim como em situações como o encontro de sensibilização da Escuta Clínica do Trabalho onde uma fala vira motivo de piada e banalização dos sentimentos envolvidos.

“[...] tudo é mi-mi-mi, não sei o quê” – faz menção à fala de um participante da sensibilização – e eu o deixei falar. Ele nem sabia qual tipo de assédio, ele não sabia de nada, e ele fica: “ah, tudo é mi-mi-mi, é isso, é aquilo”, e eu deixei ele falar. Depois quando eu fui falar, eu disse: “eu sofri um assédio sexual, diferente do que você está falando aí que é mi-mi-mi e eu também não acho que é, porque no ambiente de trabalho eu também já sofri. Eu trabalhava em uma multinacional e todo dia era espremida para sair alguma coisa ali (1ª sessão, 14/03/2019).

Nota-se que, como define Heloani e Barreto (2018), o *mobbing* pode chegar à violência física e ousa-se a dizer que até sexual. Assim, durante as rotinas de trabalho das jornalistas, também foram verbalizados, sempre que envolvia homens nas violências, houve uma tentativa de se aproveitar da posição masculina ou de liderança para obter vantagem sexual.

[...] Então foi assim, foi bem chato, hoje eu consigo dormir, mas assim, na época do governador X, sempre mandavam uma agenda, com as horas, tudo, inclusive assim. Aí chegavam as agendas... não sei o que... e ficava todo mundo assim: “ah, você tem agenda? também quero”, “ahh..., e ele deixava a agenda lá na mesa dele, como quem “agora pode vir pegar agenda”. Aí veio me beijar. Eu falei: “como?”, mas não era pra pegar a agenda? Eu fiquei sem reação, sem reação. Eu fiquei assim, sem entender, sabe? Fiquei assim, não, não. Falei “não quero mais não”. E no outro dia eu voltei, fingi que não tinha acontecido nada. Mas começou com brincadeiras chatas, e assim, logo logo eu fui desligada. Porque, infelizmente [...] (1ª sessão, 14/03/2019).

Diante do exposto, apresenta-se a seguir as narrativas das jornalistas participantes, agrupadas em nuvens de palavras, onde o tamanho da palavra indica a incidência da repetição.

Como pode-se notar na nuvem de palavras abaixo (figura 9), nestes primeiros encontros as narrativas estavam carregadas de sentimento de amor pelo trabalho, mas ainda com muita dificuldade em lidar com os absurdos que acontecem nas rotinas de trabalho das jornalistas. A violências contra o corpo, as violências psicológicas são nomeadas como assédio. Nota-se que os profissionais vivem em ambientes de ameaça onde o desrespeito ao profissional coexiste juntamente com a organização do trabalho.

Figura 9: Nuvem de palavras recorrentes nas sessões 1, 2 e 3.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na quarta e na quinta sessão ficou claro a dificuldade em lidar com o novo e com as mudanças que ocorrem na profissão. Notou-se que essas mudanças são gerais e que o jornalismo é apenas uma das diversas profissões que estão sendo afetadas.

[...] Fica a sensação de que o grupo está retratando, espelhando o que é vivido lá fora. Pessoas que estão vivendo no passado, impregnadas do “mimimi” social, mas parados no tempo e na lamentação pelo leite que já foi derramado. Mas e agora? O jornalista morrerá em vida ou se tornará uma fênix, ressurgirá das cinzas? (4ª sessão, 04/04/2019).

Constatou-se que nada pode ser feito para modificar o processo de mudança do mundo, mas que podemos mudar a forma como olhamos o mundo. Deixar de viver o “mi-mi-mi” social para tornar-se uma fênix que ressurge das cinzas. Ao analisar as narrativas das sessões anteriores pelo memorial, o coletivo de pesquisa propôs uma reflexão sobre a postura do “eu jornalista” no processo de precarização do próprio trabalho e como cada um destes participantes se viam neste processo de reconstrução da profissão do jornalista. Durante a quinta sessão, as participantes contaram sobre os eventos que ocorreram durante a semana em comemoração ao dia do jornalista. Nota-se que o adoecimento é tamanho que as narrativas se iniciam sem a percepção do reconhecimento pelo meio político da importância do jornalista, visto que na câmara municipal e na assembleia legislativa foram propostos atos solenes em comemoração ao dia do jornalista.

alguma forma, tentam fazer algo para melhorar o cenário. A passividade e as ausências ou as omissões em momentos de importância prejudicam a categoria. Durante as falas, as participantes pontuam que, muitas vezes, a fala delas ou até dos colegas não é escutada por elas mesmas e quando a clínica-pesquisadora faz o eco ou o espelhamento da fala delas o peso fica diferente.

“Porque às vezes a gente acha, a gente fala desabafa e a gente nem vê que é tão ruim o que a gente tá falando” ou “a gente se impondo uma necessidade de acreditar que isso é normal pra não sofrer tanto, eu acho: ‘Não, vai passar, vai ficar tudo bem...’ E quando a gente escuta de outra pessoa aí parece... aí parece que a ficha cai, né?”(6ª sessão, 25/04/2019).

Observou-se um processo de retorno aos temas já trabalhados, como, por exemplo, a forma como os jornalistas organizam as rotinas de trabalho, assim como a forma como encaramos as dificuldades que vivemos no dia a dia. Nota-se que novamente foi relatado o pesar pelo decreto da inexigibilidade do diploma, por mais que isso já tenha ocorrido a uma média de 10 anos atrás.

Tais narrativas são válidas, ao debruçar-nos sobre a questão da prática jornalística e as implicações legais do exercício da profissão. Kischinhevsky (2010) afirma que a Federação Internacional dos Jornalistas alertou para o fato de que a decisão sobre a queda da obrigatoriedade do diploma para jornalistas, abriria “caminho para uma crescente precarização dos jornalistas” e criaria prejuízos para a democratização da informação

Evidencia-se ainda existir uma preferência em alguns locais pela contratação de profissionais graduados em Jornalismo. As narrativas da sétima sessão iniciaram-se com as ideias do que é ser jornalista na contemporaneidade trabalhado na sessão anterior, que seria viver o dinâmico, o dinamismo, como um ato de prazer e também de sofrimento. Evidencia-se que o ser jornalistas, muitas vezes, é se entrelaçar com o viver na política, pois, muito do que foi apresentado até então nas sessões estavam associados a realidade de trabalhar com a assessoria que está diretamente ligado ao viver os atos políticos. Mas nota-se a necessidade de ampliar a atuação dos jornalistas no Tocantins, visto que alguns postos de trabalho que foram perdidos na região foram no setor público.

Nota-se que o movimento pessimista do grupo ao passar das sessões vai diminuindo e as oportunidades de enfrentamento se tornam evidentes (Figura 11). O discurso da necessidade do resgatar os vínculos de amizade para buscar apoio durante os momentos difíceis já começa a aparecer nas narrativas das participantes. A consciência de que não se pode mudar o

trabalho. A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde como sendo “uso intencional da força física ou força” e que foi definida por Dahlberg e Krug (2006) como inclusão da negligência e de todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, tanto como o suicídio e outros. Ainda de acordo com as autoras e engrossando a afirmação acima:

Esta interpretação possui implicações amplas e inclui – entre outras exposições a fatores de risco de natureza física, biológica e química – a *negligencia* patronal que resulta em exposição dos trabalhadores a substâncias neurotoxinas, causa de transtornos mentais dos quais não será possível tratar aqui, assim como não iremos abordar os danos psíquicos decorrentes de traumatismos cranianos provocados em acidentes de trabalho (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2017, p. 237).

Nas sessões nona e décima, revelaram-se os relatos sobre papel político do ser jornalista, e observa-se que ser jornalista vai além das relações políticas que se precisa olhar para o mercado, para as possibilidades de empreender, pois vivemos uma metamorfose onde a necessidade da mudança contínua não tem como ser interrompida. Na nona sessão as narrativas focaram na gratidão pelo coletivo de pesquisa ter dado a oportunidade para os jornalistas falarem sobre a realidade de trabalho delas, mas as participantes reconheceram o quanto é difícil sensibilizar os outros sobre a importância do que está sendo discutido no grupo.

Tais narrativas podem fazer parte de um processo de defesa, mesmo que instintivamente. Tal comportamento atenua o sofrimento e atua como mola para manutenção do equilíbrio entre a loucura e a sanidade.

As estratégias de defesa são procedimentos utilizados pelos trabalhadores em nível individual ou coletivo, tendo como função modificar, suavizar a percepção da realidade que faz sofrer, mantendo o equilíbrio psíquico. Não existem tipos de estratégias de defesa padronizados para todos os trabalhadores, cada categoria expressa seus modos de defesa específicos, podendo variar até dentro da mesma categoria profissional. Trata-se de um processo que ocorre em nível mental, pois não modifica a realidade de fato (GOMES, 2004, p. 30).

Nota-se o desejo de levar a diante o que foi vivenciado nessa breve história do grupo em questão. As participantes mobilizadas, falam das suas dores e reconhecem o sofrimento geral da categoria, lamentam a sublimação dos colegas e a defesa exploratória que banalizam a realidade da classe. Observa-se também uma reação otimista e positiva de mudança nos próprios medos e bloqueios das participantes em prol da tentativa de mudar a sua realidade de trabalho. Mas, como deliberação do grupo, foi proposto tentar levar as vivências para fora destes momentos para tentar melhorar a realidade externa com ações via sindicato.

Na décima sessão e na sessão de encerramento as narrativas giraram em torno da importância de auxiliar o outro no processo de tomada de consciência dos demais colegas da

profissão, que, muitas vezes, sublimam suas emoções como uma forma de defesa e enfrentamento, mas que padecem internamente e também são violentados pelos personagens que integram o mundo do trabalho.

Figura 12: Nuvem de palavras recorrentes nas narrativas das sessões 8, 9 e 10.



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Nas narrativas analisadas, observa-se que o sofrimento no trabalho, conforme relatado até o presente momento, tem sido internalizado e enfrentado de forma individual com recursos internos e, quando muito, compartilhado com poucas pessoas com uma forma de desabafo, mas que muitas vezes são reprimidas de forma interna ou pelas pessoas externas. As fontes de prazer, devido a tantas dificuldades enfrentadas no dia a dia, estão sendo questionadas e muitas vezes ignoradas pelo processo de adoecimento.

Nota-se na análise das narrativas do grupo das jornalistas participantes, que a psicodinâmica do trabalho no que diz respeito à organização do trabalho está passando por transformações em decorrência da mudança imposta pelo contexto social, mercadológico e político e que os profissionais estão precisando se reinventar para permanecer no mercado. E como consequência destas mudanças os sofrimentos ético e patogênico se apresentam intensamente, pelo adoecimento físico e mental da classe.

O grupo, enquanto agentes de transformação, se propôs a mudar a forma como estão olhando para a realidade delas e, de forma gradual, tentar intervir nas suas áreas de atuação e convívio profissional buscando perpetuar um olhar mais saudável de enfrentamento.

Percebe-se que o grupo começa a elaborar estratégias de mobilização coletiva, que de acordo com Dos Anjos *et al.* (2012), referem-se ao modo como os trabalhadores se organizam conjuntamente em prol de um objetivo comum, no intuito de eliminar o ônus que o trabalho lhes impõe. Tais estratégias, requerem cooperação e solidariedade entre os trabalhadores.

Esta mobilização se dá de forma tímida quando as participantes definem algumas ações a serem fomentadas por elas junto ao sindicato, conforme descrito na subseção de avaliação, mas paralisada com a sobrecarga diária e com seus mundos pessoais, parte destas ações não são aplicadas. Nota-se que o apoio dado aos mais próximos como foi relatado nas sessões permanece sendo aplicado. As pequenas mobilizações de acolhimento e de tentar se aproximar dos colegas que sabem que estão passando por dificuldades financeiras ou emocionais ainda se faz presente.

Diferente das estratégias defensivas, que são táticas individuais, que aparecem com a fragilização do trabalho coletivo, buscam a negação ou racionalização do sofrimento por meio de alienação na organização do trabalho.

A identificação com o colega é um referencial essencial da sua localização social. Para tanto é preciso um espaço para que o trabalhador possa se expressar, ouvir e se relacionar; um espaço de discussão. O coletivo de trabalhadores fortalece o indivíduo, que pode ter suas demandas negociadas com maior poder político, além de instituir uma rede de apoio social. O trabalho só acontece, na acepção de que a produção apenas se concretiza, caso haja um engajamento do trabalhador na realização da atividade. O sentido do trabalho organiza subjetivamente uma estrutura de identidade. O coletivo não se faz pelo simples agrupamento de trabalhadores, mas pelo estabelecimento de relações de cooperação entre eles, de confiança mútua e reconhecimento; somente concretizadas no relacionamento com o outro (DOS ANJOS *et al.*; 2012, p. 567).

Diferente das técnicas relatadas acima, as estratégias defensivas, mesmo que às vezes constituindo-se de práticas sociais, culturais e implantadas nas relações com os outros, são táticas individuais nas quais o indivíduo, com a fragilização do coletivo de trabalho, emprega cada vez mais tais estratégias para negar ou racionalizar o sofrimento, por meio de uma dinâmica alienante com a organização do trabalho.

Nota-se que a avaliação final só reforçou a realidade da intensificação e da precarização da profissão. Evidenciou-se o desafio de construção de um coletivo de jornalistas no Tocantins, via SINDJOR/TO, tendo em vista o enfraquecimento do coletivo, que inclusive se concretizou nesta prática clínica. Foi possível vislumbrar o desafio de construir laços de solidariedade e

cooperação entre os profissionais, para, talvez, conseguirem ter laços de confiança e assim vencerem a precarização que assola a profissão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Quando você ficar triste
 Que seja por um dia
 E não o ano inteiro
 E que você descubra
 Que rir é bom
 Mas que rir de tudo
 É desespero”*
 (Frejat, Amor pra recomeçar)

Durante as análises das narrativas das jornalistas foi possível refletir sobre a realidade do trabalho e o quanto é sofrível o processo de transformação que esta profissão vive. Nota-se que a organização do trabalho dos jornalistas, segundo a visão deste coletivo de pesquisa, sob o olhar das participantes deste grupo, está padecendo pelas mudanças impostas pelo mundo decolonial, pós-moderno e neoliberal onde o liberalismo mesmo sendo uma fonte de prazer em alguns momentos se torna a fonte de sofrimento patogênico visto que a flexibilidade excessiva dos vínculos trabalhista e das rotinas de trabalho fogem do controle e do imaginário humano.

Segundo as jornalistas do grupo pesquisado no Tocantins, o profissional precisa “[...] *se preparar pra deixar a alma [...]*” (1ª Sessão, 14/03/2019). Nota-se que esta nova forma de se comportar se estende por diversos campos de atuação do profissional jornalista, pois o trabalho vivo está associado a diversos fatores e um deles é o sujeito que é modificado pelo contexto social que está inserido. Observa-se um elo entre a sobrecarga descrita na fala desta pesquisadora como uma forma de retratar a história da sua família no memorial e da realidade da vida pessoal da mesma, se interligando com a narrativa das profissionais do jornalismo no mercado de trabalho conforme relatado pelas participantes desta pesquisa.

Esses profissionais são também orquestrados pelo mercado e suas leis em prol da obtenção dos lucros, algo que está diretamente associado à produtividade e ao aumento de desempenho. Ao analisar esse aspecto, pode-se acrescentar que, na prática, nas relações sociais em geral – assim como no campo de atuação dos jornalistas – o sujeito se obriga a ter uma carga horária maior de trabalho e/ou da força de trabalho do outro para obter um resultado mais lucrativo. Portanto, as organizações exigem desses sujeitos cada vez mais produtividade, adaptação social e flexibilidade em relação aos vínculos trabalhistas, assim como os próprios profissionais aumentam seu nível de exigência em relação a sua própria produtividade em busca de uma melhor remuneração.

Entretanto, as mudanças ou modificações no trabalho do jornalista, associadas e influenciadas pelo neoliberalismo e pelo capital, em especial, no Brasil, são estruturais e podem

ser atribuídas ao advento do desenvolvimento das tecnologias e vai além da realidade do Brasil, perpassa as mudanças internacionais das relações de trabalho. A precarização dos vínculos e das rotinas de trabalho do jornalista exige uma nova postura dos profissionais desse seguimento, que precisam se adaptar ao modo moderno de se comunicar “[...] é 24 horas não tem como desligar, é demanda, demanda...” (1ª Sessão, 14/03/2019), mas ao mesmo tempo buscando respeitar os limites individuais.

Como objetivo desta pesquisa conclui-se que, tendo como base a análise das narrativas das jornalistas e da psicodinâmica do trabalho, que as vivências de prazer na profissão estão escassas, como, por exemplo, o dinamismo da profissão, que acaba se tornando também sofrimento. O que comprova que o prazer e o sofrimento são indissociáveis nas relações de trabalho. O coletivo de profissionais que deveria fortalecer os vínculos de reconhecimento, hoje não favorece, pelo contrário, se tornaram agentes de promoção da escravização e punição dos pares através da violência psicológica institucionalizada e banalizada pelos mecanismos de defesa, que têm adoecido os trabalhadores de modo geral, no mundo contemporâneo, pelo processo de exploração promovido pela organização do trabalho.

Compreende-se que a nova morfologia do trabalho dos jornalistas, que sofre influência direta pela forma como o Brasil foi colonizado, domina diretamente a forma como o país se relaciona com o ato de trabalhar, gerando fontes de sofrimento ético e patogênico. A escravidão ainda se faz presente nas relações do labor, mas desta vez com uma roupagem decolonial, onde a violência que antes era física e explícita, hoje está implícita e velada, mas ainda intensamente presente na vida dos profissionais. Nota-se que o alvo da violência física no passado, o corpo, permanece sendo o alvo da violência institucional e organizacional. Esta afirmativa pode ser validada pelos trabalhadores que adoecem cotidianamente, muitas vezes sem saber a real causa da sua patologia. Os recursos naturais, assim como no passado, permanecem sendo usurpados e usados de forma impensada. Os personagens envolvidos no processo de escravidão contemporânea hoje são outros, mas a verdade é que o cenário sofreu pequenas modificações, ampliando os espaços de precarização no mundo do trabalho, de forma naturalizada pela maior parte dos trabalhadores.

Na análise das narrativas do grupo das jornalistas participantes para averiguar a psicodinâmica do trabalho, nota-se que a Organização do Trabalho está sofrendo mudanças contínuas onde o laborar ensinado nas faculdades não é mais suficiente para ser reconhecido no desempenho do trabalho. A sobrecarga de trabalho e a diminuição dos postos ocupacionais é uma realidade, fazendo com que o desemprego se torne uma possibilidade que amedronta muito as jornalistas. A comunicação não é mais a mesma. Em decorrência deste cenário, o sofrimento

que é inerente do trabalhar apresenta-se nos relatos através do sofrimento ético em ter que aceitar propostas abaixo do mercado, em ter que assinar reportagens que muitas vezes não concordam com a forma como foi construída ou até mesmo, no caso das mulheres, conviver com a violência sexual, forçadas pelo medo do desemprego.

Com o enfraquecimento do coletivo de trabalho, mesmo o sindicato estando sempre lutando pela união, dificulta a ação/mobilização do coletivo de trabalhadores. Mas, de forma individual, as participantes alçam mão das estratégias de defesa, muitas vezes adoecidas e alienadas pelo contexto social que estão inseridos, mas já são formas de mostrar a não passividade frente as dificuldades sociais e do trabalho.

Atualmente nota-se poucas fontes de prazer na jornada de trabalho das jornalistas participantes do grupo, que seriam a dinamicidade da profissão e as muitas possibilidades que o novo cenário do trabalho trouxe como as medias sociais e o empreendedorismo bem-sucedido que já existe na cidade como uma forma de visualizar possibilidades. Já os sofrimentos são vivenciados na totalidade das rotinas de trabalho do jornalista, pelo processo de precarização da profissão e o sofrimento ético e patogênico pelas várias violências laborais vivenciadas que tem acometido e adoecido estas profissionais.

Nota-se que, como destinações dos sofrimentos, as participantes do grupo, quando se veem em sofrimento, costumam buscar ajuda junto aos familiares ou buscam profissionais especializados em saúde mental, como psicólogos ou psiquiatras. A busca do apoio no coletivo não acontece, segundo as participantes, pelo medo da reação dos colegas. O receio de se tornar alvo de piadas ou da banalização do sentimento as paralisam diante do coletivo de jornalistas, e então preferem buscar a rede de apoio que possuem fora no ambiente profissional. Nota-se que, pelos vínculos de amizade, às vezes, algumas pessoas da profissão ficam sabendo do que está acontecendo, mas as reações de apoio são muito mais pessoais do que do coletivo de trabalho.

Observou-se, na sessão de avaliação, a fragilidade do coletivo, a dificuldade de se unirem em prol da luta dos objetivos da classe, que passa por mais um momento crítico na história da precarização da profissão devido à medida provisória nº 905/2019, que, como já foi dito, revoga a obrigatoriedade de registro de jornalistas e ainda está em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), mas já atormenta a classe, provocando sofrimento.

Quanto aos desafios enfrentados em fazer esta pesquisa estiveram muito associados à preocupação se de fato haveria interesse por parte dos participantes em participar do processo, e se, de fato, iriam se dispor a falar sobre a realidade do trabalho dos jornalistas. Parte do processo de preocupação também era se haveria a participação contínua dos membros do grupo.

Vale elucidar também a surpresa de me deparar com as histórias relatadas no grupo. Notei que a rotina desgastante de trabalho que vivo, relatada no memorial, também foi observada na rotina das participantes do grupo. Neste estudo por um processo, explicado pela Terceira lei de Newton, que descreve o resultado da interação entre duas forças, neste processo de reflexão, acredita-se que o pensamento consciente ou inconsciente exerce força sobre a realidade da vida. Não tendo a intenção de adentrar na discussão que permeia a lei da atração, mas partindo do olhar empírico das minhas vivências clínicas e também validada por profissionais que me supervisionaram, acredito que os pensamentos possuem uma energia que atrai energias semelhantes, por isso um terapeuta clínico sempre terá pacientes que vão ao encontro da sua história pessoal, por isso a importância da psicoterapia para o psicólogo e da supervisão clínica. Neste estudo esta ideia se fez presente e a história das jornalistas participantes do grupo em algum momento se assemelha a minha história.

Nota-se que a realidade descrita no memorial desta pesquisa, assim como a das participantes do grupo da escuta clínica, sou mulher inserida no mundo decolonial, neoliberal e contemporâneo que nasci em um lar onde a precarização do trabalho já era presente. A sobrecarga de trabalho se perpetua nas minhas relações com o laborar. Vivo acorrentada nesta realidade. Permaneço no contexto da autoaceleração. No Brasil é impossível parar por 2 anos uma vida profissional para fazer pesquisa, principalmente após 10 anos fora do mundo acadêmico. O medo do desemprego e de não conseguir satisfazer as necessidades de consumo familiar, permeia também o meu universo assim como da população pesquisada.

Ousa-se inferir que, talvez, este sentimento perpassa a realidade do trabalhador brasileiro. Vale elucidar que, assim como algumas participantes do grupo, também fui alvo de violência contra o corpo, de cunho sexual, no ambiente de trabalho, ainda fomentada pela forte relação patriarcal arraigada nas relações sociais e culturais no qual o homem sente-se a base de poder primário na liderança, onde ainda vê a mulher como algo a ser conquistado e submisso. Esta não é apenas a realidade dos jornalistas, sendo possível inferir que, nas relações de trabalho, a mulher padece no cenário contemporâneo, mas com resquícios ainda da sociedade patriarcal que se perpetua no Brasil desde o período colonial.

Uma forma de enfrentamento é a criação de espaço de escuta e discussão desta realidade de mudança no cenário do trabalho como o grupo de escuta feito por este coletivo de pesquisa. Sugere-se ao SINDJOR-TO: a) criação de campanhas de sensibilização quanto a realidade da relação sofrível entre pares, e promoção de uma melhor integração entre os jornalistas; b) Seria interessante também inserir momentos de discussão sobre a realidade da precarização do trabalho e a violência institucional e organizacional que pressiona a classe profissional e; c)

Como parte das estratégias de enfrentamento das participantes do grupo, foi a possibilidade de empreender, seria interessante implementar projetos de incentivo ao empreendedorismo qualificando os sindicalizados para este universo.

Sabe-se que este estudo não esgotou as possibilidades de pesquisa na área, que pelo contrário notou-se a necessidade de propor e fomentar diversas outras pesquisas adentrando o discurso do trabalhador. Visto que neste estudo buscou-se referencial teórico para subsidiar a análise clínica do trabalhador e não foi possível localizar visto que não se discute esse olhar do trabalhador.

Ousa-se afirmar que as análises feitas nesta pesquisa descrevem muito mais uma escuta clínica do trabalhador do que do trabalho, porque, a visão apresentada é das trabalhadoras e de sua mobilização subjetiva em prol de ressignificar suas vivências de prazer e sofrimento profissional. As trabalhadoras em questão foram as jornalistas que possuem vínculos trabalhistas com instituições distintas, o que inviabiliza a mobilização coletiva para mudança na organização do trabalho. Portanto, convida-se a uma melhor investigação deste olhar do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. “**Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro**”. Site do Instituto Humanistas (UNISINOS), Rio Grande do Sul, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- ALVES, Giovanni. Prefácio 1. *In*: HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida (org.). **Assédio Moral: Gestão por humilhação**. Curitiba: Juruá, 2018, p. 07-12.
- ALVES, Giovanni; CASULO, Ana Celeste. Neoliberalismo, assédio moral organizacional e a nova economia psíquica do capital. *In*: GEDIEL, José Antônio Peres *et al.* (org.). **Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistência**. Curitiba: Kaygangué, 2017. p. 28-37.
- ALVES, Jorge José. **Mobilização subjetiva para o prazer-sofrimento no trabalho dos taquígrafos parlamentares: uma prática em clínica psicodinâmica da cooperação**. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- AMARAL, Grazielle Alves. **Escuta clínica do sofrimento e mobilização subjetiva de professores readaptados**. 2018. 234 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2018.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 165 p.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, jun. 2012, p. 44-59. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 02 jul. 2017.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. *In*: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho & sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá Editora, 2014. p. 25-45.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. Entre servidão e sedução do trabalhador: uma secular insistência do capital. *In*: MENDES, Ana Magnólia. **Trabalho e Saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão**. Curitiba: Juruá, 2008.

ARAÚJO, Luciane Kozics Reis. Escuta (Clínica). *In*: MENDES, Ana Magnólia; VIEIRA, Fernando de Oliveira (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 142-145.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalização do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AZEVEDO, Júlia Arantes. **O trabalho em emergência: objetivo e matéria estrangeira na comunicação**. *In*: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 39-63p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. SOBOLL, Lis Andrea Pereira. (Org.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas. p.288, 2011.

BISPO, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCT, 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BRUM, Eliane. Exaustos-e-correndo-e-dopados: na sociedade do desempenho, conseguimos a façanha de abrigar o senhor e o escravo no mesmo corpo. **Revista El País**, Brasil. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html. Acesso em: 28 jul. 2018.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

CAMARGO, Ricardo Zagallo. **Indústria da comunicação, trabalho e formação em publicidade**. *In*: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES

RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Revista Chão de Feira**. Caderno de Leitura n. 65, 2017.

CUNHA, Almerinda Maria Skeff. **Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado**. 2017. 155f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade - PPGCom) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Tocantins, 2017.

COSTA, Luciano Martins. Clima de horror nas redações. **Notícia** - Federação Nacional dos Jornalistas. 15 mar. 2013. Disponível em: <http://fenaj.org.br/clima-de-horror-nas-redacoes/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DAHLBERG, Linda Lee. KRUG, Etienne G. Violence: a global public health problem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto *et al.* Crise, **precarização e mudanças estruturais no jornalismo: reflexões sobre tendências teóricas**. 2017.

DAVIS, Ângela. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. In: **Mulheres, Raça e Classe**. Rio de Janeiro: Ed. Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, Helena. (Org.). **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização do trabalho e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp. 1993.pp. 281-309.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. São Paulo: FGV, 1999.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, Dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2019.

DEJOURS, Christophe. Addendum. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Udal (org.). **Christophe Dejours**: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho e emancipação**. Brasília: Paralelo 15, p. 221. 2012.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Editora Dublinense, 2017.

DOS ANJOS, Felipe Burle *et al.* Trabalho prescrito, real e estratégias de mediação do sofrimento de jornalistas de um órgão público. **Sistemas & Gestão**, v. 6, n. 4, p. 562-582, 2012.

DRUCK, Graça. Conferência de Abertura: Trabalho, Precarização e Resistências. *In*: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICODINÂMICA E CLÍNICA DO TRABALHO. São Luiz. 2019.

DUARTE, Fernanda Sousa. **Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho: Entre a clínica da cooperação e das patologias**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014, 142f.

FACAS, Emílio Peres. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho - contribuições da psicodinâmica do trabalho**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) — Universidade de Brasília, Brasília.

FACAS, Emílio Peres; SILVA, L. M da.; ARAÚJO, M. A. S. Trabalhar. *In*: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p. 461-465.

FACAS, Emílio Peres. MACHADO, Ana Cláudia Almeida; MENDES, Ana Magnólia. A negação do saber operário no trabalho automatizante: análise Psicodinâmica do Trabalho de pilotos de trem de metrô do distrito federal. **Revista Amazônica**. v.9, n. 2, p. 44-68, 2009.

FARIA, José Henrique de. Violência no Trabalho. *In*: VIERA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia. MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 489-498.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FERREIRA, Sorava Venegas. Luz no Fim do Túnel: Premiação Brasileira e Reconhecimento Profissional das Mulheres no Fotografia. *IN*: XVIII ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Joinville, SC. 2018. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/lista_GPs.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

Federação Nacional dos Jornalistas. **Governo Bolsonaro age para destruir Jornalismo com MP inconstitucional**. Brasília. Nota Oficial. Disponível em: <https://fenaj.org.br/governo-bolsonaro-age-para-destruir-jornalismo-com-mp-inconstitucional/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Intexto**: Bahia, V. 15, n. 1 (2017): Dossiê temático inovação no jornalismo: escopo e percursos. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/21451/14492>. Acesso em: 28 dez. 2018.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. *IV: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

FÍGARO, Roseli. Comunicação e Trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galáxia**, n. 39, set-dez.2018, p. 177-189. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-255435905>. Acesso em: 07 jul. 2019.

FÍGARO, Roseli. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós**, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013, p. 01-20.

FÍGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes.3.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Lêda Gonçalves de. Centralidade do Trabalho. *In*: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. (Org). **Tratado de sociologia do trabalho**. v. I e II. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.

FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

GAMA, Laene Pedro *et al.* Ressignificação do sofrimento: clínica do trabalho em um hospital escola. **Revista Laborativa**, v. 5, n. 1, p. 38-63, abr. 2016.

GARBIN, Andréia De Conto; FISCHER, Frida Marina. Assédio moral no trabalho e suas representações na mídia jornalística. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, p. 417-424, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIZONI, Liliam Deisy; FACAS, Emílio Peres. O trabalho e as desmesuras do consumismo: do sujeito invocado ao sujeito invocante. **Trabalho (En)Cena**, Vol. 01, n. 1, janeiro a junho

de 2016, pp. 12 – 14. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2885/9090>. Acesso em 29 jun. 2018.

GHIZONI, Liliam Deisy; MENDES, Ana Magnólia. Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 15-26, jun. 2014. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2018.

GHIZONI, Liliam Deisy. **Clínica psicodinâmica da cooperação na associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis da região centro norte de Palmas – TO (ASCAMPA)**. 2013. 308 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2013.

GOMES, Antônia Maria Gurgel. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: trajetórias da escola francesa. **Rev. psicol.**, v. 22, n. 1, p. 27-31, 2004.

GROHMANN, Rafael. **Marx de volta e na comunicação? IN: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Manaus, set. 2013. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora. 2006.

HAMRAOUI, Eric. Prefácio. *In*: MENDES, Ana Magnólia. **Desejar, Falar, Trabalhar**. Porto Alegre: Editora Fi. 2018, p.13 - 16.

HAMRAOUI, Eric. Trabalho Vivo, Subjetividade e Cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. *In*: MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela Dutra (Org.). **O sujeito no trabalho: Entre a Saúde e a Patologia**. Curitiba: Juruá. 2013, p. 55 - 72.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HELOANI, Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo: FGV. 2003.

HELOANI, Roberto. Vivendo no limite: quem são os nossos formadores de opinião? **Revista USP**, 65,148-168. 2005.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. Assédio Moral e Sexual. *In*: VIERA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 55-59.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio Moral: Gestão por Humilhação**. Curitiba: Juruá, 2018.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico. *In: Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LEYMANN, Heinz. The content and development of mobbing at work. *European journal of work and organizational psychology*, v. 5, n. 2, p. 165-184, 1996.

LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

LHUILIER, Dominique. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. *In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando.; SOBOLL, Lis Andrea Pereira. (Org.). Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 22-58.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. O jornalista em pauta: mudanças no mundo do trabalho, no processo de produção e no discurso. *IN: IX ENCONTRO DOS GRUPOS/NÚCLEOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Curitiba, set. 2009.

LUKÁCS, Georg. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. *In: FERNANDES, Florestan (Org.). Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1981, p.59-86.

MACÊDO, Luciana Félix. O mundo do trabalho do editor de livros. *IN: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**. (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural. 1985.

MEDEIROS, Solene Nobre. **Clínica em psicodinâmica do trabalho com a unidade de operações aéreas do DETRAN: o prazer de voar e a arte de se manter vivo**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MEDEIROS, Solene Nobre de; MARTINS, Soraya Rodrigues; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento e defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 9, n. 1, p. 74-90, 2017.

MEIRELES, Norma. Em busca de um panorama sobre as mulheres radialistas egressas da UFPB (2001 e 2012). *IN. VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Manaus, AM. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

MELO, Gabriela Pereira. A inexigibilidade do diploma de jornalista refletida no mercado de trabalho online da capital tocantinense. **Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, Palmas, Vol. 01, n.2, p. 204-2018, mai.-ago. 2017. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/3957>. Acesso em: 24 mar. 2019.

MELO, Gabriela Pereira; PARREIRA, Jordanna Sousa; PÔRTO JR, Gilson.; GHIZONI, Liliam Deisy. O efeito da terceira pessoa no trabalho dos jornalistas do Tocantins. *In: PÔRTO JR., Gilson et al (Org.). **Media effects**: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo*, Vol. 3: Espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p.211- 231.

MENDES, Ana Magnólia. **Prazer e sofrimento no trabalho qualificado**: um estudo exploratório com engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações. 1994. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1994

MENDES, Ana Magnólia **Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional**. 1999. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1999.

MENDES, Ana Magnólia **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007.

MENDES, Ana Magnólia; ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis. **Clínica psicodinâmica do trabalho**: o sujeito em ação. Curitiba: Juruá. 2012.

MENDES, Ana Magnólia; ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis. Violência e sofrimento ético: contribuições da psicodinâmica sobre a violência no trabalho. *In: MENDES, Ana Magnólia. (org.). **Violência no Trabalho**: Perspectiva da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica*. São Paulo: Mackenzie. 2010.

MENDES, Ana Magnólia DUARTE, Fernanda de Souza. Notas sobre o percurso teórico da Psicodinâmica do Trabalho. *In: Freitas, Lêda Gonçalves de (org.). **Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente*** – pesquisas brasileiras. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 13-24.

MENDES, Ana Magnólia; MULLER, Tainá de Castro. Prazer no Trabalho. *In: VIEIRA, Fernando de Oliveira (org.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho***. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013.

MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela Dutra; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (Org.). **Trabalho e Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá. 2014.

MENDES, Ana Magnólia. Escuta Analítica do Sofrimento e o saber-fazer do clínico no trabalho. *In: Mendes, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho & Sofrimento: práticas clínicas e políticas***. Curitiba: Juruá, 2014, p. 65-80.

MENDES, Ana Magnólia. **Desejar, Falar, Trabalhar**. Porto Alegre: Editora Fi. 2018.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vaz (Org.). **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora**: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; MAGNUS, Cláudia de Nôleto. Espaço Público de Discussão. *In*: VIERA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 147-151.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Jun. 2017, v. 32, n. 94. São Paulo. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092017000200507&lang=pt. Acesso em: 25 jul. 2019.

MOLIANI, José Augusto. A compreensão da comunicação no mundo do trabalho pode contribuir para o desenvolvimento do que se entende por comunicação interna nas organizações. *IN*: XVIII ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Joinville, set. 2018. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/lista_GPs.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

MONTEIRO, Thaís Moura. **Revisão sistemática da literatura sobre a Clínica Psicodinâmica do Trabalho**. 2016. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Luterano de Palmas, ULBRA, Palmas, 2016.

MONTEIRO, Thaís Moura. “**Nós passamos uns maus bocados**”: Análise das Narrativas do trabalho dos Serv(i)dores Públicos Federais. 2018. 164f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

MOSCOVICI, Serge; MARKOVÁ, Ivana. Presenting social representations: A conversation. **Culture & psychology**, v. 4, n. 3, p. 371-410, 1998.

MORAES, Rosângela Dutra. Estratégias Defensivas. *In*: VIERA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 153-157.

MORAES, Rosângela Dutra. Sofrimento Criativo e Patogênico. *In*: IERA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 416-419.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. *IN*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Mesas Temáticas, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

NEFFA, Júlio César. El trabajo humano y su centralidad. *In*: NEFFA, Júlio César. **Los riesgos psicosociales en el trabajo**: una contribución a su estudio. 1 ed. Libro Digital, PDF. 2015.

OLIVEIRA, Daniela Ferreira. **Cultura e trabalho em agências de publicidade do brasil**: a Comunicação e a Perspectiva Ergológica. *IN*: XV ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM. Rio de

Janeiro, set. 2015. Disponível em:

<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de; SILVEIRA, Sonia Bittencourt. O(s) sentido(s) do trabalho na contemporaneidade, **PPG linguística/UFJF**, Juiz de Fora, v. 16, n.º. 1, p. 149-165, jun. 2012.

OLIVEIRA, Roberval Passos de; NUNES, Mônica de Oliveira. Violência Relacionada ao Trabalho: uma proposta conceitual. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 17 n. 4, p. 22-34, 2008.

PACHI FILHO, Fernando Felício. Sentidos da liberdade de expressão no mundo do trabalho. *IN: XVIII ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Joinville, set. 2018. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/lista_GPs.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. **Crise e Mercado de Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017)**. *IN: XXVII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2018. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_72JHNDAEFV9AD5MYX I08_27_6951_26_02_2018_14_58_21.pdf . Acesso em: 28 abr. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla**, vol. 1 (3): 215-232, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>. Acesso em: 07 jul. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, vol. 21 (2-3): 168-178, mar/mai, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380601164353?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 07 jul. 2019.

REBECHI, Cláudia. Nociolini.; FIGARO, Roseli. A comunicação no mundo do trabalho e a comunicação da organização: duas dimensões distintas. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria - RS, v. 12, n. 23, 2013.

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Organização do trabalho no jornalismo: centralidade e subjetividade em tempos de flexibilidade**. *IN: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Rio de Janeiro: Ed. Letramento, 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo 1). Tradução (Constança Marcondes Cesar). Campinas, SP: Papirus, 1994.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo. 2008.

SCARDOELLI, Anderson. Com Sérgio Dávila no comando, Folha e Agora demitem 18 jornalistas. **Comunique-se**, São Paulo, 21 mar. 2019. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/com-sergio-davila-no-comando-folha-e-agora-demitem-18-jornalistas/>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, Roberto. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, SP, vol. 10, n. 1, pp. 105-120. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25812>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **As mutações no mundo do trabalho do jornalista e suas contradições**: uma perspectiva ontológica da crise do jornalismo. *IN*: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_SK33UDV7N2CBDEF7UVCE_26_5799_21_02_2017_11_42_11.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. O discurso da convergência inevitável: a construção do jornalista multitarefa nas páginas de O Globo. **Revista Eptic**, v. 12, n. 3, 2010.

TAVARES, Elaine. Por que os jornalistas estão adoecendo mais. **Observatório de Imprensa**. Ed. 604. Florianópolis, SC. 2010. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/por-que-os-jornalistas-estao-adoecendo-mais/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TONDATO, Márcia Perancin; TUZZO, Simone Antoniaci. **Mulheres de Sol e de Lua**. A televisão e a Mulher no Trabalho. *IN*: VIII ENCONTRO COM AUTORES/EDITORES DE PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE COMUNICAÇÃO, EVENTO COMPONENTE DO XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Manaus, set. 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROPOSTA DE PARCERIA INSTITUCIONAL



TRABALHO E EMANCIPAÇÃO
Coletivo de Pesquisa e Extensão



Natureza da Atividade: Proposta de realizar projeto de pesquisa/intervenção em Psicologia do Trabalho.

APRESENTAÇÃO

Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio do seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) desenvolve diversos projetos e pesquisas científicas em instituições parceiras com objetivo de buscar ampliar as discussões e pesquisas mais atualizadas e comprometidas com a realidade local, inaugurando um momento de investigações unindo a Psicologia e a Comunicação.

Através da pesquisadora Jordanna de Sousa Parreira, psicóloga, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão (CNPQ/UFT), especialista em gestão de pessoas, Neuropsicologia clínica e responsável técnica da PSIQUE (Empresa privada na área da psicologia Organizacional e do Trabalho especializada em Gestão de Pessoas, estabelecida na cidade de Palmas – TO, desde 2007) manifestamos interesse em desenvolver uma parceria com o Sindicato dos Jornalistas do Tocantins (SINDJOR) afim de promover ações de pesquisa através da Escuta Clínica do Trabalho sob supervisão da Professora Doutora Liliam Deisy Ghizoni.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações contidas neste projeto são consideradas confidenciais, portanto sua divulgação fica vetada, sendo apenas solicitado a liberação dessas informações para fins científicos.

Este material inclui descrições de metodologias e conceitos obtidos por meio de profundas pesquisas e esforços de desenvolvimento.

A posição das **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS** é de que o uso ou a liberação das informações contidas neste projeto só possam ser praticadas com o objetivo científico.

Portanto, nenhuma parte deste projeto poderá ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a permissão por escrito das **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**.

PREMISSAS E RESTRICÇÕES

A descrição das premissas a serem consideradas para o projeto tem como finalidade promover o alinhamento de expectativas entre o **PARCEIRO** e as **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**.

Abaixo as principais premissas e restrições:

O **PARCEIRO** se compromete com o desenvolvimento conjunto das atividades, atentando para:

- Alinhamento de expectativas;
- Envolvimento e comprometimento dos dirigentes;
- Envolvimento e comprometimento da sindicalizados do projeto;
- Participação e frequência nas reuniões conforme planejado;
- Disponibilidade de recursos e informações sempre que necessário.

As **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS** se comprometem a levar, com sucesso, o projeto até o final, dentro dos mais altos padrões de qualidade;

O trabalho será sem custo algum para o **PARCEIRO**.

O **PARCEIRO** se compromete a responder dúvidas e questionamentos das posições com a maior presteza possível.

O **PARCEIRO** e as **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS** se comprometem mutuamente a buscar a conclusão do trabalho dentro dos prazos estimados.

As **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS** quando estiver realizando o projeto pautará sua conduta nos princípios éticos que regem a conduta profissional da psicologia.

As **INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS** apresentarão previamente o cronograma de atividades para que seja devidamente aprovado pelo **PARCEIRO**.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Justificativa/Objetivo: Mediante as mudanças sofridas no trabalho na contemporaneidade, busca-se investigar o quanto os profissionais da comunicação têm sofrido para se adaptar as novas realidades do trabalho. Com esse programa objetivou-se analisar as narrativas dos trabalhadores através da escuta clínica nas relações de trabalho dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins que são filiados ao SINDJOR. Os benefícios que podem surgir em decorrência do estudo seria uma melhor compreensão do real do trabalho dos Jornalistas, propiciando uma reflexão sobre as mudanças vividas no decorrer do desempenho de uma função associado a um trabalho vivo.

Método: Inicialmente propõe-se a criação de um espaço coletivo de discussão para a escuta clínica das narrativas dos jornalistas sobre as vivências de prazer-sofrimento ocorridas no trabalho. O método é o proposto por Mendes (2014), que possui os seguintes eixos estruturantes:

I) Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento, sendo eles:

- Análise da demanda;
- Transferência; e
- Interpretação.

II) Relação a formação do clínico, diz respeito a qualificação teórica, a prática clínica, e a análise pessoal;

III) Supervisão clínica.

Pretende-se usar os seguintes instrumentos: gravador, registro da sessão, diário de campo, memorial e quadro síntese da sessão.

Público alvo: Jornalistas profissionais que atuam no Estado do Tocantins

a clínica-pesquisadora e a supervisora. (30 dias após o término)										
Avaliação (4 meses após a conclusão): Nova chamada dos participantes para avaliar como estão após a conclusão da escuta clínica.										

OUTRA CONDIÇÕES

1. Após a autorização da parceria estimasse 60 dias para realizar a reunião de sensibilização.
2. Todo o convênio de parceria não gerará custo algum para nenhuma das partes envolvidas.
3. Caso o grupo não seja formado, pode-se fazer alguns atendimentos individuais, tratando como estudos de caso clínicos individuais.
4. Em caso de cancelamento do convenio a pesquisadora deverá ser informado com no mínimo 30 dias de antecedência para finalizar as atividades.

Palmas, 06 de janeiro de 2019.

Jordanna Parreira
 Pesquisadora
 E-mail: jordannaparreira@psiquevp.com.br
<http://lattes.cnpq.br/3859622420716270>

Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni
 Orientadora
 E-mail: ldghizoni@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9903452459296489>

Responsável legal pela instituição parceira: _____
 Cargo: _____
 E-mail: _____

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (PPGCom)

Eu, _____, abaixo assinado, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins (SINDJOR), coparticipante no projeto de pesquisa intitulado: NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO DOS JORNALISTAS:UM ESTUDO DE CASO COM PROFISSIONAIS SINDICALIZADOS NO TOCANTINS. DECLARO ter lido e concordado com a proposta de pesquisa da pesquisadora proponente, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS466/2012 e a Norma Operacional CONEP 001/13. Este Sindicato está ciente de suas responsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia e a realização das ações previstas no referido projeto, visando à integridade e proteção dos participantes da pesquisa.

Palmas, _____ de _____ de 2019.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins (SINDJOR)

APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (PPGCom)

Convidamos-lhe para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: **NARRATIVAS SOBRE O TRABALHO DOS JORNALISTAS: UM ESTUDO DE CASO COM PROFISSIONAIS SINDICALIZADOS NO TOCANTINS**. Eu, Jordanna de Sousa Parreira, Casada, residente em Palmas - TO, psicóloga e responsável pela pesquisa, orientada pela Professora Doutora Liliam Deisy Ghizoni.

Abaixo serão esclarecidos detalhes sobre a pesquisa e se você tiver interesse, deverá assinar nos campos em que se pede seu nome e assinatura nesse documento, em duas vias iguais, sendo que uma delas fica com você. Em caso de recusa, você não sofrerá nenhum tipo de penalidade por isto.

I. Objetivo e justificativa da pesquisa: Realizar a análise das narrativas dos Jornalistas do Estado do Tocantins acerca de suas vivências no trabalho. Assim, a presente pesquisa é importante, porque pode contribuir para uma melhor compreensão do sofrimento decorrente do contexto laboral, especificamente sobre a relação entre trabalhadores e organização do trabalho.

II. Procedimentos para coleta de dados: serão realizadas aproximadamente doze sessões de coleta de dados com o grupo de jornalistas do Tocantins filiados ao sindicato, com duração em média de noventa minutos cada uma. Nestas sessões, os trabalhadores falarão sobre questões relacionadas ao trabalho que, de certa forma, desencadearam em sofrimento.

III. Utilização das informações coletadas: os dados coletados ficarão sob minha guarda. Após passarem pelo processo de análise, estes dados serão arquivados e ficarão guardados por mim durante o período de cinco anos.

IV. Dos riscos: Os eventuais riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem estar relacionados a algum mal-estar ou incômodo durante as sessões, na medida em que serão tratadas questões referentes ao seu trabalho e organização.

V. Benefícios: considerando as características metodológicas da pesquisa, os benefícios para os participantes desse estudo serão a criação de um espaço de escuta jornalistas do Tocantins, a fim de contribuir para a melhor compreensão do ambiente o qual estão inseridos, propiciando reflexões sobre o trabalho. Outro aspecto será o levantamento da necessidade de investir em políticas de atenção, voltadas à saúde do trabalhador pelo sindicato.

VI. Forma de acompanhamento e assistência: você tem o direito de esclarecer todas as dúvidas que surgirem a qualquer momento, tendo conhecimento de que o seu nome jamais será divulgado.

VII. Liberdade de recusar, desistir e retirar o consentimento: você tem absoluta liberdade para recusar, desistir e retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem que isto acarrete penalidade ou prejuízo de qualquer natureza para você.

VIII. Garantia de sigilo e privacidade: é de minha responsabilidade manter a sua privacidade, em absoluto sigilo, conforme Conselho Nacional de Saúde (CNS), Resoluções 466/2012 e

510/2016. Os resultados alcançados com a pesquisa poderão ser divulgados em publicações científicas, desde que sua identidade seja mantida em total sigilo.

IX. Ressarcimento e indenização: os gastos referentes à participação na pesquisa serão assumidos por mim. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Não há nenhum tipo de remuneração pela sua participação nesta pesquisa, uma vez que se trata de uma ação voluntária.

Para informações, esclarecimentos ou dúvidas sobre a pesquisa, em qualquer fase do estudo, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: 401 Sul, Av. Teotônio Segurado, Cj. 01, Lote. 01, Palmas - TO; telefone: (63) 9 8419-7223, e-mail: jordannasparreira@gmail.com. Caso queira, poderá entrar em contato com a orientadora da pesquisa Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni pelo telefone: (63) 98416-7025 ou e-mail: ldghizoni@gmail.com. Em caso de desavença com o pesquisador o(a) Sr.(a), poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, na Universidade Federal do Tocantins, Avenida NS 15, 109 Norte, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, Brasil, CEP: 77001-090, prédio do almoxarifado, contato: (63) 3232-8023, em dia e horário comercial.

Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas indicadas nas Res. CNS 466/2012 e 510/2016, que contêm diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Estou ciente de que o resultado do trabalho poderá ser publicado em artigo científico ou outro meio científico de divulgação, preservando em sigilo o nome dos participantes e da instituição. Este termo de consentimento será guardado pelos pesquisadores e, em nenhuma circunstância, ele será dado a conhecer a outra pessoa.

Eu, _____, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação e que caso me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando forem publicados. Por tudo isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do trabalhador na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do Comitê de Ética da UFT e o seu nome será mantido em anonimato. Este documento será assinado em duas vias, uma via ficará comigo e outra com o pesquisador.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora
Jordanna de Sousa Parreira

Assinatura da Orientadora
Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni

APÊNDICE D - LEVANTAMENTO DE PERFIL DO PARTICIPANTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (PPGCom)

LEVANTAMENTO DE PERFIL DO PARTICIPANTE

Dados pessoais

Data de nascimento: ___/___/___ **Sexo:** () Masculino () Feminino
Estado civil: () Solteiro () Casado/União Estável () Divorciado/Separado () Viúvo
Tem filhos? Se sim, quantos? _____
Escolaridade: () Superior Completo () Pós-Graduação () Mestre () Doutor
 Em que: _____

Dados Profissionais

É sindicalizado? () Sim () Não - Se Sim, desde que ano _____
Tempo de trabalho total (desde o primeiro emprego formal ou não): _____ ano(s)
Tempo de trabalho como jornalista: _____ ano(s) _____ mês(es)
Cargo/Função atual (Escrever por extenso): _____
Tempo no cargo/função atual: ___ ano(s) ___ mês(es)

Tempo nas funções/cargos anteriores:

___ ano(s) ___ mês(es) No cargo: _____
 ___ ano(s) ___ mês(es) No cargo: _____
 ___ ano(s) ___ mês(es) No cargo: _____

Quantas horas por dia você costuma trabalhar atualmente?

() até 6h () de 7 a 8h () de 9h a 12h.

Acredita que a sua remuneração é coerente com as atividades que desenvolve?

() Sim () Não. Por quê? _____

Recebe do empregador recursos suficientes para realização do trabalho? () Sim () Não.

Que tipo de recurso lhe é ofertado para a realização do seu trabalho? () Celular

() Computador/ Notebook () Pacote de dados para acesso remoto () Carro

() Outros: _____

Você costuma fazer alguma atividade de trabalho fora do horário acordado com o contratante? () Sim () Não. Que tipo de atividade e por quantas horas média?

Sobre o seu estado de saúde

Você está em processo de reabilitação ou é reabilitado funcionalmente pelo INSS?

() Sim () Não. Se sim, quais suas restrições? _____

Você sente que elas são respeitadas? () Sim () Não

Você está afastado do trabalho no momento? () Sim () Não

Se sim, qual o motivo do afastamento? (Adoecimento físico e/ou mental, indicação de qual especialista médico e, se possível, diagnóstico pela CID)

Caso esteja com afastamento, é desde quando? ____ mês ____ ano

Você já se afastou do trabalho, anteriormente, por motivos de saúde, por mais de 15 dias consecutivos? () Sim () Não

Se sim, qual (quais) foi (foram) as doenças?

Considera que foram ligadas ao trabalho?

() sim () não () talvez

No último ano, quantas vezes você se afastou do trabalho por mais de 15 dias?

() 1 a 3 vezes

() 3 a 5 vezes

() Mais de 5 vezes

Somando tudo, por quanto tempo você esteve afastado nos últimos 5 anos?

____ ano(s) ____ mês(es)

Tem alguma doença crônica?

() Hipertensão () Diabetes () Cardiopatia () Asma () Bronquite

() Outras: _____

Está fazendo algum tratamento médico no momento? Se sim, qual o motivo?

Faz acompanhamento psiquiátrico? Se sim, há quanto tempo?

Você faz uso de algum remédio? Se sim, quais?

Já fez psicoterapia antes? () Sim () Não

Você está fazendo psicoterapia individual agora? Se sim, há quanto tempo?

Caso apresente algum dos sintomas abaixo, marque-os com um X:

- | | |
|--|--|
| • Irritabilidade; | • Sensação de desmaio |
| • Sentimentos de tensão | • Dores no peito |
| • Tremores | • Ânsia de vômito/náusea |
| • Inquietação | • Sensação de asfixia |
| • Indecisão | • Boca seca |
| • Desatenção | • Tendência a suar |
| • Agitação | • Tontura |
| • Dificuldade para me concentrar | • Dores de cabeça |
| • Memória fraca | • Perda exagerada de peso |
| • Incapacidade de relaxar | • Ganho exagerado de peso |
| • Pensamentos obsessivos | • Perda de apetite |
| • Dificuldade para dormir | • Ganho de apetite |
| • Insônia | • Dificuldade para comer |
| • Sono fragmentado | • Compulsão alimentar |
| • Despertar precoce | • Perda da libido |
| • Fadiga | • Frigidez |
| • Choro com facilidade | • Impotência |
| • Angústia | • Ejaculação precoce |
| • Tristeza | • Distúrbios menstruais |
| • Desânimo | • Sentimentos de irrealidade |
| • Desesperança | • Ouço vozes que ninguém mais ouve |
| • Desamparo | • Enxergo formas ou pessoas que não estão presentes |
| • Sentimento de inutilidade | • Sinto cheiros que ninguém mais sente |
| • Sentimento de culpa | • Penso em ferir outras pessoas propositalmente |
| • Falta de prazer em passatempos | • Penso em me ferir propositalmente |
| • Perda de interesse | • Sinto que não vale a pena viver |
| • Dificuldade de sentir intimidade e proximidade | • Desejo estar morto |
| • Apatia | • Penso em morrer |
| • Dificuldade em manter cuidados de higiene | • Tentativa de suicídio |
| • Dificuldade em manter cuidados pessoais | • Vontade de desistir de tudo |
| • Sinto-me isolado | • Sinto que não consigo trabalhar em função do quadro atual |
| • Dores no corpo | • Sinto que não vou mais conseguir trabalhar em função do quadro atual |
| • Zumbido nos ouvidos | • Sentimento de incapacidade de trabalhar |
| • Perturbação da visão | • Outros |
| • Calafrios | |
| • Calores | |
| • Sensação de fraqueza | |
| • Sensação de formigamento | |
| • Taquicardia/palpitações | |

O quanto você sente que os sintomas atuais são causados pelo seu trabalho? Marque com um círculo sua opção.

0 _____ 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5
 Nada relacionado Totalmente relacionado

O quanto você sente que os sintomas atuais são agravados pelo seu trabalho? Marque com um círculo sua opção.

0 _____ 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5
 Nada relacionado Totalmente relacionado

Sobre os Tipos de Violência

Sente que já foi violentado no desempenho de sua função? () Sim () Não

Se sim, que tipo de violência acredita ter sofrido: _____

Sente que já foi assediado no trabalho? () Sim () Não

Você gostaria de trocar de cargo/função? () Sim () Não

Você gostaria de mudar de local de trabalho? () Sim () Não

Você já pensou em deixar carreira de Jornalista? () Sim () Não

Você gostaria de mudar de emprego? () Sim () Não

Informações Gerais

Teve alguma perda recente na família? (Últimos 3 meses) () Sim () Não

Alguma perda recente no grupo de amigos? (Últimos 3 meses) () Sim () Não

Está passando por alguma outra dificuldade específica? (Financeira, familiar, conjugal, de saúde...)

APÊNDICE E - QUADRO SÍNTESE DE SESSÃO

Sessão de nº ____. Data de realização ____/____/____.	Nº de páginas transcritas: ____. Duração da gravação: ____.
Participantes: 4	Memorial (Ideias e Demandas para Próxima sessão):
<u>Temas (o que foi mais falado):</u>	<u>Afeto (Sentimentos – Relatados e Percebidos):</u>
<u>Diário de Campo:</u>	<u>Estratégias Defensivas:</u> () Defesa Explorada (autoaceleração) () Defesa Protetora (racionalização) () Defesa Adaptativa
<u>Observações:</u>	<u>Supervisão:</u>
<u>Sofrimentos:</u> Criativos () Éticos () Patogênico ()	<u>Prazer</u>
<u>Violências:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Quanto a dimensão? () Violência explícita (direta, objetiva); () Violência oculta (implícita, indireta, subjetiva). <ul style="list-style-type: none"> • No trabalho? () Violência nas relações de trabalho () Violência na organização do trabalho () Violência nas condições de trabalho () Violência de resistência () Violência de delinquência () Violência simbólica ou institucional () Violência moral () Violência patrimonial	() Violência psicológica (Ameaça; Assédio; Bullying e mobbing) () Violência sexual Observações complementares:
<u>Mobilização Subjetiva</u>	